

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE  
TECNOLOGIAS

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ALESSANDRA SALVADOR ALEXANDRE STRASSA

AS ESCOLAS PÚBLICAS NA CONFORMAÇÃO DA  
CIDADE SUSTENTÁVEL: ARTUR NOGUEIRA UM  
ESTUDO DE CASO.

CAMPINAS

2016

ALESSANDRA SALVADOR ALEXANDRE STRASSA

AS ESCOLAS PÚBLICAS NA CONFORMAÇÃO DA  
CIDADE SUSTENTÁVEL: ARTUR NOGUEIRA UM  
ESTUDO DE CASO.

PUC-CAMPINAS

2016

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4  
S897e

Strassa, Alessandra Salvador Alexandre.

As escolas públicas na conformação da cidade sustentável: Artur Nogueira um estudo de caso / Alessandra Salvador Alexandre Strassa. – Campinas: PUC-Campinas, 2016.  
192p.

Orientador: Luiz Augusto Maia Costa.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.  
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Escolas - Construção. 3. Espaços públicos. 4. Cidades e vilas - Planejamento. Costa, Luiz Augusto Maia. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD – t711.4

# ALESSANDRA SALVADOR ALEXANDRE STRASSA

"As escolas públicas na conformação da cidade sustentável: Artur Nogueira um estudo de caso."

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Dissertação defendida e aprovada em 02 de fevereiro de 2016 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa  
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

Profa. Dra. Cristina de Campos  
Unicamp

Ao meu esposo e ao meu filho, Lizeandro e Hugo, que com incondicional amor contribuíram diretamente para realização deste trabalho. Aos meus queridos pais, Manoel e Téia, minha admiração e gratidão pelas oportunidades dadas e por me prepararem para a vida.

Aos queridos irmãos, Cranmer e Neander (*in memoriam*), meu carinho e reconhecimento.

## AGRADECIMENTOS

O término desta dissertação representa a graça de Deus, acima de tudo, que tem abençoado a mim e aos meus, direcionando cada etapa e dirigindo a total entrega de nossas vidas em Suas mãos. Mesmo sendo uma tarefa solitária, realizar uma dissertação de mestrado é um desafio que não podemos enfrentar sozinhos. Muitas foram as pessoas que acompanharam a trajetória destes dois anos, que deram o suporte acadêmico e emocional indispensável para ter chegado, finalmente, ao momento da defesa. Dentre estas pessoas, destaco o maior envolvido, o meu orientador professor Dr. Luiz Augusto Maia Costa, uma benção durante esta caminhada, mais do que um mentor, se tornou um amigo, companheiro e incentivador; só me resta um sincero muito obrigada, pelo cálido acolhimento e as pertinentes orientações.

Quanto aos agradecimentos institucionais: a POSURB (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas) e seu corpo docente, que possibilitou um aprendizado intenso. Aos professores que colaboraram na construção desta dissertação, um carinhoso agradecimento: Dr<sup>a</sup> Renata Baesso Pereira que gentilmente aceitou participar das bancas de qualificação e defesa, além das aulas ministradas; Dr<sup>a</sup> Jane Victal Ferreira, Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, professores atenciosos e dedicados. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos e ao UNASP-EC (Centro Universitário Adventista de Ensino) por disponibilizar meios e tempo do qual me ausentei do exercício profissional para a dedicação aos estudos. Ao professor Dr. Fernando Atique que generosamente contribuiu na qualificação desta dissertação e a professora Dr<sup>a</sup>. Cristina de Campos que gentilmente aceitou o convite para a banca de defesa.

Esta dissertação não teria sido possível sem a contribuição de pessoas que disponibilizaram tempo, documentações, arquivos, acervos e informações que fundamentaram a produção deste trabalho. Portanto, dedico um especial agradecimento ao Senhor Prefeito de Artur Nogueira Celso Capato, a Daniela Gallo, ao Leandro Queiroz, a Mariana Vieira e ao Geso de Oliveira e ao Sr. Rubens da Silva, pela especial e valorosa colaboração.

A minha família querida, que por muitas vezes participaram diretamente no esforço do processo do mestrado e que com muita compreensão estiveram ao meu lado, minha gratidão infinda. Obrigada às especiais amigas, Germana Ponce de Leon e Jéssica Polito, pelo incentivo e auxílio nesta caminhada. Aos meus companheiros do Programa de Pós-graduação em Urbanismo que compartilharam as inquietações e acréscimos, a minha gratidão; especialmente ao Thiago Font, a Daniela Krogh e a Daniela Lacrete pela alegria semanal.

Finalmente, agradeço a todos, que direta ou indiretamente, que contribuíram para a realização desta dissertação que representa a realização de um ideal.

# RESUMO

STRASSA, Alessandra Salvador Alexandre. *A Escola Pública na conformação da Cidade Sustentável: Artur Nogueira um estudo de caso*. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015.

Este trabalho investigou as relações dialéticas existentes em Arquitetura - nesse caso, escola - e Cidade, utilizando a história como um método de apreender a realidade e compreender a gestão do município de Artur Nogueira, pertencente à região metropolitana de Campinas - São Paulo. Nesse sentido, analisamos a escola como um objeto propulsor do crescimento e estruturação da cidade em um recorte temporal que abrange todo século XX e se estendendo ao início do XXI. No âmbito deste projeto, construir escolas é entendido como sendo as estruturas edificadas para produzir cidadãos, neste caso sendo públicas, as quais interagem com o espaço físico existente e o futuramente planejado, bem como com os serviços urbanos que organizam a cidade: as redes imateriais e materiais, isto é, as redes sociais, de infraestrutura, de circulação e de produção. A análise atenta para a formação urbana da cidade em tela, desde sua formação como núcleo urbano alcançando sua conformação territorial e planejamento contemporâneo sustentável. Frente a este entendimento, aos dados coletados e a análise de estudos de casos procuramos demonstrar que em Artur Nogueira a produção de escolas favoreceu o crescimento local, mas não produziu espaços sistêmicos e integrados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento. Escola. Cidade.

# SUMMARY

Strassa, Alessandra Alexandre Salvador. The Public School in shaping the Sustainable City: Artur Nogueira a case study. 2015. 170 f. Dissertation (Master of Urban Planning) - Graduate Program in Architecture and Urbanism. Pontifical Catholic University of Campinas, 2015.

This study investigated the existing dialectical relationships in architecture - in this case, school - and City using history as a method to grasp reality and understand the management of the municipality of Artur Nogueira, in the metropolitan region of Campinas - Sao Paulo. In this sense, we analyze the school as a driver of growth object and city structure in a time frame that covers the entire twentieth century and extending to the beginning of XXI. Under this project, building schools is understood to be the built structures to produce citizens, in this case being public, which interact with the existing space and planned future, as well as urban services that organize the city: the intangible networks and materials, that is, social networks, infrastructure, circulation and production. Careful analysis for urban formation of the city screen, since its formation as urban core achieving its territorial conformation and sustainable contemporary design. Given this understanding, the collected data and the case studies analysis seek to demonstrate that in Artur Nogueira production schools favored local growth, but did not produce systemic and integrated spaces.

**KEYWORDS:** Planning. School. City.

# LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Mapa das Ferrovias de São Paulo. Ramal de Pádua Salles – 1935...	23
<b>Figura 2.</b> Fachada do Edifício do Grupo Escolar Padre Anchieta .....	53
<b>Figura 3.</b> Fachada e vistas do Edifício Escolar Estadual Conselheiro Crispiniano .....	56
<b>Figura 4.</b> Projeto do Edifício Escolar Estadual Conselheiro Crispiniano.....	57
<b>Figura 5.</b> Foto do Centro Educacional de Vila Silveira .....	59
<b>Figura 6.</b> Planta do Centro Educacional de Vila Silveira.....	61
<b>Figura 7.</b> Mapa de localização dos CEU's no município de São Paulo .....	63
<b>Figura 8.</b> Foto aérea do CEU – Rosa da China.....	64
<b>Figura 9.</b> Localização do CEU Rosa da China .....	65
<b>Figura 10.</b> CEU Rosa da China. Implantação .....	66
<b>Figura 11.</b> CEU Rosa da China. Elevação e Planta.....	67
<b>Figura 12.</b> Mapa de Artur Nogueira – Evolução Urbana.....	75
<b>Figura 13:</b> Localização do recorte territorial estudado .....	76
<b>Figura 14.</b> Foto da Capelinha do Bairrinho.....	79
<b>Figura 15.</b> Registro fotográfico - padre que visitava a Capelinha do Bairrinho .	80
<b>Figura 16.</b> Registro fotográfico da Capelinha do Bairrinho atualmente .....	81
<b>Figura 17.</b> Planta do Núcleo Colonial Campos Salles.....	84
<b>Figura 18.</b> Mapa de 1898 do Núcleo Colonial Campos Salles e Sítio Novo ..	86
<b>Figura 19.</b> Registro fotográfico de Fernando Árens Júnior – Aproximadamente 1910.....	89
<b>Figura 20.</b> Registro fotográfico da Subprefeitura de Artur Nogueira em 1928...	91
<b>Figura 21.</b> Foto da Escola Francisco Cardona na década de 60.....	92
<b>Figura 22.</b> Foto da Escola Francisco Cardona – 2014.....	92
<b>Figura 23.</b> Planta da cidade de Artur Nogueira década de 1940.....	95
<b>Figura 24.</b> Foto aérea de Artur Nogueira – 1940.....	97
<b>Figura 25.</b> Grupo emancipatório de Artur em 1948 .....	99
<b>Figura 26.</b> Foto do dia Plebiscito realizado em Artur Nogueira em 1948 ....	100
<b>Figura 27.</b> Cartaz da primeira campanha política nogueirense, 1949 .....	101
<b>Figura 28.</b> Foto da Avenida Doutor Fernando Árens Júnior na década de 50 ...	102
<b>Figura 29.</b> Avenida Quinze de novembro na década de 60 .....	105
<b>Figura 30.</b> Rua 13 de maio na década de 60 .....	107
<b>Figura 31.</b> Foto do município de Artur Nogueira na década de 70 .....	110
<b>Figura 32.</b> Vista aérea de Artur Nogueira – Início da década de 80.....	112
<b>Figura 33.</b> Registro fotográfico da Lagoa Seca situada em Artur Nogueira – 1990.....	115
<b>Figura 34.</b> Mapa Macrozoneamento e zona urbana.....	117
<b>Figura 35.</b> Gráfico Econômico dos Serviços de Artur Nogueira – RMC –ESP ...	132
<b>Figura 36.</b> Gráfico Econômico das Indústrias de Artur Nogueira – RMC –ESP .	132
<b>Figura 37.</b> Mapa com todas as escolas .....	161
<b>Figura 38.</b> Mapa dos estudos de caso em Artur Nogueira.....	162
<b>Figura 39.</b> Projeto original da Escola Francisco Cardona na Av. Fernando .. ...	

Árens .....	166
<b>Figura 40.</b> Projeto original da Escola Francisco Cardona na Av. Fernando Árens .....	166
<b>Figura 41.</b> Projeto original da Escola Francisco Cardona na Av. Fernando Árens .....	167
<b>Figura 42.</b> Projeto da Escola Francisco Cardona na Av. Fernando Árens atualmente.....	167
<b>Figura 43.</b> Fachadas da Escola José Amaro Rodrigues.....	168
<b>Figura 44.</b> Vista aérea da Escola José Amaro Rodrigues .....	168
<b>Figura 45.</b> Foto aérea da localização da atual Escola Francisco Cardona ...	170
<b>Figura 46.</b> Registro fotográfico da fachada da atual Escola Francisco Cardona .....	171
<b>Figura 47.</b> Projeto, implantação e cobertura da atual Escola do Cardona ....	172
<b>Figura 48.</b> Implantação da escola Severino Tagliari.....	173
<b>Figura 49.</b> Planta do projeto da escola Severino Tagliari .....	173

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Transformações no programa arquitetônico das .....	39
Tabela 2. Instrução Primária no Núcleo Campo Salles - 1910 a 1912 .....	85
<b>Tabela 3.</b> População de Artur Nogueira – RMC – Estado de São Paulo (ESP) . .....	122
<b>Tabela 4.</b> Taxa (grau) de urbanização e densidade demográfica (hab./km) ..	122
<b>Tabela 5.</b> População nogueirense e taxa média de crescimento anual.....	123
<b>Tabela 6.</b> Componentes do crescimento populacional de Artur Nogueira e RMC.....	124
<b>Tabela 7.</b> Indicadores sócio demográficos de Artur Nogueira – RMC – ESP .	125
<b>Tabela 8.</b> Distribuição de área plantada por cultura em Artur.....	126
<b>Tabela 9.</b> Distribuição por porte das propriedades rurais em Artur Nogueira ... .....	128
<b>Tabela 10.</b> Distribuição por porte das propriedades rurais de Artur Nogueira ... .....	128
<b>Tabela 11.</b> Estrutura do valor adicionado de atividade de Artur Nogueira (%) .. .....	130
<b>Tabela 12.</b> Distribuição setorial de emprego em atividades urbanas.....	131
<b>Tabela 13.</b> Evolução do déficit/superávit orçamentário .....	133
<b>Tabela 14.</b> Matrícula inicial, por dependência administrativa .....	135
<b>Tabela 15.</b> Matrícula inicial, segundo grupo de séries – 2012 .....	136
<b>Tabela 16.</b> Totais de estabelecimentos de ensino .....	137
<b>Tabela 17.</b> Estabelecimentos de no ano de 2015 .....	138

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Av. = Avenida

CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEU = Centro Educacional Unificado

CIEP = Centro Integrado de Educação Pública

CONDEPHAAT = Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONESP = Companhia de Construções escolares do Estado de São Paulo

EE = Escola Estadual

ETA = Estação de tratamento de água

ETE = Estação de tratamento de esgoto

FECE = Fundo Estadual de Construções Escolar

FDE = Fundação para o Desenvolvimento da Educação

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPESP = Instituto de Previdência do Estado de São Paulo

PDPAN = Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira

PIB = Produto Interno Bruto

REPLAN = Refinaria de Paulínia

RMC = Região Metropolitana de Campinas

SEADE = Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

UNICAMP = Universidade Estadual de Campinas

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1. ESCOLA: ARQUITETURA E CIDADE .....	19
1.1 Os projetos de Escolas Públicas: do Brasil República a contemporaneidade .....	22
1.1.1 Primeira República .....	22
1.1.2 Modernidade a contemporaneidade .....	32
1.2 Breve história do planejamento urbano no Brasil.....	41
1.3 Cidade sustentável: um novo paradigma de planejamento .....	47
1.4 Quatro projetos de escolas na São Paulo dos séculos XX e XXI .....	51
1.4.1 Um projeto da Primeira República - Grupo Escolar Padre Anchieta ....	53
1.4.2 Um projeto da arquitetura modernista – Escola Estadual Conselheiro Crispiniano .....	56
1.4.3 Um Projeto de 1973 - Centro Educacional de Vila Silveira .....	59
1.4.4 Um projeto contemporâneo – Centro Educacional Unificado (CEU) - Rosa da China.....	61
CAPÍTULO 2. AS ESCOLAS DE ARTUR NOGUEIRA E A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE: notas sobre um não planejamento.....	69
2.1 O princípio de Artur Nogueira – dos nativos a distrito de Mogi Mirim .....	76
2.1.1 Emancipação do município.....	98
2.1.2 O processo de urbanização de Artur Nogueira .....	101
2.2 Artur Nogueira e a Região Metropolitana de Campinas.....	118
2.3 Artur Nogueira e o Plano Diretor de 2006 .....	141
2.3.1 Análise do Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira .....	143
CAPÍTULO 3. ESTUDOS DE CASO EM ARTUR NOGUEIRA .....	159
3.1 Grupo Escolar Francisco Cardona – 1920 .....	163
3.2 Escola Estadual José Amaro Rodrigues – 1971 .....	168
3.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Cardona – 1976 .....	170
3.4 Escola Estadual Severino Tagliari – 2000.....	173
CONCLUSÃO .....	177

REFERÊNCIAS.....	182
------------------	-----



## INTRODUÇÃO

Ao pisar em solo nogueirense, no início da década de 90, a minha primeira imagem e impressão formada do lugar não se perderam com o tempo. Absolutamente identificada com a vivência em metrópoles, houve a surpresa de um local calmo, mas com promissor crescimento. Apesar da relutância inicial em compreender e admirar a lógica local, os meandros da vida nos inseriram de vez na então pequena cidade do interior paulista. Entretanto as mudanças ocorridas não somente na região, mas em um contexto global, fez com que uma realidade impiedosa transforma-se a cidade vivida e vivenciada, fator que justifica o estudo da mesma nesta dissertação. Este município hoje configurado como uma cidade em período transitório, de pequeno porte para médio porte, está inserida nos 19,57%<sup>1</sup> de municípios brasileiros que possuem população entre 20.000 a 50.000. Esses municípios apresentam características próprias e necessidades que urgem serem analisadas para que se proponham possibilidades futuras.

A análise do histórico citadino de Artur Nogueira focou-se, então, na relação da construção de prédios escolares com a formação urbanística local. Outro fator de relação entre nós e o estudo ora empreendido e que resultou na estruturação deste trabalho, se deve por termos adentrado em experiência profissional pedagógica; a proximidade com o espaço escolar despertou o interesse de analisa-los em conjunto com a cidade escolhida. O entendimento da realidade local pode contribuir para acréscimos no planejamento urbano, sendo que poucos estudos focaram neste recorte territorial até o presente momento.

Ao adentrar no programa de mestrado, o projeto de pesquisa foi reestruturado de forma a correlacionar dois temas centrais: o primeiro era abordar o desenvolvimento urbano de Artur Nogueira; o outro era estudar a escola como

---

<sup>1</sup> Segundo IBGE, 2015. Disponível em

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2972>, acesso em 13 de nov. de 2015.

objeto propulsor do crescimento e estruturação da cidade em tela. A partir desta análise, apresentamos a evolução histórica local relacionada à importância do edifício escolar na produção da cidade. As instalações físicas da escola abrangem mais do que interações sociais intramuros, ou relações pedagógicas, são ferramentas de planejamento, de interesses que efetivam os processos de utilização da cidade.

Embasado no cruzamento de um abrangente volume de referências bibliográficas, o presente estudo sustenta a consideração de que o prédio escolar é um referencial à história de uma cidade, representando os edifícios públicos que contribuíram com o planejamento local e a apropriação social. Portanto, marcando presença inquestionável na cidade, em um período que São Paulo crescia vertiginosamente e assumia a sua configuração urbana; a estruturação desta dissertação aborda a complexa transição do edifício escolar ao longo de 120 anos em territórios paulistas. Os enlaces pedagógicos, físicos e sociopolíticos dos edifícios inseridos em contextos urbanos significaram agente civilizador, expansor e agregador de relações sociais entre os cidadãos que contribuem para a conformação da significação de uma determinada área da cidade.

A arquitetura escolar tem sido alvo de muitos estudos, nos quais tem abordado o relevante valor arquitetônico que se relaciona com diversas áreas de estudos. A história da urbanização em consonância com a trajetória dos edifícios escolares é fundamentada nesta dissertação na história social. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno<sup>2</sup> cita Nestor Goulart Reis Filho como um dos primeiros estudiosos brasileiros a fundamentar seus estudos históricos validando sistemas mais abrangentes no contexto urbano; também faz referência a Milton Santos. Ambos os autores reforçam o discurso conceitual da multiplicidade que uma cidade propõe:

À compreensão da cidade e do território como artefato social, soma-se a visão sistêmica que leva em conta atores, processos, dinâmicas e fluxos, redes de relações sociais, redes urbanas e

---

<sup>2</sup>Bueno, B. P. S. *Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil- colônia*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 20. n. 1. p. 20. Jan.-jun. 2012.

suas configurações no espaço em perspectiva histórica. Tal escolha epistemológica impõe uma série de desafios ao pesquisador, tais como atentar para o jogo das escalas geográficas, para o jogo das temporalidades, para os anacronismos e, sobretudo, para os grupos sociais e os indivíduos como campos de força, cujos papéis na história longa nem sempre são óbvios e lineares (BUENO, 2012, p. 19 e 20).

Com estas perspectivas da história da urbanização ser diversa e singular, neste estudo apresentamos mais do que a construção de bens materiais, surgindo uma complexa rede de relações que transformaram a cidade. Baseado nestas interpelações reconheceu a importância da escola primeiramente para o Estado de São Paulo para depois alcançarmos o estudo de caso. O ponto central do trabalho se refere ao município de Artur Nogueira, no interior de São Paulo mantendo proximidade de Campinas, teve sua história demarcada pela agricultura de trabalhadores que inicialmente se constituíam em boa parte de imigrantes. A dissertação discorre nos reportando sempre a esse complexo de cidades que se interligam territorialmente e economicamente.

Com o objetivo de responder a questão de como as escolas contribuíram para o desenvolvimento de Artur Nogueira e até que ponto continua a colaborar com a dinâmica da cidade, criou-se a estrutura metodológica para que houvesse um maior entendimento das inter-relações políticas, econômicas, sociais e culturais que compuseram os contextos cruzados ao longo da narrativa. A partir deste recorte teórico-metodológico a dissertação foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo desta dissertação, *Escola, arquitetura e cidade*, salienta a pertinente relação da arquitetura escolar com a cidade e busca esclarecer como as transformações rápidas do século XX influenciaram as adequações ocasionadas nos edifícios escolares. Resgatando o contexto de São Paulo no final do século XIX são escolhidas representações constantes nas realidades dos projetos educacionais do Brasil República a contemporaneidade. Para maior entendimento articulou-se um breve histórico do planejamento no

Brasil para que interligue as relações existentes a cada período escolhido para estudo. Posteriormente, segue a apresentação da sustentabilidade, hoje referida como um novo conceito a ser construído no planejamento urbano.

A princípio, o urbanismo estava mais direcionado para o desenho da cidade, para a ordenação territorial. Já o planejamento urbano sugere um contexto mais amplo que aquele representado a princípio. A busca da sustentabilidade urbana tem se constituído num dos maiores desafios da atualidade e está associada ao desenvolvimento e às políticas urbanas, sendo resultante da evolução das problemáticas citadinas. Esta maneira de tentar converter todas as forças reagentes no ambiente urbano para uma articulação produtiva é desenvolvida, nesta dissertação, ao longo das análises projetuais.

Discorrendo o cenário histórico e em consonância com a abordagem supracitada, entendemos alguns estudos de casos em São Paulo. O edifício escolar assumiu suma importância no contexto citadino paulista no período final do século XIX, correspondendo às edificações que materializaram as intenções de um novo momento para a economia, política e cultura do estado. As escolas que neste período caracterizavam a modernidade de uma cidade construída em alvenaria de tijolos, marcadas pela mudança que se afastava da arquitetura vernácula, assumia o ecletismo em seus prédios e representavam as influências norte-americanas, inglesas e francesas que transformavam o espaço urbano. Nesta relação dialética seguimos aos estudos de caso.

O primeiro projeto analisado é da Primeira República, cercado de intuítos de remodelação urbana e social, esta arquitetura marcou um período importante na urbanística brasileira. Neste período, as escolas representavam um marco arquitetônico na cidade, uma representação da nova ordem e da necessidade de “produção” e “domesticação” da sociedade. Para tanto, assumia a forma e a função de modeladora e organizadora social. O certo é que os prédios escolares da Primeira República não correspondem mais às necessidades contemporâneas. Mais adiante, se discorre sobre um projeto executado no modernismo, período conflitante no mundo e empreendedor no Brasil. Este

projeto conduz a uma arquitetura inovadora nos materiais e na relação que constroem com a cidade. Ao estudarmos as duas escolas situadas no período contemporâneo, não podemos deixar de pensar o planejamento contemporâneo que ressalta a composição múltipla que converge para o desenvolvimento integrado<sup>3</sup>. São Paulo ao longo de seu crescimento defendeu e instaurou uma imagem de cidade cultural, até mesmo como forma de valorização de seu território, com especulação imobiliária dentre outras visões. Portanto, neste momento, desenvolve-se a análise dos projetos escolares com seu entorno.

Como observa Villar (2007), a escola e o território conversam para um projeto comum:

Escola e território devem ter um projeto educativo comum, resultado de uma estratégia global e conjunta em que participem os responsáveis de uma comunidade local, as instituições e as entidades potencialmente educativas, para dar prioridade e uso racional aos recursos e relações existentes ou latentes na organização econômica e cultural de um determinado território. (...) Nesse contexto é a comunidade local a primeira responsável pela definição de um projeto educativo integral em que devem participar a escola com a família, instituições locais e associações como principais agentes educativos, juntamente com a estrutura produtiva pública e privada, assumindo cada um deles um papel bem definido e perseguindo a concretização das possibilidades educativas da cidade, marcando as opções do seu projeto educativo numa estrutura integradora, na qual a ação educativa mantém uma estreita relação com a cultura, resultando ambas inseparáveis no plano estratégico do desenvolvimento sustentável de um território (VILLAR, 2007).

O cenário capturado no período contemporâneo reflete um contexto mais complexo de ser entendido e trabalhado. Este breve histórico pautado em recortes espaciais e exemplos de arquiteturas escolares subsidia o entendimento

---

<sup>3</sup> VILLAR, Maria Belén Caballo. *A cidade educadora – nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

do desenvolvimento urbano construído no segundo capítulo. Esse cruzamento de informações motiva a compreensão das implicações da cidade com a escola.

O segundo capítulo, intitulado *As Escolas de Artur Nogueira e a Evolução Urbana da Cidade*, inicia apresentando a definição do objeto de estudo. Expondo o município de Artur Nogueira, inserido na Região Metropolitana de Campinas que faz parte do Estado de São Paulo, apresenta uma cidade nova e com uma sustentabilidade frágil. O processo de ocupação dessas terras é relacionado a diversos fatores como: agricultura, ferrovia e imigração. Destacando a instauração de escolas conforme o crescimento local, pode ser visto este fator como uma manifestação que colabora com a definição da forma de ocupação do território. Esta narrativa histórica segue até próxima aos nossos dias, marcando os principais fatores que ocasionaram a realidade do município atualmente.

Alguns levantamentos são agrupados sobre o município, estes dados sociais, econômicos e setoriais, nem sempre disponíveis para acesso, desnuda a possível problemática local. Com esta visão, adentramos a análise do Plano Diretor da cidade em tela. Como a maior parte dos municípios brasileiros, de pequeno porte, Artur Nogueira apresenta a recente emergência de criar condições de implementar processos e instancias de planejamento urbano para que sobrevivam economicamente e para que se mantenham organizados em seu crescimento. O entrave que a globalização gerou, no processo do progresso local, resultou em dificuldades para a inserção do município na região, mas não invalidou as possibilidades de reinserção participativa no cenário da Região Metropolitana de Campinas.

De fato, o incremento da economia do município estudado se faz necessário, segundo Vainer<sup>4</sup> (2000) defende através da análise de diversos autores e estudiosos como Castells<sup>5</sup> (1990) e Borja<sup>6</sup> (1995), o planejamento

---

<sup>4</sup> VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria*. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-104.

<sup>5</sup> CASTELLS, Manuel. *The world has changed: can playnning change?* (Keynote Speech, ACSP Annual Texas, 1990, mimeo.

estratégico da questão atual urbana somente se mantém viva através da competição.

Se durante longo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexos centrais a problemática da *competitividade urbana* (VAINER, 2000, p. 75 e 76).

E o autor segue delimitando que esta competitividade deve ocorrer no investimento de capital, tecnologias, gerenciamentos, nas indústrias e negócios e na força de trabalho qualificada. Dificilmente se poderia chegar a esta meta sem a devida valorização de espaços produtores de conhecimentos e cultura. Se a cidade hoje é tratada como mercadoria, por ironia voltamos ao início, à cultura das novas gerações retrocede ao cenário de atribuir a escola um papel central na capacidade de reestruturar o crescimento de um território.

O terceiro e último capítulo, *Estudos de Caso em Artur Nogueira*, retorna a questão escolar como fundamento de seu desenvolvimento. Nesta pesquisa transcorre mais de um século de história e análise, onde se percebem as transições sociais e econômicas que a cidade passa e como estas influenciam nas concretizações de experiências de projetos. Estas edificações exercem um papel na realidade contemporânea de articulador sócio espacial. Neste quesito, vale ressaltar a diferenciação de implantação adotada nas áreas centrais e nas periféricas, o que ressalta a apropriação do seu entorno que após serem inseridas as escolas, resultam em adensamento. Sobre as edificações, com exceção dos primeiros prédios da Escola Francisco Cardona, seus projetos, materiais e estética resultante, as escolas estudadas apresentam as características de urgência de construção, com resultados que expressam a rapidez e a economia na concepção.

---

<sup>6</sup> BORJA, Jordi (ed.). *Barcelona. Un modelo de transformación urbana*. Quito, Programa de Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

As escolas públicas consideradas de valor histórico, cultural e arquitetônico vêm sendo utilizadas como fontes de contribuição para a consolidação de um conjunto bibliográfico novo, sobretudo para a área de arquitetura e urbanismo. Neste estudo houve o enfoque para as vertentes paulistas, mas não podemos deixar de citar que existem muitos outros estudos conceituados sobre o assunto, alguns utilizados como referência bibliográfica neste trabalho, desnudando a diversidade histórica inserida no Brasil.

Como parte importante nesta reflexão, toda a discussão relativa à arquitetura escolar produzida em São Paulo e em Artur Nogueira acompanha a tentativa de historiar um processo de organização territorial nogueirense. O município, definido como estudo de caso central desta dissertação, tem como principal característica de até então não ter sido objeto de reflexão metódica que privilegiasse sua história em particular. Em um campo acadêmico que privilegia as metrópoles, estudar uma cidade envolvida em outro contexto, como as pequenas cidades do interior do país, aonde a complexidade metropolitana ainda não chegou, mas os conflitos sociais, econômicos e espaciais aparecem mesmo que em menor escala, se tornou um desafio. Acredita-se que o estudo apresentado é relevante no fato de tomar como objeto de análise uma pequena cidade, sendo que o Brasil é formado por grande proporção de pequenas cidades, com algumas variações, mas que necessitam de atenção e de possibilidade de futuro, sendo a escola uma instituição referencial neste contexto.

**CAPÍTULO 1. ESCOLA: ARQUITETURA E CIDADE**

## 1. ESCOLA: ARQUITETURA E CIDADE

Os significados de um determinado espaço urbano expressam uma somatória de valores construídos através do tempo, fazendo parte de histórias que convergem à articulação de múltiplos atores, ao compartilhamento de visões e saberes e ao acúmulo das experiências vividas e vivenciadas em um território. Com a profusão de dimensões que compõem um ambiente urbano não faltam materiais, possibilidades e cruzamentos de fatos e atos para elaborar narrativas históricas. Seguindo este pensamento Burke (2002) justifica:

(...) estar aberto a novas ideias, de onde quer que venham, e demonstrar-se capaz de adaptá-las aos próprios propósitos e de encontrar maneiras de testar sua validade constituem a marca do bom historiador como do bom teórico (BURKE, 2002, p. 230).

Este viés, denominado como história social, encontra na cidade um habitat inesgotável de exploração e produção de narrativas históricas quando pensado na imensurável capacidade da sociedade de criar e ressignificar territórios. Neste contexto, este capítulo centra-se na importância da temática que relaciona a construção de prédios escolares com o desenvolvimento e formação da urbe, e como este, através da história, compõem a vivência na cidade.

A abordagem que relaciona o prédio escolar com a cidade favorece à complexa análise de como uma arquitetura pode contribuir para a formação, crescimento e resiliência do ambiente escolar, assim como para o seu entorno, o espaço público. A escola vem ao longo de mais de um século tentando materializar o desejo de produzir um espaço que forme cidadãos, que seja o fundamento da sociedade. Neste estudo em especial, investigamos a possível relação destas escolas com a cidade de tal maneira que elas possam produzir um crescimento do território urbano de forma sustentável ou não.

Destaca-se a importância de dois princípios no processo de estruturação deste capítulo. Começando pela escola, que traduz sua edificação

como uma arquitetura repleta de simbologia e reveladora da percepção cultural diferenciada por épocas, mas sempre relacionando estes contextos ao espaço produzido, que tem como objetivo formar os valores aos futuros cidadãos, mesmo passando por diversos momentos da história. E o segundo princípio, abrange a macro escala, a cidade, o lugar em que todas as forças se encontram e equacionam a apropriação dos espaços, criando assim territórios de civilidade e vivência.

Engelhardt (1934, p.285-292) afirma que as escolas não são apenas edifícios que abrigam ações de ensino e aprendizagem, mas deveriam fornecer conteúdos pertinentes aos conhecimentos da época, assim como as artes e práticas de seu cotidiano. Oliveira (2007, p. 41 e 42) cita Engelhardt em sua dissertação de mestrado: “cada escola deve ser o ponto de irradiação de caminhos que levem estudantes a participar das atividades da vida real e sobre elas refletir.” Neste modo de ver, relacionamos o desenvolvimento das escolas diretamente ao desenvolvimento cultural e social. Neste contexto, Carlo Argan escreve:

Entre arquitetura e cultura não há relação entre termos distintos: o problema diz respeito apenas à função e ao funcionamento da arquitetura dentro do sistema. Por definição, é arquitetura tudo o que concerne à construção, e é com as técnicas da construção que se intui e se organiza em seu ser e em seu devir a entidade social e política que é a cidade. Não só a arquitetura lhe dá corpo e estrutura, mas também a torna significativa com o simbolismo implícito em suas formas. Assim como a pintura é figurativa, a arquitetura é por excelência representativa (Argan, 1998, p. 243).

Portanto, além da edificação escolar, o conjunto formado no seu entorno, como: equipamentos urbanos, infraestrutura, vias e setores materiais e imateriais, precisam estar sempre se renovando, assim como acontece com a sociedade. A capacidade de resiliência do sistema que engloba a cidade e a escola justifica o estudo destes recortes territoriais escolares que abrangem o prédio e o seu entorno, em outra dimensão o próprio espaço público da urbe.

Hoje, como reflexo da globalização, a pluralidade cultural foi evidenciada, apesar das tentativas de homogeneização do mercado mundial para vários setores<sup>7</sup>, as singularidades e as diferenças principalmente na cultura, precisam ser valorizadas. Os territórios urbanos refletem claramente esta homogeneização capitalista em muitos aspectos como, por exemplo, a forma híbrida estética que tem refletido a arquitetura contemporânea, mas os aspectos culturais continuam influenciando formas únicas de compor a cidade, portanto, as singularidades de cada local, território ou construção podem ser usados neste estudo como forma de auxiliar o entendimento das transformações urbanas.

## **1.1 Os projetos de Escolas Públicas: do Brasil República a contemporaneidade**

A história que abrange o recorte temporal do final do século XIX até os dias atuais é repleta de elementos fundadores para as transformações urbanas e sociais que ainda presenciamos na contemporaneidade. O conjunto de mudanças atingiram diretamente as normas, leis e configurações da proposta educacional que se instaurou no país e que ainda apresenta reflexos na atualidade. Na relação do espaço com o tempo identificamos a seguir, as práticas, estratégias e pensamentos que desenvolveram a metamorfose da escola, constituindo o presente.

### **1.1.1 Primeira República**

São Paulo neste trabalho equivale ao cenário que abriga os objetos estudados. Inquestionavelmente se faz necessário entender o contexto da virada dos século XIX para o século XX onde acontecem os primeiros movimentos

---

<sup>7</sup> O conceito de “Cidades Globais” popularizado pela escritora holandesa Saskia Sassen explica estas novas relações que ocorrem sobre o território devido à força do capital. Mesmo com a força que países se inserem na política internacional, refletindo reproduções constantes de sua cultura, como forma de desejo de apropriação por parte de outros países. A cultura local que recebe essa cultura globalizada, não perde sua força. Constata-se a homogeneização de costumes genéricos, mas a força da cultura primária não se perde (SASSEN, 1999).

representativos, que resultaram na formação da cidade de Artur Nogueira situada no estado de São Paulo.

**Figura 1.** Mapa das Ferrovias de São Paulo. Ramal de Pádua Salles – 1935.



**Fonte:** Site Estações Ferroviárias do Brasil, alterado por Strassa (2015). O Município de Artur Nogueira, Campinas e São Paulo estão destacados em vermelho aproximadamente entre o centro e o noroeste do estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/ramais/efs-funilense.jpg>> Acessado em 04 de março de 2014.

Desta forma, quando se aproxima o final do século XIX, a economia paulista é a grande propulsora das transformações então ocorridas aqui. Costa (2014) desenvolve uma análise da articulação entre o complexo cafeeiro, a urbanização e a organização social que se deu neste período elucidando o crescimento qualificado e contínuo do Estado. Tendo como pivô a cafeicultura, São Paulo se destacava nacionalmente e internacionalmente. Este centro articulador, ampliava suas ligações com os territórios vizinhos, principalmente Santos, através da rede ferroviária que neste mesmo período foi expandida com a intenção de intensificar os relacionamentos de venda dos produtos agrícolas no

mercado interno e externo. A busca pelo crescimento e as mudanças sociais catalisaram um processo de melhorias das cidades já existentes e uma expansão de áreas habitadas. Aliados a estes fatores supracitados e com o incentivo da forte imigração, avançaram as ocupações territoriais o que reverteram posteriormente em novas fundações de cidades.

Ressaltando as considerações feitas, propiciaram que uma nova classe social emergisse: uma classe média urbana liberal, em parte formada por imigrantes e outros cidadãos que não pertenciam necessariamente ao meio rural. Criando comércios e pequenas indústrias, vão estabelecendo uma nova visão empreendedora que possibilitava uma nova produção de capital que se reverteu em lucros. Segundo Araújo Junior (2007), juntamente com essa nova classe haviam empregados interessados no crescimento destes segmentos comerciais e industriais, pois diversificava o campo de atuação para o trabalhador para o lucro. A ocupação territorial crescente para o interior do estado só foi possível pelas interligações construídas entre as cidades do estado de São Paulo pelas ferrovias.

A precariedade de trabalho qualificado no Brasil era um problema notório neste período. A imigração possibilitou o aumento da produção de bens de consumo; com os trabalhadores em geral trouxe também professores e arquitetos formados no exterior. Estes arquitetos, com conceituada formação, foram responsáveis pelos projetos escolares em todo território paulista exercendo suas influências teóricas no meio profissional brasileiro (FED, 2006, p. 24). Francisco de Paula Ramos de Azevedo, arquiteto-engenheiro de destaque neste período, é um personagem vinculado ao nosso estudo por atuar em São Paulo, principalmente na área da remodelação urbana e na formação de profissionais. Sendo um exemplo significativo vinculado a este cenário de novos profissionais com formação estrangeira. Apesar de paulistano, Ramos de Azevedo, sempre manteve estreita relação com Campinas e com a educação; responsável pela formação dos engenheiros que remodelariam o país, foi responsável por construções expressivas na área educacional como: a escola Prudente de Moraes, a escola Politécnica, o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto Pasteur, o grupo

escolar Rodrigues Alves, A escola Modelo Preliminar, a Escola Modelo Complementar, a Escola Normal e mais intimamente ligado a este estudo, o Grupo Escolar do Brás, que será visto mais adiante como estudo referente às escolas da Primeira República (CARVALHO, 1996).

A reestruturação urbana da cidade de São Paulo se dá na Primeira República em busca de organizar o espaço com a instauração de leis e técnicas tipicamente urbanas. Neste contexto, Marcílio (2005) revela outra vertente, o contexto sócio econômico da época:

Quando foi proclamada a República, a estrutura social do Estado estava solidamente organizada: constituía-se numa sociedade de grandes proprietários-fazendeiros, que se haviam transformado na aristocracia do Império – nos barões do café -, com sólida influência política. Essa mesma aristocracia constituiria a força dominante da Primeira República, a oligarquia paulista que dominou, inclusive, a política do país (MARCÍLIO, 2005, p. 103).

Apesar de interesses distintos, os novos comerciantes e industriais buscavam mudanças para o contexto da época. Essas mudanças inicialmente não tinham objetivo de se opor ao sistema de viver da época, mas queriam ter um espaço para suas atividades e que estas também pudessem obter benefícios junto aos produtores de café. Todo este desejo de progresso pode ser relacionado ao desenvolvimento educacional que acontecia em São Paulo a largos passos em comparação ao restante do país, fator que será abordado mais adiante com enfoque de análise.

São Paulo, na época de 1890 e seus anos subsequentes, crescia de maneira rápida. Araújo Filho (2007) em sua dissertação de mestrado relaciona a cidade com as transformações da época. A cidade já representava em seu território uma segregação sócio espacial. Em bairros planejados se erguiam os casarões dos Barões do café: na Avenida Paulista, em Higienópolis e nos Campos Elísios. Já nos espaços mais baixos, como as várzeas e ao longo do rio Tamandateí e muitas vezes acompanhando a ferrovia se encontravam os

operários. Essas áreas não muito salubres eram mais baratas e ocupadas de forma confusa; possuíam ruas estreitas e mal iluminadas.

A ocupação desses bairros, que formavam as periferias das cidades, foi rápida abrigoando a mão de obra da cidade. Os bairros industriais formados pelo Brás, Mooca, Luz e Bom Retiro continham as principais atividades industriais da época como: produção de tecidos de algodão, torradeiras de café, refinaria de açúcar (compatíveis com as produções agrícolas do interior do estado), fabricação de móveis, de materiais construtivos (que deveriam substituir a taipa de pilão) entre outros.

Costa (2014) expõe em seu livro diversas influências de ambientes educacionais que exercem forças para as transformações que ocorriam em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Além da influência técnica nas reformas urbanas resultantes das escolas superiores, que de fato interagiam com a cidade paulista, relacionamos também a multiplicação de escolas primárias. Kowalstowski (2011, p. 82) cita que “Vários autores, como Segawa (1986); Corrêa, Mello e Neves (1991); Artigas (1999)<sup>8</sup> e Buffa e Pinto (2002), apresentam os aspectos da arquitetura escolar com ênfase nas construções paulistas”.

Nesse contexto, os conjuntos de bairros paulistas supracitados, receberam os primeiros Grupos Escolares para a comunidade. No mesmo período, dão início as primeiras intervenções com a preocupação de melhorar a cidade, no sentido de saneamento e expansão da mesma. Estas ações decorriam, segundo Segawa (1997) como ações provindas da então elite intelectual brasileira que se constituía por médicos, engenheiros e juristas. Elite que obtia o conhecimento dessas novas configurações de cidade através de viagens ao exterior. O reflexo das novas tecnologias europeias e norte-americanas advindas após a Revolução Industrial influenciavam os melhoramentos de São Paulo.

Cartolano (1994) aborda que compactuando com os ideais Republicanos, a Reforma Educacional (Reforma Benjamin Constant) partia do princípio de instalar no país a liberdade e laicidade na educação, ou seja, a escola se desvincular da igreja passando a pertencer ao Estado. Continuava propondo a

---

<sup>8</sup> ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da arquitetura*: Vila Nova Artigas. São Paulo: Cosac Naify, 1999.

gratuidade no ensino primário, a criação de ensino superior e o acréscimo de conteúdos científicos no ensino que até então era de domínio literário.

Portanto as escolas se destacavam no cenário da cidade com seu estilo eclético e alvenaria burguesa, fortalecendo o sentido que a cultura laica e positivista assumia na sociedade. Kowalstowski (2011) descreve:

As edificações escolares desse período destacam-se pela arquitetura neoclássica, própria da Primeira República. Prevaecem prédios imponentes, com eixos simétricos, pé-direito alto e andar térreo acima do nível da rua, com imensas escadarias, para um impacto no entorno urbano (KOWALSTOWSKI, 2011, p. 82).

A autora segue relacionando, segundo sua análise, os principais arquitetos dessa época, que tinham formação europeia e assim refletiam em seus projetos os fundamentos lá aprendidos: Ramos de Azevedo, Vitor Dugubras, Manuel Sabater, Carlos Rosencrantz e Artur Castagnoli.

São Paulo na época era considerado um centro político importante da Primeira República por concentrar desenvolvimento de capitais e relações nacionais e internacionais. Mas, a perspectiva de pontuar o território brasileiro e paulista com grande número de escolas, em caráter de urgência, tornou este projeto frágil aos olhos de hoje e ao pensarmos em um modelo escolar a ser simplesmente reproduzido em diversos locais, sem relacionar as particularidades destes. Obviamente, não foi o esperado que aconteceu. Durante vários anos ainda encontrava-se pelo país resquícios dos antigos modelos de escolas, situadas de forma dispersa e muitas abrangendo diversas categorias escolares, promovendo soluções às realidades locais, mantendo ainda a configuração antiga provinda do Império.

Ramalho e Wolff (1986, pág. 49-54) ao descreverem esse processo das escolas do período Republicano, nos leva mais próximo da localidade do estudo de caso desta dissertação, à Campinas de final de século XIX. Os autores expõem um projeto que buscava com todas as forças o ideário de modernidade,

de crescimento e de projeção nacional e internacional. Continuam listando detalhadamente uma série de escolas, voltadas para a educação da população, que foram surgindo em decorrência de ações da própria sociedade urbana. Esses grupos se organizavam com base filantrópica ou por comerciantes, que buscavam organizar uma forma de educação que acreditavam ter a qualidade que atendesse aos fins burgueses.

A sociedade urbana tomava frente ao governo na busca de seus interesses e aproveitava para valorizar e tentar demarcar seus nomes na história. A região que então passava por profundas transformações urbanas, buscava o desenvolvimento através da instrução formal e cultural baseado no crescimento econômico, baseado em maiores proporções no cultivo do café. As autoras continuam pontuando duas grandes reformas educacionais que foram essenciais para a instituição da educação Republicana em São Paulo:

(...) a lei de 1882, que organiza e regulamenta a instrução pública e republicana de São Paulo - Lei n. 88 de setembro, promulgada no governo de Bernadino de Campos – e a de 1920 (Lei 1550 e Decreto 3356), reforma empreendida por Antonio de Sampaio Dória, que dirigia a 'instrução pública' em São Paulo e adepto das inovações da Escola Nova. Esta última vai encontrar muita reação e em 1925 será revogada (RAMALHO E WOLFF, 1986, p. 52).

Esta lei de 1882 privilegia a instrução primária, sendo que a secundária ainda necessitava de adaptações e formação de professores. Os autores continuam citando as regulamentações que definiram como estes espaços escolares deveriam ser construídos, foram: o Código de Posturas da cidade de São Paulo (1886), o Regimento Interno das Escolas Públicas (1894) e o Código Sanitário (1894). Tais regulamentações definiam de maneira precisa a forma, os tamanhos, o tipo de localização que esses prédios deveriam ter. Fazendo referência até mesmo à limpeza e manutenção, ao mobiliário, além da preocupação com os ventos. Isto é, baseavam-se em preceitos higienistas.

Eram esses edifícios geralmente caracterizados por planta tipo, podendo ter um ou mais pavimentos. Tinham seus projetos e construções regidos

pelo Decreto 248 de 1894 que estabelecia o “Regimento Interno das Escolas Públicas do estado de São Paulo”. Ramalho e Wolff (1986) citam que a regulamentação sanitária estabelecia acabamentos e padrões bastante específicos que deveriam ser respeitados nas instituições como: ladrilho hidráulico, piso de madeira nas salas, janelas amplas e em farto número para a insolação, tinta a base de óleo, dentre outras. Os terrenos deveriam estar devidamente regulamentados sobre a disposição de água e esgoto, não estar próximo a estabelecimentos que expusessem as crianças a riscos, portanto, seguiam a exigências pré-estabelecidas que dessem uniformidade as edificações. Estas edificações eram erguidas em terrenos amplos, de posicionamento estratégico para articular o uso e relações funcionais da cidade.

Na última década do século XIX começam as construções das *novas escolas* com prédios de tipologias voltadas a influenciar na formação do aluno. As fachadas ricas em ornamentos formais seguiam o ecletismo e a influência neoclássica. Já os espaços internos, eram dispostos de forma simples em suas resoluções.

Programas arquitetônicos mais complexos, que contemplavam espaços específicos como, por exemplo, bibliotecas, laboratórios, oficinas e ginásio, ficaram restritas às chamadas escolas-modelo e às escolas normais. Comparados aos prédios escolares, são edifícios imponentes e majestosos, lembrados constantemente pela sua monumentalidade (Oliveira, 2007, p. 33).

A arquitetura resultante das experiências e conhecimentos dos engenheiros e arquitetos da Primeira República criou novos conceitos de escola interagindo com um método pedagógico que ainda reflete nos dias atuais. Foram aproximadamente 170 projetos de Grupos Escolares construídos entre 1890 e 1920 (ARAÚJO JÚNIOR, 2007). A arquitetura escolar tem uma qualidade de pregar valores a serem realizados em seu ambiente físico, como os de ordem e disciplina. Estes objetivos resultaram em símbolos estéticos, culturais e ideológicos que perduram até hoje.

Buffa e Pinto (2002) explica a organização dessas escolas que priorizavam a sala de aula que se caracterizavam pela forma de o professor ser

detentor do saber e estar transmitindo todo o seu conhecimento aos alunos. Por este motivo, comumente havia uma elevação na parte da frente da sala de aula onde se localizava o mestre, proporcionando uma sobreposição ao plano físico dos alunos. Possuíam espaços bem definidos para manter o distanciamento entre sexos, muitas vezes com barreiras físicas, como muros e paredes. As entradas para homens e mulheres aconteciam em locais diferentes e diferenciados pelas fachadas. A planta para ambos seguia o mesmo padrão, sendo composto por um pátio interno. Os tamanhos das salas podiam variar pelo número de alunos ou pela série. Os sanitários se distanciavam das outras instalações sendo os fluxos organizados por corredores e pátios cobertos.

Os autores seguem explanando os equipamentos e rotinas escolares que conduziam os alunos a domarem seus corpos através da repetição de determinados comportamentos considerados apropriados para expressar a cultura adquirida. O que tornava mais clara a diferenciação dos que tinham e dos que não tinham a oportunidade de estudos. Não mais a escola se adequava a vida das pessoas, mas as pessoas se submetiam a mecanização e ditames escolares. Neste sentido, nem todos conseguiam acompanhar a rigidez do sistema que conseqüentemente acabava selecionando os que mais se adaptavam.

As escolas ofereciam à educação espaços e equipamentos que deveriam induzir a sociedade para uma nova forma produtiva. A preocupação com a ordem, com os limites e controles, como o relógio, o sino e as preocupações com a higiene, refletiam o desejo de estabelecer uma rotina de ordem à sociedade.

Giddens (1991) relaciona o relógio e os *Sistemas Peritos*<sup>9</sup> com a revolução industrial, por conduzir à formação intelectual dirigida a produção de mão de obra qualificada a determinados interesses, mas que não convergem para a sociedade como um todo. Fatores estes que transformaram a cultura e os espaços como forma de favorecer o acúmulo do capital e não ao desenvolvimento sistêmico da cidade/sociedade. Neste contexto, ainda hoje vivemos o modo resultante de vida que outrora, na Primeira República, foi pensado e difundido

---

<sup>9</sup> Produção de mão de obra especializada, em determinadas funções, que servissem ao interesse do sistema industrial.

como forma de domar seres que servissem aos objetivos capitalistas. Milton Santos reafirma a materialização destes ideais:

Quando o sistema político formado por governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo (Santos, 2002, p. 45).

Milton Santos (2002) discursa nesta citação acerca dessa relação que o mercado criou com esse tipo de produção cultural que se transformou em um círculo vicioso. Neste sentido, quando o sujeito não se enquadra nessa mecanização de conhecimentos, automaticamente não é reconhecido pela sociedade como produtivo. Concluímos que o sistema almejado de produção capitalista aderido a mais de um século, hoje expressa os resultados.

A igreja defendia o ensino vinculado a moral e aos bons costumes, enquanto o Estado estimulava a cientifização do ensino com maior preparo contínuo. Para isto, a formação de professores também entrava no plano de incentivo. As então denominadas *Escolas Normais* abrigavam, no início, em sua maior parte o gênero feminino, acentuando as mudanças sociais que as mulheres causariam ao deixar o trabalho recluso de seus lares na busca da profissionalização. Segundo Oliveira (2007, p. 28), estas escolas profissionalizantes ainda configuravam-se como de pouco acesso, sendo o principal delimitador as condições sociais.

Na década de 20 a cidade de São Paulo já apresenta mudanças expressivas nas formas de se construir, com materiais e formas que seguiam as novas técnicas dos edifícios para o embelezamento e a higienização das cidades. Assim como as formas de urbanização, o higienismo, as artes e todos os outros conceitos culturais, procuravam assimilar a cultura que estava em ebulição, a

procura de novos experimentalismos e maior liberdade que assumisse as grandes revoluções que aconteciam na época, a sociedade assumia a necessidade de um novo período.

### **1.1.2 Modernidade a contemporaneidade**

A efervescência cultural marca o período do modernismo no Brasil que se estabelece após os anos 30. Nesse mesmo período o Estado passa a ser controlado pela burguesia industrial em ascensão em conjunto com os novos setores urbanos e os antigos grupos que já detinham o poder. Esse momento se dá aproveitando a queda da oligarquia cafeeira. Kowaltowski (2011, p. 85) atribui esses acontecimentos após a Semana da Arte Moderna (1922) e a Revolução de 1930 que foram cruciais para a educação e para a arquitetura escolar.

Marcílio (2005, p.119) associa a estratégia de industrialização do Brasil, após 1930, com a progressiva desativação das estradas de ferro dando lugar às construções de rodovias que deveriam interligar o território para facilitar a escoação de produtos produzidos nas cidades, interligando a economia e o mercado nacional. O país desejava criar condições de produção e sustentação própria. A autora continua relacionando o dinamismo econômico do país, que se sobressaiu ao mundo até a década de 70, com o fortalecimento da educação.

Na área educacional, a mentalidade de planejamento tomou corpo. Nesse particular, Dutra foi assessorado por Lourenço Filho e Anísio Teixeira. O ministro da Educação, Clemente Mariani, centrou sua política na educação popular, assumida como uma “missão civilizatória” (MARCÍLIO, 2005, p. 120).

Com a política adotada pelo Estado de desenvolvimento educacional para todo o Brasil, desnuda-se o desafio de abranger o território amplo pertencente ao país. Portanto, na execução física das escolas após anos 30 se percebe as mudanças formais, estéticas e técnicas para que houvesse a possibilidade de adequação ao objetivo de dispor escolas para todos. O livro da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE, 1998) define que a

arquitetura escolar, após os anos 30, abandona o sistema da caixa compacta, os ambientes passam apresentar composições mais orgânicas, flexíveis. De maneira similar a outras arquiteturas da época<sup>10</sup>, há o aparecimento do uso dos pilotis que proporciona uma nova forma de implantação no terreno quando abre o espaço próximo ao solo, deixando-o livre à circulação de pedestres e possibilitando a interligação com o entorno. Quanto ao aspecto social, a principal característica é a não mais necessária espacialização delimitada por sexo. FDE (2006a) apresenta a arquitetura desses prédios com estrutura de concreto armado incorporando o pátio ao prédio (até então estavam separado).

Como a escola ganha o papel de destaque por simbolizar o crescimento político do país, formam-se grupos multidisciplinares com o intuito de contribuir para os novos projetos para a Secretaria da Educação e Saúde do estado de São Paulo. Segundo Buffa e Pinto (2002) no estado em tela, neste mesmo período, se institui uma Comissão que responde pela normatização das condições higiênicas, pedagógicas e organizacionais dos espaços escolares. Os novos prédios adotavam formas e fachadas modernas com liberdade de implantação e tendo o funcionalismo como princípio projetual.

Em 1936, já sob influência da Escola Nova, a Diretoria de Ensino da Secretaria de Educação e o Departamento de Obras Públicas do Estado editam o manual: *Novos Prédios para Grupos Escolares*. Os ambientes se diversificam. A escola ganha salas de leitura, auditórios e ginásios, além de áreas voltadas à higiene. As técnicas de impermeabilização permitem que o piso dos ambientes seja instalado diretamente no solo. Começam a ser usadas estruturas de concreto armado e um dos principais preceitos arquitetônicos de Le Corbusier é adotado, com o uso de pilotis (sistema de pilares), que elevam o prédio do chão e permitem o trânsito sob ele. Nessa área, é alocado o recreio coberto, que antes ficava à parte do prédio. O concreto também permite o uso de vãos mais largos e de janelas maiores e mais horizontais que melhoram a iluminação FDE (2006a).

---

<sup>10</sup> Como Pereira (2010) conceitua as mudanças referentes ao modernismo na arquitetura brasileira que inovava principalmente a tipologia, a estética e o modo de organizar as funções das edificações. A fachada sem adornos, a ausência de telhado aparente, as janelas envidraçadas e contínuas e outros elementos referentes ao modernismo.

Alguns desses prédios, especialmente os de José Maria Neves e Hernani do Val Penteado, apresentam feições pré-modernas.

Enquanto o grande embate arquitetônico escolar se constituía pelo paradigma da quantidade<sup>11</sup> e da qualidade, surge a escola-parque. O baiano Anísio Teixeira constrói a base teórica e pedagógica da escola-parque após estudar os conceitos de Dewey<sup>12</sup> de Escola Nova. Pedrão (1999, p. 25) afirma que Teixeira também incorporou as ideias de Omer Buyse do livro *American Methods of Educacion*. Bastos (2009) define,

Em 1947, num cenário de democratização do País finda a ditadura Vargas, e numa Bahia impulsionada pelo governo progressista de Octávio Mangabeira, Anísio Teixeira, como secretário da educação do Estado da Bahia, elaborou o Plano Estadual de Educação Escolar que criou conceitualmente a escola-parque, ou seja, um espaço completo de formação educacional (BASTOS, 2009).

Neste contexto, Anísio Teixeira propõe diretrizes diferentes para escolas urbanas e escolas rurais. Além deste diferencial colocou a escola como eixo de convívio da sociedade, fato que favorecia uma escolaridade mais completa e concentrando recursos. Propondo unidades que favorecessem ao urbano, a escola-parque criou uma inovação na relação entre o espaço público e a escola.

Marcílio (2005, p.121) relata que após 1960 a situação econômica do Brasil pede projetos educacionais mais econômicos. As medidas adotadas na busca pela autonomia industrial e econômica do país que assumiu compromissos por almejar construir meios próprios de produção foram custosas aos cofres nacionais. Assim deu início ao processo de recessão nacional.

---

<sup>11</sup> Para fornecer escola para todos na grande extensão territorial brasileira.

<sup>12</sup> Dewey considerava a educação como uma área em que se podia incluir experiências manuais, artísticas e com o incentivo do professor agregar valores ao aprendizado. Apesar da pesquisa de Dewey ser norte-americana, Teixeira adapta esta experiência ao Brasil que produz uma realidade própria com principal diferencial a da participação social. Portanto propõe a escola como um eixo potencializador e aglutinador.

Segundo Kowaltowski (2011), com a Lei de Diretrizes e Bases (1971) que delimita ao estado a responsabilidade pelo Ensino Fundamental, se adota uma nova e mais econômica forma de construir as escolas. Estas deveriam fornecer meios de serem executadas com rapidez e simplicidade. Em São Paulo, a tarefa de definir onde e quando deveria ser instaurada uma nova escola tornou-se trabalho árduo.

Para vencer esses desafios, o novo sistema de construções escolares era simplificado, distribuído em um grande corredor que dá acesso às dependências escolares, com paredes de alvenaria de blocos aparentes de concreto; o teto de laje pré-moldada, com cobertura de telhas fibrocimento (KOWALTOWSKI, 2011, p. 90).

FDE (2006 a, p. 19) relata que em 1966 o Fundo Estadual de Construções Escolares (FECE) passa a centralizar todas as atividades relativas à construção escolar, sendo posteriormente, em 1976, sucedido pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (Conesp) e pela FDE, que consolidam esses procedimentos. Quando chegamos aos anos 80, época de redemocratização, Bastos (2009) relata que o programa da escola-parque, de Anísio Teixeira, foi retomado por Darcy Ribeiro no Estado do Rio de Janeiro, na figura dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), os quais se tornaram marcante do governo Leonel Brizola (1983-1987).

Com a intenção social o CIEPs atenderia integralmente os estudantes menos favorecidos, além de propiciar alimentação e atendimento médico. Os espaços de convivências podiam ser utilizados até mesmo nos finais de semana.

A definição arquitetônica dos CIEPs coube ao arquiteto Oscar Niemeyer (em colaboração com Carlos Magalhães da Silveira, José Manoel Klost Lopes da Silva, João Cândido Niemeyer Soares e Hans Muller) que concebeu um projeto-padrão de sete mil metros quadrados, englobando um edifício principal de três pavimentos com 24 salas de aula, refeitório, consultório e serviços auxiliares, e, em dois anexos, a biblioteca e um ginásio de esportes, numa configuração que demandava terrenos de dez mil

metros quadrados. A dificuldade de contar com grandes terrenos nas áreas mais densas levou a uma solução mais compacta com a quadra esportiva na cobertura do edifício escolar (BASTOS, 2009).

Estas escolas representavam com seus projetos, implantações e disposições nos terrenos uma imagem arquitetônica propulsora para a cidade. Ou seja, um espaço urbano catalizador de um processo que minimize a degradação social e urbana.

Hoje temos os Centros Educacionais Unificados (CEUs) que similarmemente remetem o Anísio Teixeira. Kowaltowski (2011, p.98) define as escolas produzidas nas últimas três décadas como *bastante padronizadas*. Fato que decorreu por ter sido terceirizada as construções que também causou um pouco mais de economia e liberdade nas realizações das fachadas.

Atualmente há o Programa Escola da Família do governo do Estado de São Paulo, que abre as escolas para a comunidade aos finais de semana, transformando-as em mais do que edificações culturais, mas em centro de convivência, com atividades voltadas às áreas: esportiva, cultural, saúde e qualificação para o trabalho. Dessa forma, o espaço escolar passou a ter novas formas de apropriação, ou seja, tornou-se também espaço de convivência sociocultural para a população em geral.

A história da escola construída em uma vertente de cruzamento com a trajetória das teorias pedagógicas, relacionadas às implantações e edificações, cada qual exercendo a incumbência de exercer forças doutrinárias sobre a sociedade, desnuda de forma singular os cenários urbanos de cada recorte temporal. Como é possível notar, a escola não age de maneira isolada utilizando apenas o terreno de sua implantação e as edificações, mais mantém uma relação ativa com o entorno, com o espaço público.

O arquiteto holandês Herman Hertzberger, apresenta o público e o privado nos seguintes termos:

(...) uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno

grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la (HERTZBERGER, 1999, p.12).

Neste contexto, o autor defende que não deva existir necessariamente oposição entre espaço público e espaço privado, mas sim vários níveis de acessibilidade, funções e formas, que podem ser definidas pelo uso de materiais, luz e cores. Para esse arquiteto, o processo de concepção das escolas, a fase de projeto, tem importância fundamental.

Atualmente o espaço escolar é aceito como uma edificação que vai além do objetivo de expressar a pedagogia ou a cultura de uma comunidade. Kowaltowski (2011, p. 193) tece também seu discurso em favor da construção de uma arquitetura escolar que converse com seu entorno, com a comunidade, com os desejos e valores. A rua pode e deve ser apropriada pela comunidade proporcionando a valorização e vivência local.

O significado do termo público refere-se àquilo que é para todos, portanto, não podendo segregar ou ser de uso peculiar a determinadas fatias da sociedade. A educação pública significa similarmente que não é direito de certa parte da sociedade, sendo de domínio público, a cultura pertence a todos.

Neste contexto, o cruzamento de informações construiu um percurso não linear, mas em permanente mudança, onde os espaços escolares precisam estar em constante adaptação para suprirem as variações e intenções de uma sociedade que não se estagna. A forma como os cidadãos se relacionam com os espaços é um importante ponto para o estudo da produção do espaço urbano, por expor questões de desigualdades sociais, de circulação, de infraestrutura e equipamentos, refletindo o resultado da produção desigual do espaço, em que o planejamento urbano, ou a falta dele, assume suma importância.

O edifício escolar é muito usado como espaço comunitário, pois não são considerados somente como espaço promocional de educação e cultura, mas todo o local da escola assim como seu entorno permitem vivências e o acesso da comunidade. Este tipo de ação é considerado um ponto primordial para a resiliência de uma cidade e a busca por sustentabilidade<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> No item 1.3, mais adiante, o conceito da sustentabilidade será melhor explicitado.

O programa arquitetônico veio sofrendo adequações para apoiar os projetos das escolas da rede pública estadual, porém, cada programa estava inserido num contexto histórico, político e econômico do estado de São Paulo e do Brasil. Este fator tem relevância por expressar a materialização das soluções apresentadas para as transformações da sociedade nos espaços físicos escolares. O organograma a seguir (Tabela 1) mostra a sequência de órgãos que atuaram na administração das escolas públicas no estado de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX (MACHADO, 2009, p. 67). Duarte pondera:

Porque não considerar em cada bairro, a escola, o grupo escolar, como fonte de energia educacional, como ponto de reunião social, como sede das sociedades de “amigos de bairro”, como ponto focal de convergência dos interesses que mais de perto dizem com a vida laboriosa das suas populações? (DUARTE apud ANELLI, 2004).

A importância do planejamento urbano para o Brasil hoje é central para o debate sobre o desenvolvimento e crescimento das cidades. As escolas compõem centros de estudos e fluxos atuantes nas cidades e suas experiências tem poder de inclusão, de reurbanização na construção de conjuntos em áreas próximas. Estes espaços são realizados com a participação indispensável da população, já que a reurbanização não é uma ação de caráter predominantemente físico, mas social. O papel das ciências e da ação sociais vem antes das ações de urbanismo físico e o condicionam e o determinam. Portanto, o entendimento das áreas escolares se faz necessária para que haja um planejamento urbano propulsor.

Portanto na tabela 1, a seguir, fica evidenciado que ao longo do tempo os espaços comunitários foram sempre priorizados nos programas para os projetos escolares, e atualmente os programas estabelecidos para as escolas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) multiplicaram estes espaços que integram a população, fator relevante no planejamento urbano contemporâneo para a sustentabilidade. O Convênio Escolar atuou a frente da organização escolar em São Paulo de 1949 a 1959, sendo um acordo entre o Governo Estadual e a Prefeitura de São Paulo. A sugestão era dividir responsabilidades, sendo o Estado responsável pelo desenvolvimento do ensino,

isto é, com propostas pedagógicas, contratação de professores, conservação das escolas, dentre outros. Já a Prefeitura era responsável pela construção dos prédios escolares, como: galpões provisórios, bibliotecas, recantos, parques infantis, teatros populares, ginásios e principalmente escolas. Em sucessão ao Convênio Escolar veio o Fundo Estadual de Construções Escolar (FECE) que atuou de 1959 até 1976. Iniciado dentro do Plano de Ações do Governador Carvalho Pinto, tinha o objetivo de planejar as construções e promover a ampliação de prédios escolares de ensino público primário e secundário para todo o estado de São Paulo.

**Tabela 1** – Transformações no programa arquitetônico das escolas com ênfase nas áreas de uso comunitário segundo o órgão público responsável.

<b>PROGRAMA ARQUITETÔNICO</b>			
<b>Convênio Escolar</b>	<b>Fece</b>	<b>Conesp</b>	<b>FDE</b>
Administrativo	Administrativo	Administrativo	Administrativo
Diretor	Diretor	Diretor	Diretor
Sala dos Professores	Sala dos Professores	Sala dos Professores	Sala dos Professores
Sala de Aula	Sala de Aula	Sala de Aula	Sala de Aula
Laboratório	Laboratório	Laboratório	Laboratório
Biblioteca	Biblioteca	Biblioteca	Biblioteca
Museu	Jardim	Jardim	Ciclo Básico
Auditório	Auditório	Auditório	Auditório
Pátio interno	Pátio interno	Pátio interno	Pátio interno
Zelador	Zelador	Zelador	Zelador
Grêmio	Grêmio	Grêmio	Grêmio
Cozinha	Cozinha	Cozinha	Cozinha
Depósito	Depósito	Depósito	Depósito
Sanitário / Vestiário	Sanitário/ Vestiário	Sanitário / Vestiário	Sanitário / Vestiário
Assistente Social	Assistente Social	Assistente Social	Assistência Escolar
Quadra	Quadra	Quadra	Quadra
Cantina	Cantina	Cantina	Cantina
Piscina		Centro Cívico	Educação Física
Consultório Médico		Almoxarifado Almoxarifado	Consultório
Odontológico		Sala Multiuso	Sala Multiuso
			Sala de Vídeo
			Refeitório
			Sala de Leitura

**Fonte:** MACHADO, 2009, p. 68. Relacionando os programas com as instituições responsáveis pela a organização escolar em seu recorte temporal.

O FECE trabalhou associado a elaboração de projetos e execução das construções escolares, neste período, com o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) (MACHADO, 2009). Com o fim da administração do FECE, foi criada a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), responsável pelas construções das escolas no período compreendido entre 1976 e 1987. Durante sua atuação criou a padronização dos materiais e dos componentes para aceleração do processo construtivo, fazendo com que houvesse grande progresso no número de novas escolas no estado de São Paulo. A CONESP fornecia diretrizes para os projetos de arquitetura das escolas estaduais com a finalidade de atender a demanda por escolas públicas no estado de São Paulo, através dessas diretrizes os arquitetos passariam a desenvolver seus projetos, sendo que o principal objetivo era fornecer informações necessárias para os arquitetos que desenvolviam os projetos, exigindo menos tempo para cada projeto (MACHADO, 2009).

A questão do espaço comunitário não era uma diretriz de projeto, porém no período da CONESP, retomado o princípio de uma a escola que ofereça uma proposta atenta para a utilização do espaço além do ensino escolar, oferecendo atividades esportivas para moradores da região. A Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), criada em 1987, vigente até hoje, é o órgão que responde à Secretaria Estadual de Educação, atuando no desenvolvimento de ações para o crescimento e melhoria das escolas da rede estadual de São Paulo. Além de operar na coordenação de projetos de construção, reformas, ampliações e restaurações, a FDE também gerencia as obras de construções de novas escolas (MACHADO, 2009).

A partir desta análise se entende que o projeto arquitetônico escolar é um facilitador para a criação do espaço de convivência, tendo a função de promover a presença das pessoas e a utilização do espaço de forma coletiva. Ainda se reconhece que a escola exerce um papel fundamental para a existência do espaço público e comunitário.

## 1.2 Breve história do planejamento urbano no Brasil

A história do planejamento é fundamental para compreender a produção e organização do espaço urbano; o planejamento anuncia a diversidade de interesses e atores que se interligam no processo social de construção da cidade e elucida o entendimento de como os prédios escolares foram se adequando as transformações da cidade. Portanto, o planejamento urbano tenta equacionar problemas e ordenar estratégias para propor um futuro desenvolvimento. Como citado anteriormente, neste capítulo torna-se importante à revisão histórica do planejamento como meio de entender as mudanças e opções escolhidas na organização espacial das escolas e seus entornos que possibilitaram a definição de normas e diretrizes de ordenamento territorial.

A Revolução industrial consolidou o fortalecimento de mecanismos de acúmulo do capital moderno e a Revolução Francesa organizou e agitou a sociedade que alcançou direitos políticos (HOBBSAWM, 1977). As questões desenvolvidas nestas duas revoluções supracitadas desencadearam alterações econômicas, políticas e sociais que foram repercutidas mundialmente. O modo de produção das cidades foi alterado quando o objetivo da sociedade voltou-se para o mercado de massa.

A construção e as intervenções nas cidades, no período do assim chamado urbanismo moderno, é fruto do amálgama das lutas sociais pelo direito à cidade; da formulação de um conjunto de ideias, teorias e experiência que visavam uma nova estética, uma nova sensibilidade, ligada a uma modernidade que passava pelo avanço tecnológico, pelos novos modos de ver e viver a cidade, ao mesmo tempo em que intentava mitigar os avanços e aspectos desastrosos que a sociedade capitalista industrial como um todo havia posto em movimento: as pestes e a degradação sócio espacial eram, então, um problema real, ainda que a necessidade de sua superação passasse muito mais por uma questão econômica, que por qualquer discurso apontado para a criação de uma ordem social mais justa (seja qual for o conteúdo ideológico que essa expressão tome). (COSTA, 2012, p.144).

Dito isto, compactuamos com Villaça (1999, p. 193) que define a origem do planejamento urbano brasileiro com os planos de embelezamentos do final do século XIX. Esses planos que incidiam no alargamento de vias, na limpeza de ocupações das faixas sociais menos favorecidas das áreas urbanas centrais, a estruturação de infraestrutura, de saneamento e ajardinamento de parques e praças. Em parte expressiva a concepção do planejamento brasileiro esteve baseado em fundamentos modernos. Estes padrões que valorizavam a forma, a habitação e a técnica desenvolvidas na evolução cultural e educacional que acontecia em todo mundo.

Leme (1999) também cita a criação de uma legislação urbanística nesses planos, sendo que a maioria destes concentravam meios de favorecer a circulação da cidade na interligação de áreas economicamente interessantes. Para o alcance destes objetivos havia a alteração topográfica, aterros e outras medidas em áreas consideradas insalubres ou a simples remoção dos cortiços. Similarmente as escolas construídas em São Paulo incorporavam os princípios de organização dos planos urbanos da primeira metade do século XX quando estabeleciam utopias entre a forma, o terreno ideal e as especificações tecnocratas que as compunham. As ideias e as práticas valorizavam as questões sanitárias do prédio e da vizinhança; as funções dos espaços da planta introduziam valores para padronização social.

O engenheiro Saturnino de Brito teve singular importância neste período por ter realizado planos de saneamento para várias cidades brasileiras. Em algumas cidades, os planos também incluíam diretrizes para a expansão urbana, como foi o caso em Vitória (1896), Santos e Recife (1909-1915). No Rio de Janeiro, neste período, houve um plano muito representativo, o de Pereira Passos. Assim as cidades brasileiras criavam regulamentação para ordenar e controlar os crescimentos urbanos. Os arquitetos e engenheiros atuantes nos projetos, tanto de planejamento quanto de edifícios escolares, tinham formação profissional fundamentada e/ou influência adquirida no exterior.

Esses arquitetos, por sua sólida formação, trouxeram os modos de projetar das suas escolas de origem, mas todos sofreram a influência do ensino francês. Pela primeira vez via-se um tão

grande número estabilizado de profissionais projetando edifícios especializados nas várias cidades paulistas (FDE, 2006, p.24).

Cabe ressaltar que antes da década de 30, o sistema educacional brasileiro ainda pertencia em maioria à elite, havia um sistema particular de ensino secundário e as escolas de profissões liberais, em sua maioria, públicas e gratuitas. Para o povo, havia certa quantidade de lugares nas escolas primárias públicas, de onde poucos destes alunos se dirigiram às escolas normais e técnicas profissionais, estas mantidas em sua quase totalidade pelo poder público e, portanto, gratuitas (TEIXEIRA, 1976, p. 94-95). Portanto, o ensino brasileiro existente nesta época não se destinava ao popular, mas se denominava como uma educação de elite.

Os planos foram sendo desenvolvidos e começaram a compreender toda a cidade paulista, tentando com a integração das diretrizes se estenderem para todo o território do Município, e não apenas para algumas áreas específicas. Com a preocupação de colocar as coisas em seus devidos lugares e tendo a habitação como o eixo principal, o pensamento moderno em voga, definiu o zoneamento como parte central do planejamento. Segundo Leme (1999), a partir desta época que começam a serem feitos os zoneamentos, bem como a legislação urbanística de controle do uso e ocupação do solo. É neste contexto que hoje se define a distribuição e o uso escolar gratuito, a partir do zoneamento e da habitação.

O Plano de Avenidas de Prestes Maia para São Paulo, elaborado em 1930, tratava sobre vários aspectos do sistema urbano, tais como as estradas de ferro e o metrô, a legislação urbanística, o embelezamento urbano e a habitação. Mas a ênfase dada foi para o plano de avenidas, que possuíam um caráter monumental. Segundo Leme (1999), o conjunto de novas vias mudou a cidade baseada na locomoção por transporte coletivo (ônibus e bondes) em uma cidade mais dispersa voltada para o automóvel.

Outro representante do planejamento urbano brasileiro do final da Primeira República é o Plano de Alfred Agache, para o Rio de Janeiro (também elaborado em 1930). Este plano marca uma transição dos planos de embelezamentos, para os *super-planos*, que viriam a ser desenvolvidos nas

décadas de 60 e 70 (VILLAÇA, 1999). Ele traz também a ideia de cientificismo à elaboração de planos urbanos, como se os problemas da cidade só pudessem ser realizados com o auxílio da ciência e da técnica. Com efeito, uma das características deste plano é o extenso diagnóstico realizado. Entre os temas tratados no plano de Agache estão: a remodelação imobiliária, o abastecimento de água, a coleta de esgoto, o combate a inundações e a limpeza pública (VILLAÇA, 1999).

As influências, que se materializavam em mudanças efetivas nos planos urbanos, abarcam um conjunto complexo de relações. O contexto nacional refletia também o que ocorria no restante do mundo na política, na sociedade, na economia e muitos outros fatores. Carty (2014) em sua dissertação de mestrado analisa o cenário pós-segunda guerra mundial e como este influencia no planejamento das cidades. Para este objetivo referencia Jane Jacobs (2000) e Harvey (1993) em um cruzamento de análises que expõe o processo e o período da morte do modernismo e instauração do pós-modernismo.

Em uma fase que se contesta a racionalização do modernismo, imerge uma sociedade de mídia, que reflete na arte, na economia e nas transformações sociais o poder do consumismo americano. Na década de 60 houve diversas manifestações internacionais, sobretudo europeia e norte-americana que defendia a luta das classes, fator que fortalece o individualismo e os direitos das minorias. Em um cenário efervescente de acontecimentos políticos e econômicos a cidade adere alterações para se adequar aos novos costumes. Assim, o planejamento urbana muda para atender a uma nova sociedade mais subjetiva e manter o espaço urbano ativo, mesmo diante das transformações.

A autora continua enfocando que neste mesmo período o Brasil enfrentava a enérgica ditadura militar que “(...) não permitiu que a crítica ao planejamento moderno se completasse iniciada na década de 1960 e mantida adormecida diante a repressão violenta do governo militar, que não permitia o debate político e social no planejamento urbano” (CARTY, p. 27, 2014). Somente com a redemocratização do país o planejamento é retomado. Há finalmente a inserção de outros aspectos aos planos, além daqueles estritamente físico-

territoriais, tais como os aspectos econômicos e sociais. Segundo Villaça (1999), as principais características dos planos do período da década de 60 são:

- 1) Distanciamento entre as propostas contidas nos planos e as possibilidades de que essas propostas sejam efetivamente implementadas;
- 2) Conflito entre propostas cada vez mais abrangentes, e estruturas administrativas cada vez mais setorializadas e especializadas;
- 3) Dificuldades e indefinições quanto à aprovação dos planos, uma vez que até então estes eram da competência do Executivo e, a partir da incorporação de leis e recomendações das mais diversas naturezas, passaram a ser também da competência do Legislativo.

As décadas de 50 e 60, em São Paulo, são marcadas pelas modificações urbanas, como a verticalização e a expansão do município. A cidade e o rural se aproximavam territorialmente e diminuía as diferenças culturais e comportamentais da sociedade conforme este maior contato se intensificava. O debate político-social decorrente deste tempo exigiu a ampliação de fornecimento de escolas resultando no Convênio Escolar que construiu aproximadamente 70 escolas entre outras instituições de apoio ao ensino. Estes edifícios apresentaram novidades arquitetônicas por incorporarem os princípios da Escola Nova, assim negavam à escola o caráter de monumento e assumiam a mesma como um “(...) equipamento básico para o funcionamento eficiente de uma sociedade urbano-industrial” (FDE, 2006a, p.46).

Quanto mais complexos e abrangentes tornavam-se os planos urbanos, mais crescia a variedade de problemas sociais nos quais se envolviam e com isso mais se afastavam dos interesses reais da classe dominante e das suas possibilidades de aplicação (Villaça, 1999, p. 214). Assim, provavelmente como resposta aos maus resultados provenientes da não possibilidade de efetiva aplicação dos *super-planos*, passaram a ser elaborados planos que abriam mão dos diagnósticos técnicos extensos e, até mesmo, dos mapas espacializando as propostas.

Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios

técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes. (VILLAÇA, 1999, p. 221).

Estes planos apenas enumeravam um conjunto de objetivos e diretrizes genéricas e acabavam ocultando os conflitos inerentes à diversidade de interesses relativos ao espaço urbano. Quanto a estratégia da implantação de novas escolas a partir da década de 70 foi a opção de utilizar as estruturas pré-fabricadas para solucionar a demanda da região de São Paulo. Este fator foi decisivo para industrializar a construção de escolas (FDE, 2006b). A forma e a estética das escolas produzidas neste período contemporâneo ainda assemelham-se a uma identidade modernista (mesmo que tardia), colocando como eixo central da articulação das funções os espaços sociais e remetendo ao brutalismo na solução estética. Em 1971, a Lei de Diretrizes e Base atribuiu ao Estado a responsabilidade pelo ensino fundamental. A problemática do país também alcançou São Paulo, a dificuldade de abranger o território com escola enfrentava desafios econômicos, de quantificação, qualificação e setorização, fatores que induziram a simplificação dos métodos construtivos (KOWALTOWSKY, 2011, p. 90).

Retomando a questão do planejamento urbano no Brasil, os movimentos sociais organizados durante a década de 70 que discutiam sobre problemas econômicos e de direitos civis, nos anos 80 ganharam força perante o Estado. Este longo percurso de luta por direitos, que não nos aprofundaremos neste momento, conduziram a Constituição de 1988. A carta magna da República Federativa do Brasil elaborada naquele período, anterior ainda a Lei do Estatuto das Cidades (2001), já inspirou alguns municípios a estabelecerem suas Leis Orgânicas e Planos Diretores, na expectativa da democracia urbana. Este assunto será retomado no segundo capítulo desta dissertação quando se apresenta a análise do Plano Diretor da cidade que é o estudo de caso deste trabalho.

A Constituição Federal de 1988 foi resultado das diversas modificações que vinham ocorrendo desde a década passada. Com as novas regras aprovadas estabeleceram-se as bases para o novo relacionamento entre o Estado e a

sociedade e entre os diferentes entes federativos. Em relação à política urbana, a nova Constituição dedicou capítulo ao tema e voltou a optar pelo plano diretor como instrumento básico de ordenação exigido constitucionalmente para cidades com mais de 20 mil habitantes devendo ser de responsabilidade do poder municipal, elaborado e posto em prática pelo Executivo depois de aprovado pelo Legislativo (CARVALHO, 1999). Como resultado os planos estratégicos se multiplicaram na década de 90. Em 2003 é criado o Ministério das Cidades com o objetivo de elaborar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que controlasse o desenvolvimento das cidades de forma mais ordenada e apropriada para a utilização das infraestruturas existentes.

Com o cenário internacional de globalização, de reestruturação produtiva e financeira e sob uma agenda internacional de reformas liberais, surge um tipo de planejamento que nega as visões tradicionais de planejamento tecnocrata e desenvolvimentista. O planejamento estratégico contemporâneo visa uma cidade eficiente, competitiva, que acompanhe as tendências da economia neoliberal. Os esforços relativos ao planejamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável que procuram integrar as dimensões ambiental, econômica e social apontaram no Brasil para uma mistura contraditória que, na maioria dos planos e projetos, vem combinando a regulação para a proteção ambiental com os interesses dos agentes econômicos.

### **1.3 Cidade sustentável: um novo paradigma de planejamento**

A sustentabilidade urbana expressa à urgência contemporânea de se criar nova forma de relacionamento entre a variedade de atores que ocupam o território com a cidade, que possam vir a suprir os efeitos negativos das ações do passado sobre o ambiente, criando uma capacidade de resiliência que acompanhe o desenvolvimento social. Neste sentido, Acselrad (1999) defende a articulação do pensamento e das ações, de forma integrada, com equidade e com o objetivo de desenvolver possíveis condições de haver futuro. Propondo e revendo pontos diferentes de influência sobre a cidade, o autor analisa em seus estudos visões positivas e negativas do conceito da sustentabilidade com

urgência de ser construído. Acselrad (1999) explica a sustentabilidade urbana quando afirma:

Ao promover uma articulação “ambiental” do urbano, o discurso da sustentabilidade das cidades atualiza o embate entre “tecnificação” e politização do espaço, incorporando, desta feita, ante a consideração da temporalidade das práticas urbanas, o confronto entre representações tecnicistas e politizadoras do tempo, no interior do qual podem conviver, ao mesmo tempo, projetos voltados à simples reprodução das estruturas existentes ou a estratégias que cultivem na cidade o espaço por excelência da invenção de direitos e inovações sociais (ACSELRAD, 1999, p. 88).

As realidades nas cidades contemporâneas no Brasil refletem, em sua maioria, uma paisagem de segregação social, cultural e espacial. O desejo de manter certa qualidade de vida nas cidades alavancaram estudos na tentativa de reverter um quadro de gradativo das urbes. Pesquisadores e estudiosos são unânimes em afirmar que esta meta ainda está longe de ser atingida. Esses debates são reais no espaço público, no caso do estudo nos referimos a um espaço destinado a um grupo social, a escola. Essas áreas pertencentes ao poder público, destinadas à coletividade e com devido valor de uso, tem importância como espaço criativo, espontâneo, da beleza das obras e das festas. Podendo se configurar como fragmentado e ou articulado, refletindo e condicionando o valor social, configurando símbolos e lutas. A escola cria uma relação de troca contínua com o bairro em que está inserida e a investigação dos estudos de caso procurará definir de que forma a escola articula com seu entorno na busca por um ambiente sustentável.

A nova maneira de encarar o planejamento contemporâneo conduz sem ressalvas a necessidade de se produzir projetos pensando nos resultados futuros. Portanto, surgem as propostas de como criar um bairro sustentável, na intenção de tornar mais palpável essa discussão. Logo, neste contexto, que as comunidades do bairro, com maior facilidade, podem desenvolver ações impactantes.

Melhado (2011) propõe que ao iniciar um projeto com objetivo de ser sustentável, assumem-se alguns princípios:

1. Integrar os setores e profissionais; quanto mais multidisciplinar for a equipe, maior probabilidade de aumentar a visão global do problema a ser enfrentado. As etapas do desenvolvimento do projeto bem delimitadas facilitarão a garantia de continuidade.
2. A necessidade de se estabelecer parcerias entre os setores público e privado, convergindo os interesses em algo comum. A gestão e a fiscalização desses projetos garantem eficiência, produtividade e qualidade.
3. Estabelecer indicadores e referências que facilitem e validem as ações sustentáveis, o que favorece a formação de profissionais qualificados para atuar na área.
4. O patrimônio é citado como uma ferramenta na valorização e na conservação do sentimento de pertencimento e afetividade, podendo ser valorizado entre as redes econômicas.
5. A biodiversidade atinge a fragilidade atual que se insere na capacidade de restaurar ou preservar para o futuro e recuperar, mudando a concepção de extração vegetativa tanto usada durante a história.
6. Quanto à questão dos transportes, ressaltar a capacidade de produzir acesso rápido e seguro, por meio de transportes coletivos e acessos livres a pedestres e ciclistas ainda é um grande desafio na nossa realidade, o que aumenta a emergência de propostas e experiências evolutivas.
7. Ao chegarmos a discussão energética, os autores são unânimes quanto à necessidade de reduzir consumo de fontes não renováveis e favorecer as renováveis. A água hoje é uma fonte altamente fragilizada necessitando de em proteção e recuperação. A questão dos resíduos é um fator bastante relevante nas cidades contemporâneas, a utilização dos três Rs urge: reduzir, reciclar e reutilizar. Além de economizar energia e reaproveita-la,

diminuirá a emissão de gases e poluentes. A utilização de materiais sustentáveis em edificações produz edifícios sustentáveis, que usam menos energia.

8. Produzir qualidade de vida, incentivar a coesão social para manutenção dos ambientes e para criar força e resiliência.
9. A diversidade econômica como meio de conciliar o capitalismo as necessidades de espaços produtivos e qualitativos.
10. Por fim, a educação é o meio mais certo de tornar todas essas propostas em realidade duradoura.

O desenvolvimento de cidades sustentáveis ainda é um conceito em construção, no contexto brasileiro principalmente há paradigmas que são notórios no como: a falta de participação social e a falta de colaboração conjunta entre o público e o privado. Neste sentido, os interesses capitalistas impõem caminhos dispares na interligação e convergência dos setores urbanos para um bem maior. Hoje se começam a aparecer os resultados de experiências tidas como positivas para sustentabilidade, é um grande passo na consolidação de ambientes urbanos de melhor qualidade de vida, que dependem da colaboração de diversos atores como, o poder público e privado, e seus próprios habitantes.

O papel da escola como eixo propulsor da sustentabilidade abrange mais do que a utilização de tecnologias pontuais, reutilização de energias, diminuição do impacto causado por construções, ou de funções e programas. A qualidade do ambiente construído destas instituições refletem acréscimos aos usuários, pois a arquitetura escolar é um importante elemento em seu entorno, estando estimulando o uso dos espaços públicos ao redor como: praças, vias, ambientes culturais e muitos outros. Portanto a escola conectada a comunidade ativa a participação local fortalecendo um agente expressivo para construir a sustentabilidade (KOWALTOWSKI, 2011).

As propostas de prédios escolares que se difundiram pelos territórios das cidades brasileiras, reproduziram a cada recorte temporal as mudanças que a sociedade enfrentava ao seu tempo. O Poder Público, ao se analisar a evolução

da rede escolar e do aumento qualitativo das chances educativas, foi se adaptando aos experimentalismos ocorridos e desenvolvimentos disciplinares até meados do século XX. Se por um lado, a extensão da educação por meio da ampliação do número de escolas nas cidades foi um fato, por outro lado, as dificuldades econômicas limitaram as estratégias para o plano de expansão do atendimento quanto aos espaços escolares. Um dos efeitos importantes dos espaços destinados à prática educativa tem sido o de produzir identidades sociais definidas por processos de produção de diferenças cultural e social, mas as teorias pedagógicas ainda enfrentam dificuldades de atender de forma eficaz a estes desejos. Estas identidades, quando produzidas, fortalecem a comunidade e mostram um forte eixo no planejamento, assim como na possibilidade de propostas de sustentabilidade nas cidades, é a força que pode transformar os setores urbanos em trabalho sistêmico.

#### **1.4 Quatro projetos de escolas na São Paulo dos séculos XX e XXI**

O século XX foi um período produtivo na construção de escolas no território brasileiro. No período da Primeira República o maior desafio de se propor a universalização da educação fundamental consistia no crescimento demográfico. Por mais que construíssem escolas o crescimento populacional era maior. Mesmo neste contexto, houve neste mesmo período a fundamentação de mudanças marcantes na educação. Em meados do século o grande desafio ficava por conta da área rural ainda sobressair à urbana em número populacional, fato que dificultava a acessibilidade à escola. Além disso, este quadro, da população rural mantinha pouca produtividade econômica e muito trabalho braçal a ser realizado para a manutenção familiar, assim havia pouco incentivo para a procura de aquisição cultural. Mudanças significativas foram ocorrendo até os dias atuais, as transformações sociais e econômicas resultaram na diminuição populacional, mas este fato não resolveu o desafio educacional. As faltas de

desenvolvimento da escola frente aos paradigmas modernos ainda refletem fracassos na educação principalmente nas escolas públicas (MARCÍLIO, 2005).

São Paulo ao concentrar vastos setores econômicos resultou no agigantamento da cidade, a ideologia do desenvolvimento perdurou no país até a instauração da ditadura militar (1964). “(...) o domínio norte-americano propagava-se lentamente em todos os níveis da economia, da política, da segurança, da educação, nas nações de toda a América Latina” (MARCÍLIO, 2005, p.120). Nessas circunstâncias, o país adentrou na tendência à industrialização como estratégia para suprir o atraso, comparado a outros países. A autora aludida continua analisando os efeitos destas mudanças citando que “O Estado brasileiro passou a atribuir à educação um papel fundamental no processo do desenvolvimento. Na área educacional, a mentalidade de planejamento tomou corpo” (MARCÍLIO, 2005, p. 120).

Os anos 80 e 90 foram marcados pela queda econômica do país. Mas é fato que São Paulo se tornou um eixo fundamental para o Brasil economicamente e culturalmente, o estado abriga grande número de universidades e desenvolvimento educacional. Portanto, a seguir serão analisados alguns projetos de escolas paulistas desnudando como os desenvolvimentos educacionais e urbano influenciaram nas formas e usos arquitetônicos. Segundo Vilanova Artigas,

(...) em cada fase de luta pela educação nacional, constroem-se escolas cuja arquitetura reflete, talvez melhor que qualquer outra categoria de edifícios, as passagens mais empolgantes de nossa cultura artística; os recursos técnicos que tivemos à disposição; tudo condicionado a um programa nacional de desenvolvimento. Conhecendo estas passagens, pode a arquitetura brasileira, não só valorizar corretamente os sucessos dos pontos nodais de sua história, como escolher caminhos novos (ARTIGAS, 1970, p.10).

As escolas simbolizam cada período com sua técnica construtiva e com a cultura ali desenvolvida. A apresentação de cada projeto a seguir busca exemplificar, na linguagem arquitetônica, os conceitos das épocas já previamente estudadas, em relação com a visão urbanística. Nos edifícios escolares paulistas analisados a diante, busca considerar as transições do século efervescente de

transformações e como estes incorporaram as mudanças. Estas escolas, situadas em São Paulo, têm datas aproximadas dos estudos de casos analisados no capítulo terceiro, que expõe escolas da cidade de Artur Nogueira. Este cruzamento de informações em contextos variados constrói uma visão integrada de como a sociedade, o edifício e a urbanidade tem conversado nos contextos que envolvem a escola. Desse modo, o argumento de que a escola relacionada a cidade pode produzir um planejamento sustentável poderá ser melhor analisado.

#### 1.4.1 Um projeto da Primeira República - Grupo Escolar Padre Anchieta

**Figura 2.** Fachada do Edifício do Grupo Escolar Padre Anchieta.



**Fonte:** Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&Id=539ba077515bc010VgnVCM2000000301a8c0>> Acesso em 13de maio de 2014. Fachada eclética que caracterizou as escolas paulistas do início do período republicano.

Com São Paulo assumindo liderança econômica no panorama nacional nasce o Grupo Escolar Padre Anchieta localizado perto da estação de ferro São Paulo Railway <sup>14</sup> situado no Brás, área central da cidade que se desenvolveu industrialmente e comercialmente à época. Primeiramente funcionou, em 1898, como *Seção Feminina do grupo Escolar do Braz*. Teve seu projeto feito, em 1911, por Manuel Sabater, arquiteto do Departamento de Obras Públicas. O prédio foi

<sup>14</sup> Estação inaugurada em 1867 a linha férrea São Paulo Railway ligava Santos à Jundiaí.

concluído em 1912, sendo o terceiro Grupo Escolar a ser construído no Brás. Inicialmente tinha como objetivo atender a população menos favorecida de seu entorno com educação gratuita.

O edifício dotado de valor histórico contrariou as recomendações do Código Sanitário<sup>15</sup> de 1894 por construir o segundo pavimento, enquanto o Código definia que sempre que possível, deveriam ter apenas um pavimento. Essa alteração foi justificada pela necessidade de abranger maior número de alunos, tendo o bairro grande demanda, sobretudo de imigrantes, tanto assim que outras escolas também foram adequadas com o mesmo fim. Além dos dois pavimentos, este prédio possuía um porão que era usado como salas de aulas no período noturno, o que o diferenciava dos outros prédios escolares da região do mesmo período. Apesar do pé direito baixo no porão, recebia alunos adultos para as aulas noturnas. Nesse sentido, esse porão deixava o edifício vulnerável às enchentes.

Na dissertação de Araújo Júnior (2007) são analisadas as intervenções urbanísticas ocorridas no local antes de receber o prédio. Houve alargamentos de ruas, um novo traçado com avenidas que foram introduzidas no contexto. Foram valorizadas questões de mobilidade quando se insere pontos de parada da ferrovia e armazéns para suprir as necessidades locais. O terreno escolhido não havia declividade. Quanto a sua legalidade, respeitava o decreto de 1881, que regulamentava a administração pública, com um por menor que se referia a proximidade deste com grandes vias. Quanto ao Código Sanitário, este se adequava na questão da insolação, por manter a escola em contato com o sol a maior parte do dia.

Logo após os portões da escola, ricos em ornamentos, se encontrava um pátio provindo do recuo da rua, onde servia para receber os alunos em momentos de entrada e saída de aula. Havia dois acessos de entrada para os alunos, um ao lado direito e outro ao lado esquerdo, mas não tendo características definindo qual seria a entrada dos homens e das mulheres. Quanto à distribuição interna, cada entrada possuía um hall onde ficavam situadas as escadas e de onde saíam os corredores que levavam as salas de aula. Os

---

<sup>15</sup> Artigo 188 (CÓDIGO SANITÁRIO, 1894, p. 88).

banheiros, nesse caso eram ligados ao prédio, mas dispostos no extremo do mesmo. O pátio interno servia como delimitador da distribuição dos outros espaços, sendo que no centro localizava a sala dos professores e o vestiário. O autor referido anteriormente descreve: “Contornando o pátio interno, havia corredores com varandas, protegidas pelos lam brequins de vidros verdes, amarelos, azuis e vermelhos, abertos para o pátio” (ARAÚJO JÚNIOR, 2007, p. 89). O terceiro pavimento reproduzia os outros andares com poucas alterações. Uma delas era a questão de uma das escadas se tornava desnecessária, sendo esse espaço usado para o porteiro. Outro uso importante era a sala do diretor que ficava a cima da sala dos professores. A inserção de uma escada que dava acesso ao pátio dos fundos também foi inserida.

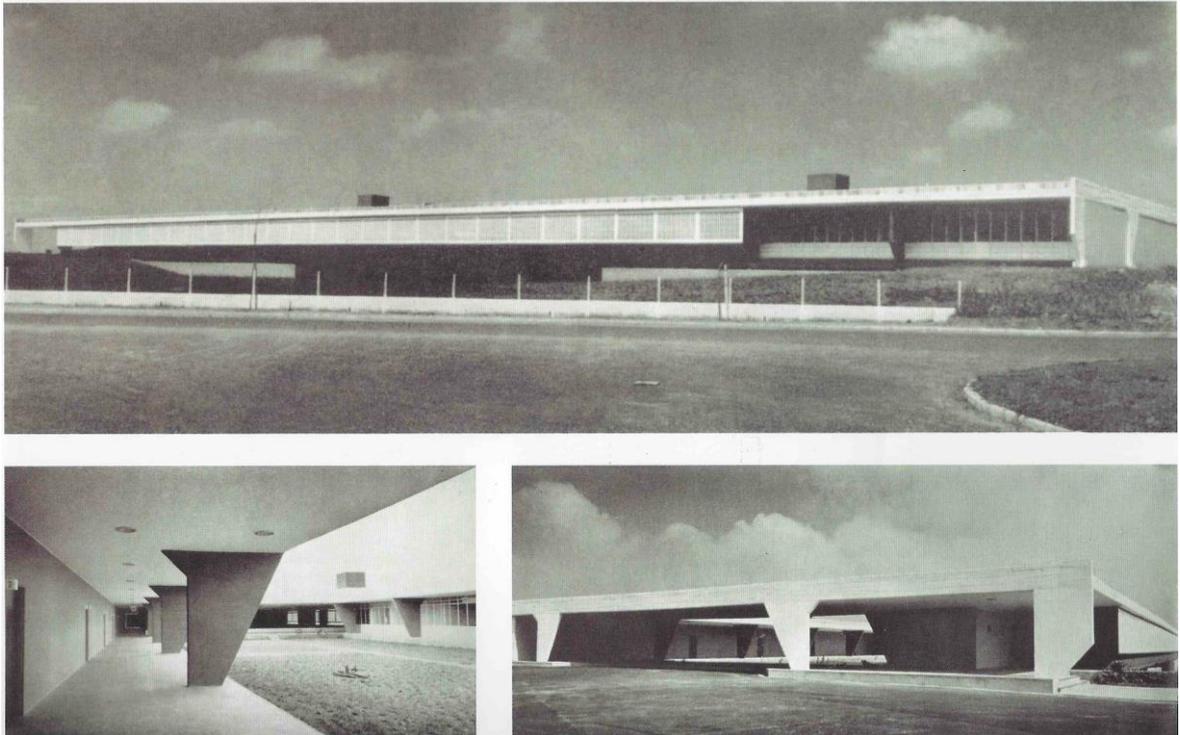
Ao contrário do objetivo inicial de fornecer educação para os filhos de imigrantes e operários do bairro, o que houve constatação foi de uma mudança de significados. Na década de 40, quando já funcionava no local a Escola Normal, estava nítida a diferença da classe social que tinha acesso à educação. O contexto havia mudado se tornando uma educação elitizada. Esse edifício, construído em 1912, tendo sido reconhecido seu valor histórico no Estado de São Paulo, foi tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) em 2002. O edifício onde funciona atualmente a EE Padre Anchieta, localizado na Rua Visconde de Abaeté, 154, no Brás, foi construído em 1955. Esse edifício fica no terreno que dá continuidade a edificação antiga, no lado oposto (ARAÚJO JÚNIOR, 2007).

O contexto do período que abrange a Primeira República, citado anteriormente, exprimindo o resultado arquitetônico produzido nesta escola. A questão do terreno plano, amplo, situado estrategicamente remete aos ideais modernos. A forma que a escola assume para abrigar as funções exprime a posição social em mudança, buscando o ensino para ambos os sexos, mas ainda com distanciamento físico para ambos. Ao mesmo tempo representa a busca por produção de mão de obra qualificada com abertura de escolas para suprir as necessidades de uma nova forma econômica de produção. O processo de acumulação de capital, a dinâmica das lutas e a relação ao acesso à habitação e

aos bens de consumo coletivo foram questões fundamentais de análise. Esta escola situada em bairro de classe operária teve valor social expressivo.

#### 1.4.2 Um projeto da arquitetura modernista – Escola Estadual Conselheiro Crispiniano

**Figura 3.** Fachada e vistas do Edifício Escolar Estadual Conselheiro Crispiniano.



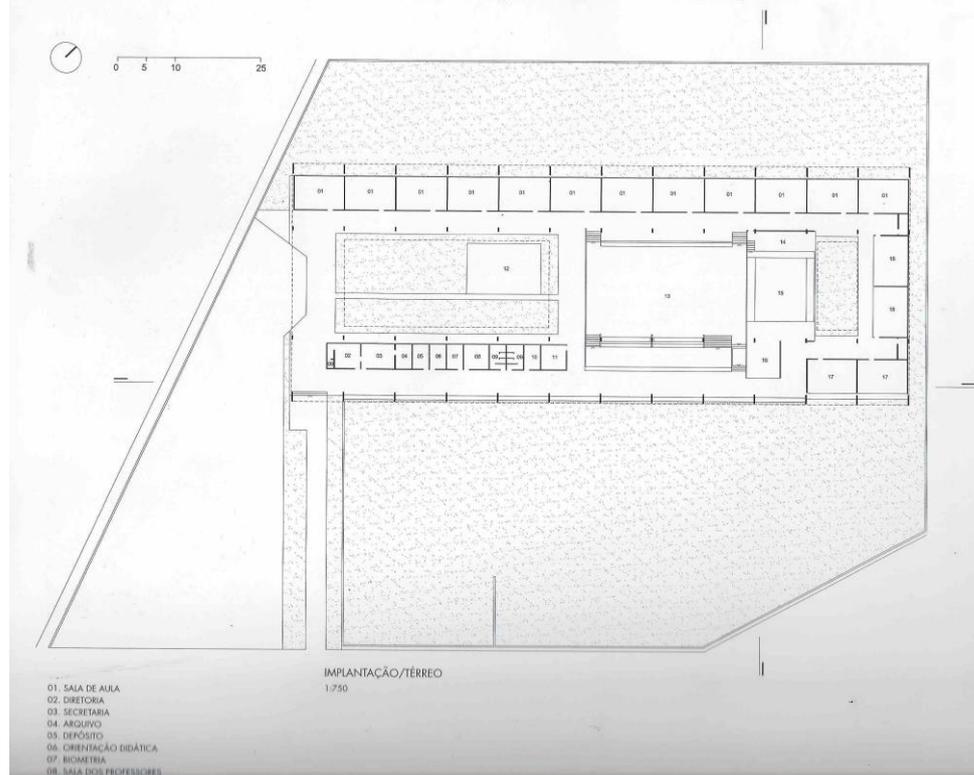
**Fonte:** FDE, 2006a. p. 355. Fachada, vista interna do pátio e vista lateral.

A Escola Estadual (EE) Conselheiro Crispiniano foi projetada pelos arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascardi em 1960 no período da FECE. Localizada na região central da cidade de Guarulhos, grande São Paulo, atualmente essa escola pública da rede estadual oferece o ensino fundamental II e ensino médio, funcionando em três períodos. Situada em ponto estratégico de circulação e conexão, a quadra da escola é cercada por avenidas do centro de Guarulhos, como a Av. Timóteo Penteado. Quanto à paisagem, há uma praça arborizada logo a frente do terreno e a escola possui vegetação que se destaca na implantação do edifício com dois jardins, além de árvores distribuídas pelo lote.

A fachada do prédio concebido por Artigas é composta por lajes de concreto sustentadas por pórticos que proporciona grandes vãos. Os espaços

voltados para a comunidade e interação social abrangem o pátio coberto, que se liga ao jardim e espelho d'água formando um eixo principal na parte interna da escola.

**Figura 4.** Projeto do Edifício Escolar Estadual Conselheiro Crispiniano.



**Fonte:** FDE, 2006a. p. 354. Planta do pavimento térreo.

Outro destaque para o uso comunitário é o auditório que permite eventos do bairro e as quadras oferecendo esporte e lazer. A estética do edifício se destaca na fachada pela faixa contínua de cobogós, promovendo a ventilação e mantendo certa descrição do pátio interno. Os grandes pilares geométricos marcam os ambientes.

O programa arquitetônico dessa escola define as funções, as salas de aulas distribuídas repetidamente e linearmente por um corredor paralelo compõem um volume simplificado, enquanto os elementos singulares como: setor administrativo, auditório e biblioteca, pátio coberto, os jardins e as quadras de esporte se conectam interligados por um pátio mantendo uma hierarquia na organização. O projeto sutilmente remete às influências modernistas internacionais, como o Pavilhão Suíço da Cidade Universitária de Paris (1933) de

Le Corbusier, com a mesma metodologia paradigmática de composição modernista. Esses ambientes são todos interligados por generosos corredores de circulação com ventilação e iluminação em abundância. A comunidade tem acesso ao pátio, auditório, quadra e jardim, além de uma praça interna e uma praça externa da escola, essas áreas formam espaços de convivência.

Atualmente a edificação escolar foi ampliada com mais um bloco, não presente no projeto original de Artigas, este bloco diferenciado da primeira composição arquitetônica, abrigou mais salas de aulas para atender a demanda, que se faziam necessárias. A implantação da escola Conselheiro Crispiniano em uma região central catalisou o uso diversificado de moradores de bairros diferentes. Portanto, a comunidade que faz uso da escola é do município, fator que a torna referência para a cidade e para o estado de São Paulo (MACHADO, 2009).

A estrutura independente, pilotis que originaram o pátio sem fechamento, a cobertura com a ausência de telhado aparente entre outros detalhes construtivos, aplicavam uma nova concepção de arquitetura. A autora Doris Kowaltowki cita a Escola de Guarulhos como um exemplo da escola paulista desta época:

Nos ambientes internos, os pisos eram tacos de madeira; ladrilhos cerâmicos para os sanitários e circulações; escada de concreto revestida de granilite; o galpão era cimentado; as janelas eram de caixilhos metálicos (ferro) e, para a ventilação cruzada nas salas de aula, tubos circulares de cimento amianto embutidos nas paredes, do lado oposto às janelas; as portas eram de madeira do tipo imbuia envernizadas (KOWALTOWKI, 2011, p. 90).

A Escola Estadual Conselheiro Crispiniano representa a situação vivida pelo Brasil na mudança da década de 50 para 60. A técnica construtiva dos edifícios reproduzia as influências modernistas internacionais e a Escola-Parque que representava um modelo e havia sido construída em Salvador na Bahia. A experiência projetual e pedagógica relativa à Escola Parque, sendo este nome popular do Centro Educacional Regional, inaugurou um período de transformações significativas na educação brasileira. Anteriormente já foi citada a

base teórica e pedagógica de Anísio Teixeira, que fundamentou esta perspectiva de organização escolar.

O programa pedagógico de Teixeira foi seguido à risca, interpretando através de um complexo formado por edifícios individuais e soltos, inicialmente quatro: um para artes aplicadas (...); outro edifício foi destinado para se refeitório; outro para ginásio de esportes, e, mais um, para setor administrativo. Foram organizados ao redor de um perímetro retangular, permitindo um amplo espaço vazio central, assim como vários espaços intersticiais entre os edifícios. Construídos posteriormente e concluídos em 1960 foram à biblioteca, o teatro e o anfiteatro (PEDRÃO, 1999, p. 27 e 28).

Na escola de Guarulhos o programa foi condensado, alcançando uma solução espacial do projeto mais conectada e articulada do que na Escola Parque. Estas experiências integraram a necessidade da renovação escolar da década de 60 resultando em edificações com maior conforto, propuseram a otimização de tecnologia e um contexto de comprometimento social.

### 1.4.3 Um Projeto de 1973 - Centro Educacional de Vila Silveira

**Figura 5.** Foto do Centro Educacional de Vila Silveira



**Fonte:** Leite, 2008, p. 192. Vista interna com os diversos blocos que compõem a instituição escolar e seu entorno.

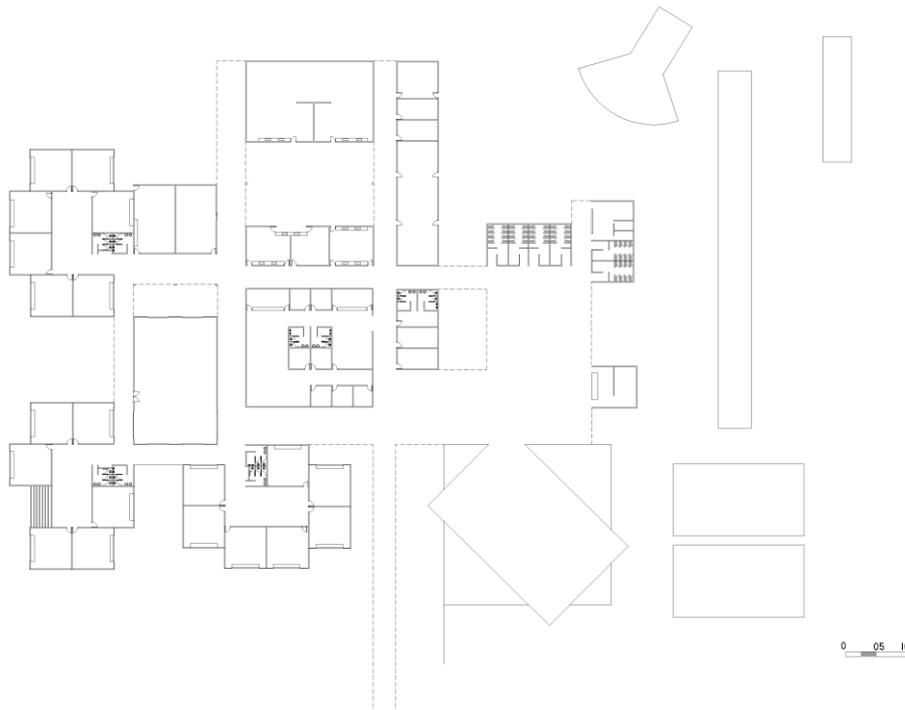
Leite (2008) registra uma análise deste conjunto de edifícios que define um ambiente escolar, que demonstra a arquitetura produzida no estado de São Paulo, situada em Carapicuíba, de maneira mais simplista e com a urgência de cobrir a demanda necessária de construções de escolas típicas dos anos próximo a 1970. Implantada em área antes pertencente ao Clube Atlético Aramaçã e Estádio Municipal, situada na várzea do Córrego Guarará. Na ocasião em que houve uma correção do lote, o mesmo foi dividido ao meio. Metade do espaço foi cedido para a construção da escola após ter sido definido o novo traçado da Avenida Capitão Mario de Toledo e das ruas do entorno.

O terreno plano permitiu a concepção projetual em apenas um pavimento. Volumetricamente o projeto constitui-se pela associação de unidades autônomas, tendo nas coberturas acentuando os volumes soltos. Esta obra possui partido bem diferenciado, se comparada com as demais construções escolares analisadas até aqui. Não carrega as características presentes nas escolas pensadas por Artigas, Paulo Mendes da Rocha, Ubirajara Gilioli ou Décio Tozzi (LEITE, 2008, p. 19). O pátio centralizado e aberto propõe a ligação entre os volumes, intercalados por corredores que circundam as salas, unindo-as. Cada sala possui sua cobertura separada, totalmente independente uma da outra, contrariando os grandes vãos das escolas estudadas anteriormente neste trabalho.

As coberturas são de estruturas leves sobre pilares, com acabamento em concreto aparente. As telhas são sempre em fibrocimento, e aparentes. Todos os telhados são de quatro águas e dotados de detalhes em formas de dentes ou serra, vedados por esquadrias de ferro e vidro. Esta esquadria possui uma abertura que permite a circulação do ar.

Os fechamentos são em alvenaria de tijolos de barro aparentes. A quadra poliesportiva também possui cobertura separada, porém sua estrutura é composta por grandes treliças metálicas que compõem uma pirâmide de base quadrada, também coberta por telhas de fibrocimento. A quadra propriamente dita, esta disposta no eixo diagonal da cobertura, dispondo inusitada posição às arquibancadas. Existem outras duas quadras descobertas, além desta.

**Figura 6.** Planta do Centro Educacional de Vila Silveira.



**Fonte:** Leite, 2008, p. 194. Divisão espacial e estratégica dos ambientes agrupados.

Concluimos que a escola inserida em um bairro adensado o Centro Educacional respondeu as expectativas da comunidade quanto a necessidade educacional mas ainda permanece distante de ser um agente promotor da sustentabilidade naquele lugar.

#### **1.4.4 Um projeto contemporâneo – Centro Educacional Unificado (CEU)**

Os CEU's tiveram início no governo de Marta Suplicy (2001-2004), pois pela linha de ação cultural existente então, buscava promover maior inclusão social para bens culturais e fundar espaços de criação, difusão e circulação para os atos artísticos do município. Logo, estes encontros promoveriam organização política, econômica e social em São Paulo (SOARES, 2013, p. 85).

Portanto, o CEU foi implantado nas periferias como instrumento de desenvolvimento social da região e como materialização dessas intervenções que o governo propunha. Sendo constituído como um complexo educacional,

esportivo e cultural caracterizado como um Espaço Público para todos. O grupo de arquitetos idealizadores do CEU, equipe do Departamento de Edificações de São Paulo, contava com Alexandre Delijaicov e André Takyia. Com o objetivo de ser uma referência na cidade, interligando educação, lazer e senso de comunidade aos outros setores do ambiente urbano, para diminuir a desigualdade e formar cidadãos (SOARES, 2013, p. 88).

A concepção do Ceu encontrou uma forma arquitetônica através do pensamento de Anísio Teixeira, que influenciou diversos projetos posteriores à Escola Parque. Materializando as ideias no período contemporâneo:

O projeto concebido pela equipe de arquitetos do Departamento de Edificações da Prefeitura de São Paulo (EDIF), que se consideram herdeiros do Convênio Escolar, agrupa o programa em três conjuntos volumétricos de formas simples e despojadas. O maior em forma de grelha ortogonal reúne as salas de aula, refeitórios, biblioteca, programa de inclusão digital, padaria-escola, áreas para exposições e para a convivência. O menor, em forma de disco elevado do solo abriga a creche. O terceiro reúne em um paralelepípedo de cinco andares teatro, ginásio esportivo e sala de ensaios musicais (ANELLI, 2004).

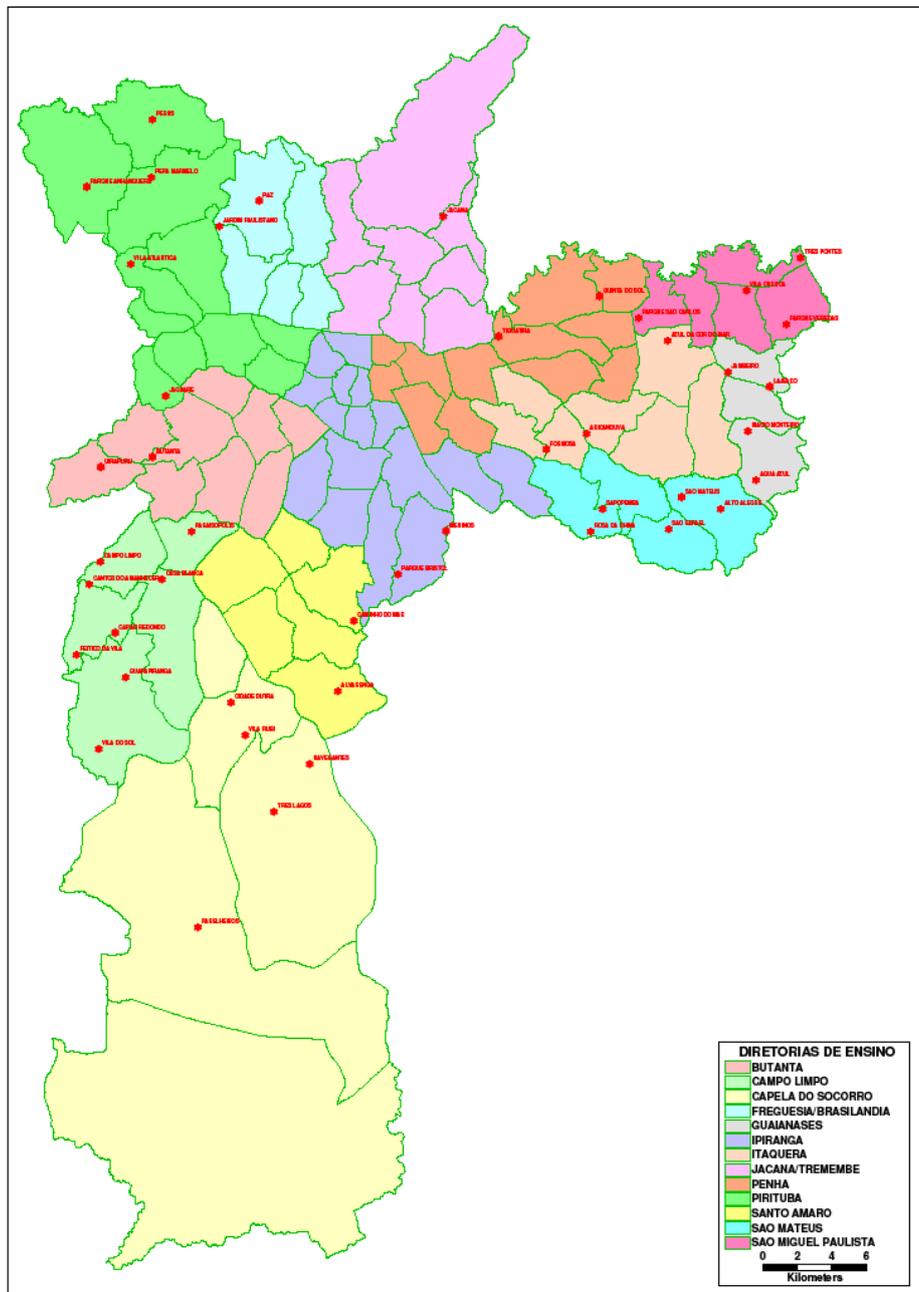
O sistema construtivo de pré-moldados acelerou a construção das vinte e uma escolas no primeiro ano e mais vinte e quatro no segundo ano, e assim houve a implementação do programa. O mapa abaixo (Figura 7), mostra a localização dos 45 CEU's da cidade de São Paulo e sua subdivisão por diretoria de ensino. A equipe de arquitetos utilizou projetos dos arquitetos Hélio Duarte, Oswaldo Corrêa Gonçalves e Roberto Tibau como fundamental para desenvolver o programa e o projeto básico do CEU (ANELLI, 2004).

A intenção do programa forma um volume horizontal com a edificação, contrapondo à verticalização paulista em terrenos amplos para implantar o extenso programa. Ao mesmo tempo são inseridas duas caixas d'água que formam um marco vertical contrapondo a horizontalidade do edifício. Já este esteticamente remetendo aos galpões industriais, mas com uma forte composição artística e abstrata. Os terrenos, em sua maioria, disponíveis na periferia de São Paulo, são localizados próximos dos morros, várzeas e cursos d'água, procurando

estabelecer uma relação com o paisagismo, similar a proposta da Escola-Parque de Anísio Teixeira (MACHADO, 2009, p. 73).

**Figura 7.** Mapa de localização dos CEU's no município de São Paulo

### CEU's DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO



**SME/ATP/CI - Fev/2010**

**Fonte:** Disponível em <[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/documentos/CEU/mapa\\_ceu.pdf](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/documentos/CEU/mapa_ceu.pdf)>  
Acesso em: 10 out. de 2015.

A grelha ortogonal desse edifício permite uma flexibilidade de configurações que absorve pequenas variações de programa de um bairro a outro e ainda permite a criação de novos pavimentos que auxiliam na adaptação à topografia movimentada e às restrições das dimensões de algumas áreas. Assim, não estamos frente a um simples jogo de armar rígidos volumes pré-definidos. Suas formas variam discretamente conforme as necessidades do partido de implantação (ANELLI, 2004).

Os projetos do CEU tentam nortear mais que umas simples intervenções com o objeto proposto buscam promover ações de interações urbanas transformando a urbanidade dos bairros que circundam a escola.

#### 1.4.4.1 CEU - Rosa da China

**Figura 8.** Foto aérea do CEU – Rosa da China

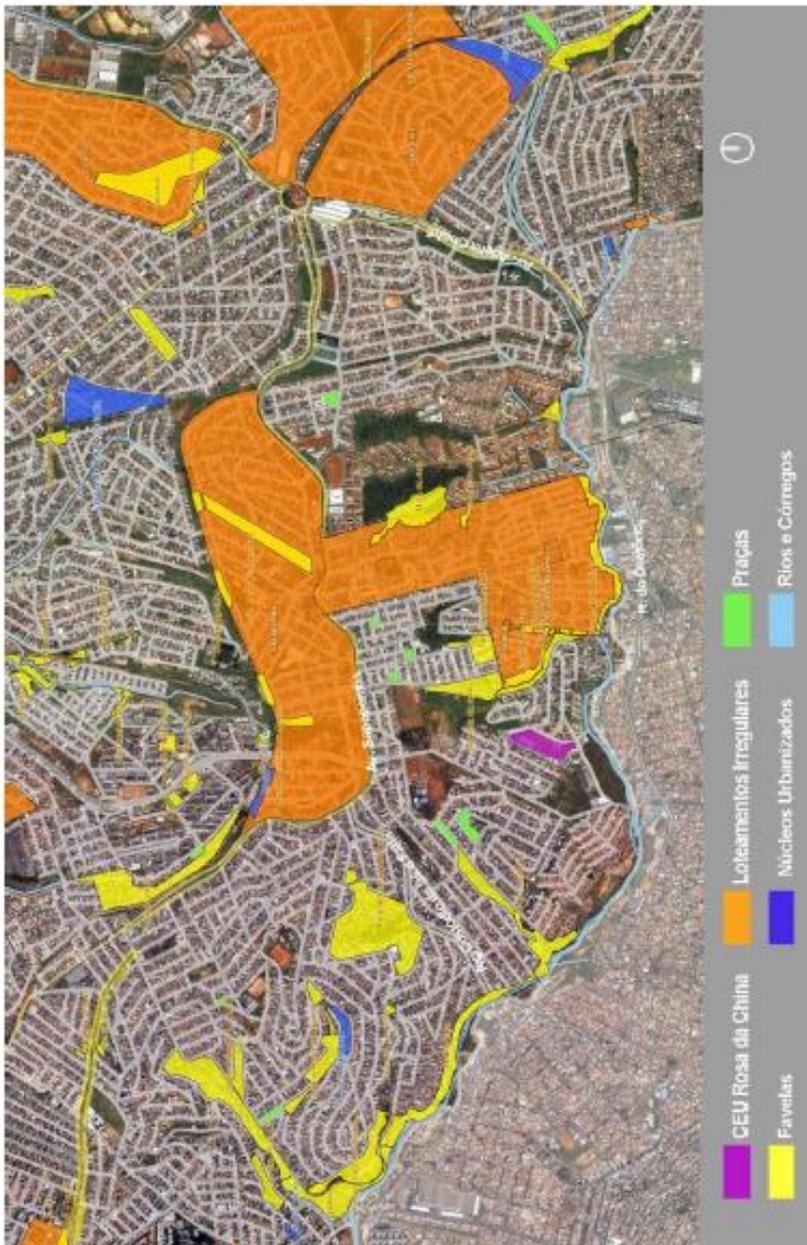


**Fonte:** Disponível em <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/CEU-Rosa-da-China--Programacao-de-maio-de-2015>> Fachada do prédio demonstrando a implantação do conjunto escolar e seu interno.

Situado na região leste de São Paulo no distrito Sapopemba. O CEU – Rosa da China apresenta um entorno diversificado em área adensada da faixa

etária de idade escolar. Com muitos loteamentos irregulares, 33 favelas em seu entorno e com a renda média de cinco a dez salários mínimos, a região é ocupada por uma camada socialmente vulnerável (SOARES, 2013, p. 95). A imagem a seguir (Figura 9) apresenta o entorno envoltório do CEU, com suas principais vias de acesso e o córrego do Oratório.

**Figura 9.** Localização do CEU Rosa da China



**Fonte:** SOARES, 2013, p. 96. Levantamento da situação envoltória do CEU Rosa da China.

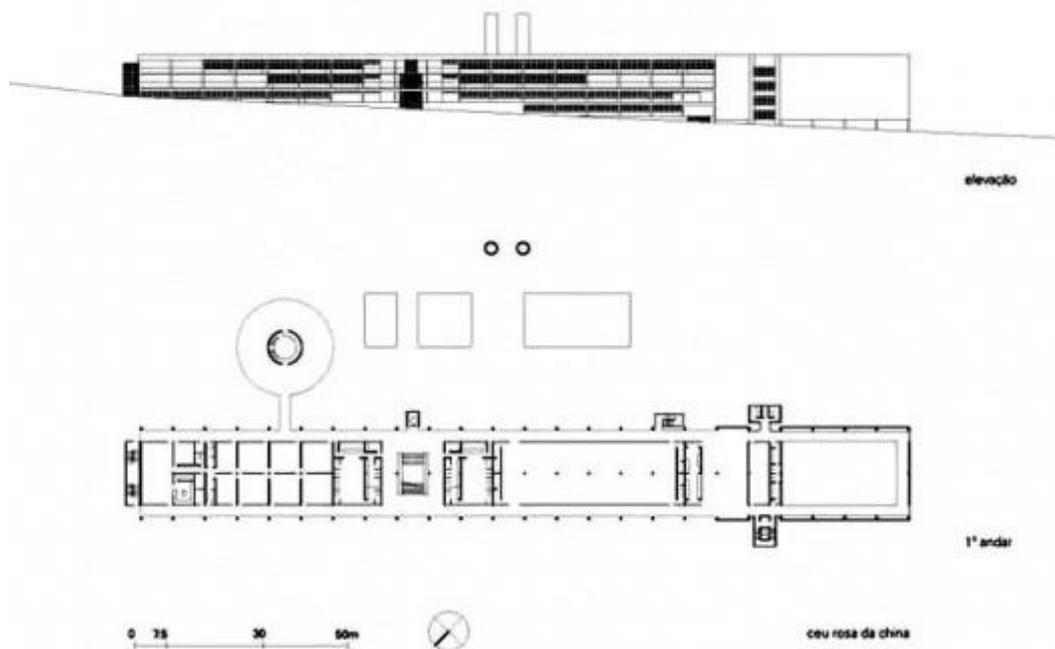
A situação existente no entorno é basicamente composto de habitações, mas com alguns comércios e serviços disponíveis. Com o terreno com proporções menores, o programa precisou ser adequado em sua implantação. O bloco esportivo/cultural e o pavilhão de salas de aulas foram postos linearmente e alinhadas às coberturas, fator decidido também pela acentuada topografia do terreno. Com o térreo e mais três pavimentos, o edifício compõe o volume horizontal que tem vistas para as piscinas, tendo entre estes objetos um espaço livre. O edifício redondo abriga a creche. Os espaços cobertos ao lado das salas de aula abrigam as quadras. A circulação interna vertical conta com um elevador e quatro escadas.

**Figura 10.** CEU Rosa da China. Implantação.



**Fonte:** Site Diretório da Arquitetura. Disponível em <[http://diretoriodaarquitetura.com.br/projeto/detalhado/ceu\\_rosa\\_da\\_china](http://diretoriodaarquitetura.com.br/projeto/detalhado/ceu_rosa_da_china)> Acesso 20 de nov. de 2105. Projeto arquitetônico, implantação e situação topográfica do CEU Rosa da China.

**Figura 11.** CEU Rosa da China. Elevação e Planta.



**Fonte:** SOARES, 2013, p. 99.

Mesmo rodeado por gradis o CEU – Rosa da China estabeleceu um marco visual e social para área onde foi implantado que apresenta poucos ambientes naturais restantes. O programa pedagógico do CEU tem procurado envolver os alunos e a comunidade usuária, ao comprometimento com os aspectos ambientais e com a inclusão social. Propondo um marco visual ao local onde está inserido, este centro educacional estabelece uma estratégia no planejamento do seu recorte territorial de propulsor de atividades culturais e físicas. Neste contexto, busca incentivar a sustentabilidade local por agregar valores e serviços. Mas apresenta déficit de áreas verdes e mesmo estando localizado muito próximo à um córrego não existe intervenções ou ações expressivas de cuidado ambiental e inserção de estratégia par relacionar a este limite urbano.

Este projeto encerra a série de estudos que compuseram o cerne deste capítulo. Foi escolhido dentre tantos outros, para dar encerramento inclusive à série de projetos que representam o recorte temporal do estudo, pois este projeto

marca alternativas diferenciadas para a conformação da arquitetura sustentável, indicando mudanças ao construir a história da região. Todos os prédios estudados neste capítulo remetem a soluções e almejos referentes ao planejamento e embates de seu tempo. A qualificação educacional e seus programas pedagógicos resultaram, em cada caso, em ações de implantação de infraestrutura viária e de saneamento básico na redondeza. As escolas trouxeram para as regiões onde foram inseridos alteração urbana e social, sendo eu a arquitetura foi o meio usado para propor tal melhoria. Visando uma identidade local e agindo como transformadores sociais, poderiam alcançar maiores ações, mas ainda se percebe carência de outros setores conversarem e agregarem valores em conjunto com as escolas.

**CAPÍTULO 2. AS ESCOLAS DE ARTUR NOGUEIRA E A EVOLUÇÃO  
URBANA DA CIDADE: notas sobre um não planejamento**

## **2. AS ESCOLAS DE ARTUR NOGUEIRA E A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE: notas sobre um não planejamento**

O presente capítulo apresenta o conteúdo que consiste em levantamento de dados, além de registros fotográficos e documentais, os quais foram analisados e usados conforme os interesses da pesquisa e as necessidades de esclarecimentos dos eventos históricos da evolução urbana do município de Artur Nogueira.

Este capítulo utilizou-se de três recortes para o estudo da temática da história, em função do seu objetivo geral. As informações foram organizadas em três aspectos:

1. O desenvolvimento histórico-político-econômico-social do município de Artur Nogueira;
2. A inserção do município em foco na Região Metropolitana de Campinas; e
3. A análise do Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira.

Abordando principalmente os aspectos que definem em quais circunstâncias a região envoltória de Campinas, especialmente o município de Artur Nogueira, se desenvolveu numa determinada época. O entendimento dos condicionantes históricos, políticos e econômicos fundamentais na construção deste trabalho foram fundamentados na história social.

Existe uma correlação entre as transformações que acontecem nas formações econômicas e sociais e as mudanças nas cidades, na maneira de produzi-las, de usá-las e de pensá-las. Brescianni (2007, p.237) define as cidades como "experiências visuais" onde compilam experiências, espaços, construções que sobrepõem valores através do tempo.

Neste mesmo contexto Burke (2002, p. 34) dá como exemplo raro a construção da história sendo o resultado de um trabalho híbrido – “trabalho seminal de história com base em documentos originais e um marco em teoria

social e política”. Reafirmando o ideário de propor a junção de vários olhares, mesmos que estes partam da especificidade de um simples recorte de um meio urbano, este tem o poder de conectar indícios de uma história única, que depende de quem conta; de seus interesses e valores.

No desenvolvimento da cidade de Artur Nogueira e no processo continuado de sua modernização, percebe-se que os agentes promotores do espaço tiveram sua ação condicionada a alguns acontecimentos, que mudaram as relações aí existentes: a imigração europeia, as transições das estruturas econômicas e a conseqüente transformação da sociedade. Enfim, os modos de produção dão como conseqüência as mudanças dos rumos da cidade.

Neste trabalho, o desenvolvimento histórico, político ou econômico somente serão analisados na medida em que contribuirão para o entendimento do espaço construído; entendimento de quem eram os agentes sociais que promoveram o desenvolvimento do município em questão, focando na produção da cidade. A proposta deste capítulo é o resgate da memória do município em foco. A relevância dos fatos, do crescimento local, dos edifícios e das atividades realizadas nos mesmos e em seu entorno, os eventos, os costumes, a relação com as cidades vizinhas e outras visões fazem parte da abordagem que damos ao tema. Peças que possibilitam o criar e recriar da história de um povo e seu território. Sem a pretensão de abranger todos os olhares históricos, há a proposição de representar fatos importantes para a implantação, evolução e desenvolvimento da cidade de Artur Nogueira, no que diz respeito à urbanização da mesma relacionando-a com o nosso tema: as escolas aí construídas.

A sociedade local tem erguido movimentos significativos no intuito de aglutinar documentos e relatos que não deixem o passado ser esquecido. A Casa da Memória do município tem recebido fotos e documentos dos habitantes seus habitantes, páginas de redes sociais na internet que apresentam discussões pertinentes à reconstrução de fatos e o empenho de alguns pesquisadores locais que registram o interesse da comunidade de manter sua memória. Le Goff (2003, p.19) afirma em seu texto que o método de trabalho permite o acesso de outros objetos na Ciência Histórica, alguns ainda não usados costumeiramente. Essa

entrada de outros objetos da História, na visão do autor, muda o ideal que se tem de História.

Mais do que simplesmente tentar aumentar essas informações, procura-se nesse estudo produzir uma nova maneira, um novo olhar metodológico sobre esse território. Memória que intenta colaborar com o entendimento do local e de seu entorno, em um momento frágil de descaracterização da cidade que urge encontrar caminhos para a sua continuidade.

A pesquisa fundamentou-se, sobretudo, em instituições no setor regional: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Biblioteca Municipal de Artur Nogueira, Arquivo Municipal Artur Nogueira, Câmara dos deputados de Artur Nogueira, Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, Casa da Memória do Município de Artur Nogueira, Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNCAMP), Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) e no Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bases cartográficas, levantamentos e produções literárias. Além da documentação obtida como fonte primária para a pesquisa, houveram outras formas colaborativas tais como: redes sociais e entrevistas.

Algumas das informações obtidas, principalmente fotos, deixaram lacunas quanto ao período em que foram produzidas. Durante o processo de análise do material e das informações coletadas houve a preocupação de cruzar os dados de forma científica para tentar recontar o processo de desenvolvimento da cidade aqui estudada. Portanto, como parte da metodologia adotada, fez-se de essencial importância a coleta destas informações nos arquivos citados anteriormente.

Ao realizar este estudo, pouco se teve acesso a informações voltadas diretamente para a área de Arquitetura e Urbanismo, portanto por várias vezes se optou por coleta de dados de outras áreas de estudo que pudessem complementar a tentativa de montar o contexto proposto nesta dissertação. Esta

interdisciplinaridade colabora para a sustentação do método de história social escolhido para elaborar o estudo em questão.

Ao adentrarmos no subcapítulo que direciona o contexto para uma visão regional, propomos observar como a cidade de Artur Nogueira se relaciona com seu entorno. Neste momento, foi feito o uso de tabelas para converter dados quantitativos em dados qualitativos de forma que possam ser comparados lado a lado, como uma forma facilitada de perceber as mudanças de diversos setores ao longo do tempo. Tendo como justificativa da visão em macro escala o fato de que um município não tem capacidade de se manter isolado de um contexto maior; há a necessidade de trocas de serviços, complementos de capitais, ou seja, a formação de uma rede que suporte a diversidade com resiliência.

O desenvolvimento das cidades, dos territórios e das complexidades de usos e ações geraram conflitos de diversas ordens que suscitaram a atual realidade nos municípios brasileiros, a cidade não oficial. Originando segregação social e territorial a urbanização brasileira instalou débitos sócios espaciais profundos revelados em ocupação de áreas frágeis para o meio ambiente, precariedades em habitações e uma variedade de problemas no ambiente urbano.

Em 1988 a Constituição Federal (art. 182) institui uma ferramenta para tentar ordenar o desenvolvimento urbano de forma que as funções sociais a propriedade e da cidade fossem cumpridas. Para isso deu aos municípios o encargo de elaborar e aplicar o Plano Diretor. Em 2001, o Estatuto da Cidade abriu a possibilidade do Plano Diretor atuar como uma formalização de proposições para um possível desenvolvimento sustentável das cidades.

O Plano Diretor pode ser entendido como um dispositivo que busca a formalização de um planejamento, nem sempre alcançado, que direciona o desenvolvimento das cidades por meio de suas potencialidades e interligado as políticas públicas.

O estado, em geral, é mediador de conflitos, e o planejamento parece uma solução para resolver os problemas. Ao Estado capitalista, em suas diversas instâncias, cabe definir a

propriedade da terra e fornecer os meios para a produção ampliada do capital e para a reprodução da força de trabalho. (Rodrigues, 2013, p.123).

Este capítulo se encerra com uma reflexão teórica conceitual do papel do Plano Diretor, seguido de uma análise crítica do Plano Diretor elaborado para o município em estudo. O processo de análise do Plano Diretor de Artur Nogueira utiliza como fontes arquivos diversos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Artur Nogueira e pela empresa contratada – Arquitetur – para elaboração do mesmo.

A fundamentação histórica concentrada neste momento discerne a problemática do município e elucida o crescimento urbano e social de Artur Nogueira. Quanto aos projetos escolares, que podem promover ações voltadas à melhoria da qualidade de ensino e a sustentabilidade socioambiental do espaço escolar, desenvolvemos o estudo numa perspectiva de pensar as escolas como espaços educadores sustentáveis, considerando sempre intervenções dentro do tripé espaço físico–planejamento–cidade.

Há inúmeras definições sobre o que seria uma escola sustentável, mas é justamente neste tripé que reside uma explicação detalhada que o planejamento urbano com as escolas precisa atentar. Primeiro, com o uso de um espaço físico que cuida e educa, em que as construções tenham um maior conforto térmico e acústico, a energia e a água sejam usadas de forma eficiente. Em seguida, com uma gestão que encoraje relações de respeito à diversidade e que seja mais democrática e participativa. Por último, a adoção de um currículo que estimule a visão complexa da educação integral e sustentável, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global.

Segue o mapa da evolução urbana de Artur Nogueira para apresentação prévia de o contexto tratado a seguir.



## 2.1 O princípio de Artur Nogueira – dos nativos a distrito de Mogi Mirim

**Figura 13:** Localização da Macro-zona para Micro-zona do recorte territorial estudado.



**Fonte:** Para elaboração desta imagem foram utilizadas imagens coletadas nos sites Wikipédia e EMTU. Ambos disponíveis: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas\\_e\\_montadas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas_e_montadas) e <http://www.emtu.sp.gov.br/emtu/institucional/quem-somos/campinas.fss> Acessados em 14 de jun. de 2015. As imagens foram agrupada e ressaltadas por STRASSA (2015). Brasil com destaque em vermelho do estado de São Paulo - Região Metropolitana de Campinas em verde com destaque de Artur Nogueira em vermelho.

O município de Artur Nogueira – SP localiza-se ao norte da Região Metropolitana de Campinas. Conforme dados do IBGE em 2010, a cidade possuía 44.177 habitantes em uma área de 178,026 Km<sup>2</sup>. Situado próximo a Campinas, o município tem sua história intimamente ligada ao desenvolvimento da região.

Localizada próximo ao rio Pirapitingui, no Bairrinho, a Capelinha<sup>16</sup>, como é conhecida, passa para a história como sendo o possível primeiro registro de habitantes no município de Artur Nogueira. De acordo com relatos<sup>17</sup> foi no dia 3 de outubro de 1666 que se inaugurou a capelinha. Construída pelo missionário espanhol Heitor Rodrigues, a igreja foi fundada com o objetivo de catequizar nativos que viviam nesta região. Em entrevista ao jornal Portal Nogueirense (2014), o atual proprietário das terras onde está localizada a Capelinha, João Santiago Martins, descreveu detalhes sobre a origem da pequena igreja, contando que a igreja foi fundada com a intenção de manter contato com índios que habitavam na região.

Conforme a reportagem do jornal Portal Nogueirense citada acima, os primeiros registros oficiais da utilização do espaço foram realizados pelo senhor Benedito Antônio de Almeida, que chegou ao município em 1840. Vindo de Campinas, Almeida comprou a fazenda Santa Cruz da Boa Vista, onde ficava localizada a capela e registrava batismos e outros eventos ocorridos no local em cadernos. A referida capela hoje é situada no Bairrinho, saindo da SP- 107 (Artur Nogueira sentido Holambra) por uma vicinal que liga até o bairro Palmeirinha. Na época que a capela foi construída, esta estrada ligava Campinas à Mogi Mirim. A reportagem do jornal continua descrevendo que em 1877, a filha do Benedito Almeida, Carlota Maria de Almeida, casa-se com Luiz Filippini, tendo o casal herdado a fazenda. Segundo Helton Filippini apud Portal Nogueirense (2014), descendente de Luiz Filippini, o registro mais antigo da capelinha é o do casamento de Benedito de Almeida, em 1840.

A capela está situada numa estrada histórica, denominada como o caminho dos goiases, caminho percorrido pelos bandeirantes que adentravam o leste paulista a procura de bens. Polito (2013, p. 90-96) esmiúça essas práticas de uso do território em sua dissertação de mestrado e cita a forma como a igreja e os viajantes adentravam o sertão e estabeleciam capelas e pousos. Locais onde

---

<sup>16</sup> Primeiro marco arquitetônico ocorrido dentro dos limites do município que se tem registro.

<sup>17</sup> Diário encontrado pela família Filippini, quando comprou as terras onde a Capelinha se encontra, descreviam a passagem de padres neste local. Este documento não se teve acesso na pesquisa, apenas o relato dos familiares.

podiam descansar e alguns acabavam por se estabelecer, portanto, esses lugares agrupavam pessoas e interesses.

Em pesquisa realizada junto ao Arquivo da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, encontramos cópias de dois registros que tem ligação direta com este contexto citado acima. Embora fossem apenas cópias de algumas páginas dos originais e não tendo as referências completas sobre os registros, procuramos estabelecer a relação com a história da Capelinha e a possibilidade de fundamentar essa existência no século XVIII.

O primeiro recorte de registro é do historiador paulista, Afonso de Escragnole Taunay, em “Anais do Museu Paulista”, tomo XIV, pág. 330, em estudo sob o título “Distâncias de pouso a pouso desde a cidade de São Paulo até Goiás” (1926); a referida estrada situava as seguintes distâncias no território da Capitania de São Paulo:

(...) São Paulo a João Pinto – 3 léguas; João Pinto a Juqueri – 2 léguas; Juqueri a Vila de Jundiá – 5 léguas; Jundiá ao rio Capivari – 4 léguas; rio Capivari a São Carlos de Campinas – 4 léguas; São Carlos de Campinas ao rio Atibaia – 3,5 léguas; rio Atibaia ao rio Jaguarí – 1 légua; rio Jaguarí ao rio Pirapitingui – 2,5 léguas; rio Pirapitingui ao rio Moji-Mirim (...) (Taunay, 1926, p.330).

O segundo recorte de registro se referente às anotações feitas por AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE em viagem à província de São Paulo, onde descreveu:

A 5 léguas de Mogí, pousei no engenho de cana de Parapitinguí ou Pirapitinguí (do guarani pirapitagi – peixe quase vermelho), estabelecimento de alguma importância. O engenho é muito grande e belo; mas a casa de residência do seu proprietário, se bem que de dois andares, é excessivamente pequena (1819), em nada se aproximando, sob esse aspecto, das fazendas da província de Minas Gerais. Fomos muito bem recebidos pelo

proprietário, que nos alojou no engenho. O gerente deste (feitor), disse-me que, na região, a cana de açúcar produz dois anos seguidos; decorridos os dois anos, se limpa o terreno, que é novamente plantado, o que se pode repetir por seis vezes, deixando-se, depois, (...) (Saint-Hilare, sem informação do ano e página).

Ao cruzar e analisar as informações supracitadas entendemos que 5 léguas de Mogi-Mirim por esta estrada, é provavelmente o recorte territorial referente ao Bairrinho, nome do bairro que hoje delimita exatamente o local da Capelinha. A foto abaixo é o único e primeiro registro da Capelinha, podendo vê-la vagamente ao fundo, através dos ramos e pessoas. Portanto, o atual Bairrinho provavelmente era um pouso de tropeiros que desbravavam terras brasileiras no período colonial, abrindo caminhos de Goiás a Minas Gerais, passando, portanto pela região de Campinas e Mogi Mirim.

**Figura 14.** Foto da Capelinha do Bairrinho.



**Fonte:** Portal Nogueirense (2014). Foto tirada por volta de 1900 mostra a família em frente à capelinha. Primeiro registro fotográfico encontrado da Capelinha do Bairrinho. Disponível em: <<http://nogueirense.com.br/capela-construida-para-catequizar-indios-completa-hoje-348-anos-em-artur-nogueira/>> Acesso em 8 de dez. de 2014.

O jornal destaca que segundo Filippini, provavelmente a capela já houvesse passado por reforma ou nova construção antes desta primeira foto. Sendo que a edificação já de tijolos maciços, deve ter sido erguida na virada do século XIX para XX, quando o novo método construtivo tomava o lugar das antigas construções de taipa.

Eu acredito que meu tataravô tenha ajudado na reconstrução da capela. Acredito também que havia outra coisa mais precária e que ele construiu a que tem hoje. Isso deve ter acontecido no fim do século 19, porque em 1850 não se usava tijolo e sim taipa de pilão, ou seja, barro e palha” (Filippini apud Portal Nogueirense, 2014).

Os registros de batismos e casamentos encontrados pela família Filippini comprovam a passagem, de pelo menos um padre, pelo território que hoje se denomina município de Artur Nogueira.

O nome do vigário Antônio Caravela aparece em alguns documentos. Mas o padre que está nas fotos não foi reconhecido. Não sabemos ao certo se este é o padre francês, ou o padre José Michaude, que residia em Mogi Mirim na época da foto (Portal Nogueirense, 2014).

**Figura 15.** Registro fotográfico de um padre que visitava a Capelinha do Bairrinho.



**Fonte:** Portal Nogueirense (2014). Foto de um padre visitante, mas não esclarecida a sua identidade, encontrada junto aos registros da família Filippini. Disponível em: <<http://nogueirense.com.br/capela-construida-para-catequizar-indios-completa-hoje-348-anos-em-artur-nogueira/>> Acesso em 8 de dez. de 2014.

A Capelinha atualmente está sem uso e encontra-se em situação precária. A família Filippini tem estabelecido contato junto à prefeitura para uma possível doação para tombamento de patrimônio. A edificação apesar de simples e pequena, segue o estilo colonial com a fachada sóbria, emoldurada por duas singelas pirâmides e coroada por um frontão em forma de arco que sustenta a cruz. Construída em tijolinho maciço, com reboco, telhado de duas águas estruturado em sarrafos de madeira. Não possui forro e o piso é de cimento queimado e finalizado, como conhecido popularmente, por vermelhão. Dentro da Capelinha existe um altar elevado por um púlpito. As janelas e porta são de duas folhas de madeira.

**Figura 16.** Registro fotográfico da Capelinha do Bairrinho atualmente.



**Fonte:** Portal Nogueirense (2014). Disponível em: <<http://nogueirense.com.br/capela-construida-para-catequizar-indios-completa-hoje-348-anos-em-artur-nogueira/>> Acesso em 8 de dez. de 2014.

Sendo assim, o início de Artur Nogueira, ao que tudo indica, foi similar a muitas outras cidades situadas no interior paulista. Como Polito (2013) analisa em sua dissertação, a exploração de novos territórios e a procura de aumentar as economias, os bandeirantes se estabeleciam em pousos, geralmente próximo a rios. Primeiramente habitada pelos índios, ou silvícolas como eram chamados os nativos.

Um determinado missionário, não identificado e anteriormente comentado, estabeleceu contato com os nativos para ensiná-los, segundo sua religiosidade. Assim, entende-se que foi construída a capela e iniciou o desenvolvimento local. Tendo os relatos das famílias que habitaram no local como base, sendo que estas acharam fragmentos de registros, conclui-se que o planejamento, a construção e o início das atividades da capela foram realizados principalmente por Heitor Rodrigues, quem possuía as terras na época.

No final do século XIX, pouco havia desenvolvido no território que seria intitulado como Artur Nogueira. Poucas famílias habitavam o local e de maneira dispersa, em sítios. Segundo Marcondes (2000), boa parte da terra era ainda coberta por florestas. Em Cosmópolis, a Usina Ester comandada pela família Nogueira, crescia seus negócios baseados na cana-de-açúcar, refletindo no desenvolvimento acelerado da cidade e de seu entorno. Os investimentos da família Nogueira na Usina Ester, configuravam uma nova forma de ocupação no território.

Costa (2014) correlaciona um conjunto de fatores, que a partir de meados do século XIX, influenciaram e modificaram a configuração do espaço no estado paulista. O autor cita as principais manifestações interligadas a cultura cafeeira, mas no contexto de Artur Nogueira, por conseguinte a Cosmópolis, apesar de não ser relativo ao café apresenta as mesmas mudanças lideradas pela burguesia agrária, sendo esta voltada para a cana-de-açúcar. Portanto tais manifestações se converteram em um tipo de urbanização distinta que Costa (2014, p.129) tece como:

1. Adensamento de novos territórios por imigrantes;
2. Ocupação dos imigrantes em terras *mais distantes do litoral* formando novos aglomerados;
3. A produção do estado aumentando em rede de cidades;
4. O mercado interestadual amarrando cidades - fazendas e ferrovias;
5. O estado estabelecendo uma relação imbricada e complexa da sociedade com seu espaço construído;

6. Resultando em Estado (São Paulo) forte que conectava cultura, administração, economia e novas relações sociais.

Em 1886, as terras que receberiam o nome de Artur Nogueira pertenciam uma parte a Mogi Mirim e o restante a Campinas. Em pesquisa no Museu da Imigração foram encontradas três plantas dos loteamentos, originais e digitalizados, do território em questão na mudança do século XIX para XX. A planta de menor extensão territorial seria o primeiro projeto da Família Nogueira para o núcleo colonial, a segunda seria as retificações deste projeto, ambas datadas de 1897. Estas duas plantas demarcam um território no entorno da Usina Ester. A terceira com data de 1898 apresenta um loteamento bem maior, alcançando os limites com a cidade de Artur Nogueira. Optamos por demonstrar apenas a planta a seguir em preferência destas originais por motivo de qualidade de nitidez e sendo que somente a terceira planta se enquadraria no objetivo do estudo está similar à apresentada a seguir.

Analisando a planta do Núcleo Colonial Campos Salles, entendemos aonde termina o núcleo colonial da Usina Ester e aonde iniciam as terras que se estabeleceriam como o centro do Município de Artur Nogueira.

Fernando Árens Júnior em 1888 recebe de sua mãe, Felisbina Teixeira Nogueira Garcia, de herança o Sítio Novo. A Usina Ester, local provavelmente mais desenvolvido e próximo a Artur Nogueira, nos primeiros anos do século XX, já possuía uma organização diferenciada das fazendas de café. Fernando Atique (2013, p. 81-83) relata que se propunha organização de vilas para diferentes classes de operários, sendo que algumas vilas delimitavam um esboço de praça. A vida social, bastante presente no núcleo colonial, dispunha de lazer e cultura. O núcleo fabril era o centro dessa aglomeração de colônias.



Ramos<sup>18</sup> produziu um relatório da Fazenda Funil que declara nitidamente o interesse do Estado em levar o desenvolvimento até este território. De maneira minuciosa, descreve a variedade de produção agrícola (cana, café, algodão, árvores da borracha, mandioca, fumo, entre outros), a evolução da população (que abrangia o recebimento de imigrantes), clima, topografia, indústria, instrução e etc. A Usina, como a Fazenda Funil, possuíam escolas no centro dos núcleos, já caracterizando a escola como propulsora da organização social.

Segundo relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo onde apresenta dados sobre o Núcleo Campos Salles de 1910 a 1912, neste período o núcleo apresentava a seguinte situação sobre a instrução primária:

<b>Tabela 2. Instrução Primária no Núcleo Campo Salles - 1910 a 1912</b>			
	1910	1911	1912
Escolas existentes	03	03	02
População em idade escolar	333	435	241
Alunos matriculados	104	115	106

Fonte: FERREIRA; BARBOSA e FERREIRA, 2011, p.65.

O Núcleo Colonial estendia-se de onde hoje é o centro de Cosmópolis até onde é o Centro de Artur Nogueira. Junto com os Núcleos Coloniais da Fazenda Sertório, Boa Vista, São Bento, Fazendinha e São João das Palmeiras cobriam a maior parte de nosso Município. Cruzando as informações das plantas adquiridas e supracitadas com informações citada por Atique (2013) estes núcleos configuravam-se com Lotes (Sítios) com medidas aproximadas de 200 metros de largura por 600 metros de comprimento, totalizando uma área de

<sup>18</sup> Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1866). Catedrático de Eletrotécnica e Física Industrial, Vice-diretor da Escola Politécnica (1927-1928). SANTOS, M. C. L. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: 1894-1994. São Paulo: Reitoria da USP. 1985. p. 78.

120.000 metros quadrados (quase 5 alqueires paulistas) cada um, contando ainda com mato de usufruto comum (hoje o que podemos chamar de Reserva Legal).

O limite que definia o São Bento e o Sítio Novo recebia o nome de Lagoa Seca, onde se produzia café, algodão e cereais. O jornal Portal Nogueirense (2014) relata:

Localizada hoje praticamente no centro da cidade, no final do século XIX, os viajantes que chegavam à Artur Nogueira entravam no município pelas ruas que margeavam a Lagoa dos Pássaros. (...) O local era rico em argila de boa qualidade, por isso foi cavado para extrair o material para a fabricação de tijolos, sendo usados para a construção dos primeiros prédios de Artur Nogueira. Com o passar dos anos a lagoa ficou cada vez maior e com maior volume de água e nunca mais secou (Portal Nogueirense, 2014).

**Figura 18.** Mapa de 1898 do Núcleo Colonial Campos Salles e Sítio Novo.



**Fonte:** Portal Nogueirense. *Mapa de 1898 do Núcleo Colonial Campos Salles e Sítio Novo, vemos as áreas identificadas onde hoje é Lagoa dos Pássaros: Lotes 30,31 e 32 da Seção Arthur Nogueira.* Disponível em: <<http://noqueirense.com.br/memoria-relembre-a-historia-da-lagoa-dos-passaros/>> Acesso 2 de mar. de 2014.

No recorte do mapa, situada nos lotes 30 e 31, está a Lagoa Seca que atualmente é denominada como Lagoa dos Pássaros. A lagoa foi terraplanada e criada uma praça que mantém uso ativo da população para a prática de esportes e atividades sociais.

Em 1891, a Companhia Carril Agrícola Funilense teve a concessão de ligar Campinas até o posto do meio na Fazenda Funil. Em 1899 a Companhia muda seu nome para Ramal Férreo Campineiro. No ano de 1905 tem novamente o nome trocado. Sem conseguir pagar os empréstimos tomados junto ao estado e sem ter terminado o trabalho assumido, passa a ser subordinada ao governo do estado, mudando seu nome para Estrada de Ferro Funilense (FERREIRA, 2000).

Ferreira (2000, pág. 33-35) descreve com detalhes os meandros que ocorreram durante as transações para que a então estrada de ferro fosse estendida até a região da Lagoa seca, mais precisamente no Sítio Novo onde Fernando Árens Júnior havia feito loteamento, fato ocorrido em 21 de junho de 1906. A Estação recebeu o nome de “Estação Artur Nogueira”. Para conseguir este feito, Artur Nogueira havia prometido doação de terras ao Estado, assim ocorreu conforme o Decreto Lei n. 1300 de 22 de agosto de 1905, sendo estas terras anexadas ao Núcleo Colonial Campos Salles, vindo a formar uma nova seção, chamada de “Seção Artur Nogueira”.

Sendo então a Funilense pertencente à Estrada de Ferro Sorocabana, decorre sendo ampliada até Conchal. Em 1960 a ferrovia é desativada e seus trilhos aos poucos desapareceram. A morte das ferrovias não foi espontânea, no dia 19 de setembro de 1959 o governador Carvalho Pinto oficializou o Estatuto dos Ferroviários, que dispunha a reestruturação dos quadros dos trabalhadores, o que não agradou muito a classe. Zambello (2011) ao relacionar o declínio da ferrovia paulista, relaciona o apoio de Janio Quadros para encampar as estradas. Partindo da hipótese de relacionar o desenvolvimento rodoviário que vinha decorrendo no estado de São Paulo e seus interesses automobilísticos, entende-se a morte da estrada de ferro na região criada por uma relação imbricada de interesses econômicos.

A Companhia Carril Agrícola Funilense foi de importância crucial para que houvesse o desbravamento das matas e para conduzir o processo de urbanização e novas possibilidades socioeconômicas ao território de Artur Nogueira. Como a história demonstra a chegada da estrada de ferro em determinado local no período inicial do século XX, resultava (muitas vezes) um início de organização comercial e social em seu entorno.

Para Marcondes (2001), que aprofunda o seu estudo na história da Ferrovia Funilense, o local era considerado rico para a agricultura, mais com dificuldades de acesso. O que justifica o processo da construção da extensão ferroviária ter sido interrompido por algumas vezes, pela dúvida de investir nas possibilidades agrícolas da região ou parar pela dificuldade de desmatar o local. Portanto, a forma de povoamento do interior de São Paulo, com a política de criação de núcleos onde eram levados os imigrantes para o trabalho agrícola, só se deu com a colaboração de produtores da região que ajudaram a organizar núcleos que recebiam os imigrantes.

Neste mesmo contexto, Baldini (2010) define que o fator com maior relevância no processo de colonização na região, foram os arrolamentos entre núcleos rurais e os núcleos coloniais oficiais da região com os territórios urbanos com maior proximidade – no caso Campinas e Mogi Mirim – que converteram em mudanças urbanísticas, colaborando para o desenvolvimento de uma rede de novas cidades originadas no interior do estado de São Paulo.

Com a chegada da ferrovia até as terras de Fernando Árens Júnior o povoado começou a se desenvolver. Ferreira (2010) organiza um histórico da vida de Fernando Árens Júnior, usado como referência neste trabalho. Quando criança (aproximadamente sete anos) muda-se para Hamburgo na Alemanha com seus pais. Em seus estudos cursa o secundário e desenvolve o aprendizado em fundição e montagem de máquinas. Volta para o Brasil em 1895, ingressando na Escola Politécnica, seguindo a mesma profissão de seu pai.

Em 1904, Fernando casa-se com Lavínia Caldas e inicia atividade profissional como sócio de seu pai e tios na firma Árens & Irmãos. Logo após, em 1905, Fernando faz seu primeiro loteamento nas terras herdadas da mãe. À propriedade dá o nome de Sítio Novo (atual parte central do município de Artur Nogueira). Possuindo interesses e habilidades mais voltados a engenharia, Fernando resolve lotear as terras e dar início ao povoado, que conhecemos hoje por Artur Nogueira. Nesse loteamento, reservou espaço para a construção de uma igreja – atual Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores – um local para a Estação do Trem e pensou também na captação e em um reservatório de água para o povoado, que deveria ser na cachoeira de sua propriedade. Em 1908, construiu o prédio onde está atualmente instalada a Prefeitura de Artur Nogueira. À rua principal do loteamento deu seu nome, Fernando Árens Júnior. Nesse momento, já havia nas proximidades alguns moradores imigrantes que deram continuidade ao crescimento local.

Em 1910, vai para a Baixada Santista, até então, apenas mata, e em 1911 realiza a primeira compra de terras no litoral, contíguas ao Sítio Mongaguá, organizando, a seguir, a “Companhia Melhoramentos de Praia Grande”, para urbanização da orla praiana. Funda a cidade de Mongaguá. Anos mais tarde, foi responsável pela organização e fundação do bairro Indianópolis em São Paulo.

**Figura 19.** Registro fotográfico de Fernando Árens Júnior – Aproximadamente 1910.



**Fonte:** Portal Nogueirense. Em destaque, Fernando Árens Júnior em cima dos dormentes da ferrovia em construção em Artur Nogueira. Disponível em: <

Quanto ao nome dado à cidade, Ferreira mesmo com sua dedicação ferrenha ao aglutinar a história do município não consegue desvendar o porquê do município ter recebido o nome de Artur Nogueira, ao invés de Fernando Árens. Sendo que o primeiro, o Major Artur Nogueira, teve maior influência no desenvolvimento do entorno e promoveu a ampliação da linha férrea Funilense, promovendo os interesses econômicos da própria família e impactando diretamente o município de Cosmópolis. Enquanto as propostas de Fernando Árens foram bem direcionadas em Artur Nogueira.

Em 1916, Fernando Árens regressou ao então povoado criado no entorno da Estação Artur Nogueira, pertencente na época ao município de Mogi Mirim, com o intuito de elevar o território a Distrito. O jornal *A Comarca* apud Ferreira (2000, pág. 40) cita alguns artigos demonstrando o empenho de Fernando neste sentido. Em 30 de dezembro de 1916, através da Lei nº 1.542, Artur Nogueira é nomeado o novo distrito de Mogi Mirim. Ficaram, portanto, lacunas no esclarecimento dos detalhes do nome escolhido para o Distrito.

Em 1912, é terminada a construção do edifício que abrigaria a precursora das escolas de Artur Nogueira, situada onde hoje é a prefeitura. Edificada por Fernando Árens Júnior, considerada moderna para a época, configurava ao local, um prédio apropriado para receber as crianças. Ficando perto da igreja Matriz, ainda em construção, e da ferrovia, recebeu em sua primeira turma 36 alunos, moradores de sítios vizinhos.

Segundo o Jornal *A Comarca*, de Mogi Mirim, houve a visita de inspeção de ensino ao Distrito de Artur Nogueira em junho de 1918. A reportagem segue descrevendo o fato que o Professor Júlio Pestana, inspetor do ensino na zona que abrangia o distrito, visitou a vila de Artur Nogueira no dia 10. Havia duas escolas mistas que receberam o inspetor de surpresa, que segundo o jornal, elogiou o zelo dos funcionários e o método de ensino nos locais. Não encontrada a informação exata de uma das escolas, comprovado o fato de uma ser a escola referida acima e próxima a estação ferroviária, enquanto a outra, segundo relatos, seria rural e próxima a estrada que ligava a Mogi Mirim. O jornal ainda continua

narrando como um diário a visita do inspetor, que descreveu a vila como organizada e propulsora.

**Figura 20.** Registro fotográfico da Subprefeitura de Artur Nogueira em 1928.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Mesma edificação que recebeu a primeira escola do município, no perímetro que se configurou como o centro de Artur Nogueira.

Henrique Stechelberg<sup>19</sup>, em 1920, doa ao governo estadual um terreno na Av. Dr. Fernando Aréns Júnior, área central do Distrito, por motivo desconhecido. O então jornalista Francisco Cardona, proprietário do Jornal *A Comarca* de Mogi Mirim, propulsiona iniciativas para a construção de uma escola mais ampla no local cedido. No dia 1 de outubro de 1920 a escola é inaugurada com o nome de Escolas Reunidas de Artur Nogueira. A antiga casa que abrigava o grupo escolar recebeu a subprefeitura.

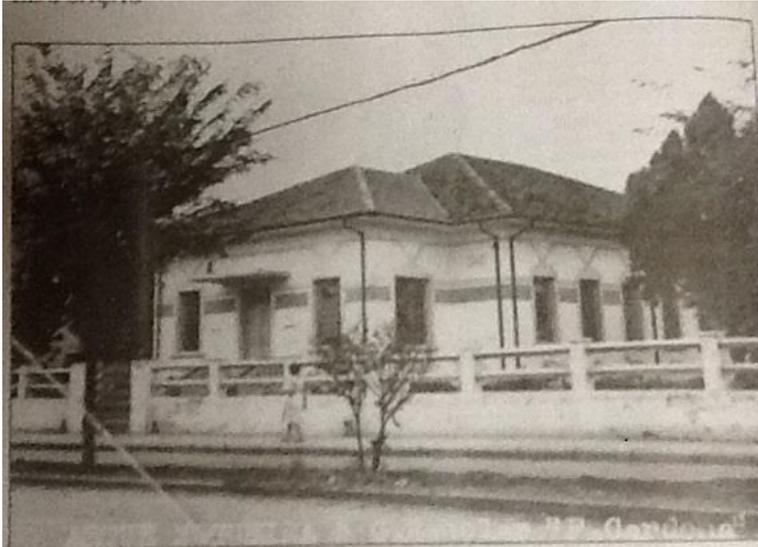
O novo edifício seguiu o mesmo padrão criado pela Secretária de Educação Paulista à época. Em 1932, a escola muda o nome para Grupo Escolar de Artur Nogueira e, em janeiro de 1947, tem novamente alteração para grupo Escolar Francisco Cardona. Atualmente o prédio está fechado. Segundo informações obtidas junto a Prefeitura Municipal de Artur Nogueira, o prédio aguarda restauro, pois a prefeitura tornou-o patrimônio.

---

<sup>19</sup> Figura influente em Cosmópolis, possuía muitas terras em Cosmópolis e seu entorno.

Conforme as fotos que seguem, podemos compara-las e notar que a tipologia foi mantida. Construção eclética, hoje se configura por ter seu entorno com áreas verdes e com uso intenso comercial e social, semelhante a uma praça. Os muros foram removidos na década de 80, após a escola ter recebido novo prédio em 1976, como veremos a diante.

**Figura 21.** Foto da Escola Francisco Cardona na década de 60.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Foto do prédio da escola da Av. Dr. Fernando Árens Júnior ainda em uso.

**Figura 22.** Foto da Escola Francisco Cardona - 2014.



**Fonte:** STRASSA, 2014. Foto do prédio da escola da Av. Dr. Fernando Árens Júnior, atualmente fechada e sem uso.

Ferreira (2000) continua relatando que até 1938, Artur Nogueira, ainda distrito de Mogi Mirim, possuía um pedaço de seu território pertencente ao município de Campinas. Nesse mesmo ano, Cosmópolis tentou aumentar seus limites territoriais com sua emancipação frustrada. Pretendia emancipar junto Artur Nogueira para que fosse aglutinado ao seu território, na nova demarcação de limites municipais que aconteceria por lei federal no mesmo ano. O então Distrito de Artur Nogueira, através da representatividade de Raul Grosso<sup>20</sup>, não aceitou a união. Assim surgiam as primeiras possibilidades separatistas.

O *Diário do Povo*, jornal de Campinas de 25 de setembro de 1938, descreveu a realidade econômica de Cosmópolis como pequena para pretender a emancipação, ainda levando junto Artur Nogueira.

O que se joga, entretanto, é a importância que virá ter para Campinas esse desmembramento, que, ao que vemos, não tem grandes perspectivas para um município de proporções acanhadas como seria esse, formado por Cosmópolis e Artur Nogueira (*Diário do Povo*, 1938).

O *Diário do Povo*, jornal de Campinas, em 29 de setembro de 1938 publica a notícia que Artur Nogueira não queria ser anexada a Cosmópolis e transcreve a comunicação que o distrito de Artur Nogueira lhes enviou. O dizer deixa claro a não intenção de acompanhar Cosmópolis em sua emancipação e expõe suas justificativas:

- 1° - que o distrito de Artur Nogueira está onerado com a parte que lhe toca, com referências às divisas de Mogi Mirim;
- 2° - que a renda de Artur Nogueira não atinge a 40:000\$000 anuais;
- 3° - que somente o funcionalismo da futura câmara absorverá 55:000\$000 anuais;

---

<sup>20</sup> Segundo Ferreira (2000, p. 193) Raul Grosso foi representante da comunidade local, dono do cartório da cidade. Foi estudante de Engenharia no Mackenzie, onde foi obrigado deixar a faculdade em seu último ano por motivo de uma travessura com amigos de jogar uma pedra em um bonde. Conforme Costa (2014, p. 453) a formação dos engenheiros do Mackenzie enfatizava o papel transformador do engenheiro, assim como com o compromisso social e suas funções, o que influenciou Raul Grosso em sua trajetória.

4° - que com o advento do nosso município, Artur Nogueira será prejudicada, já com o possível aumento dos impostos, já com enorme abandono, pois o novo município, muito naturalmente, só tratará de beneficiar a sua sede, que será Cosmópolis;

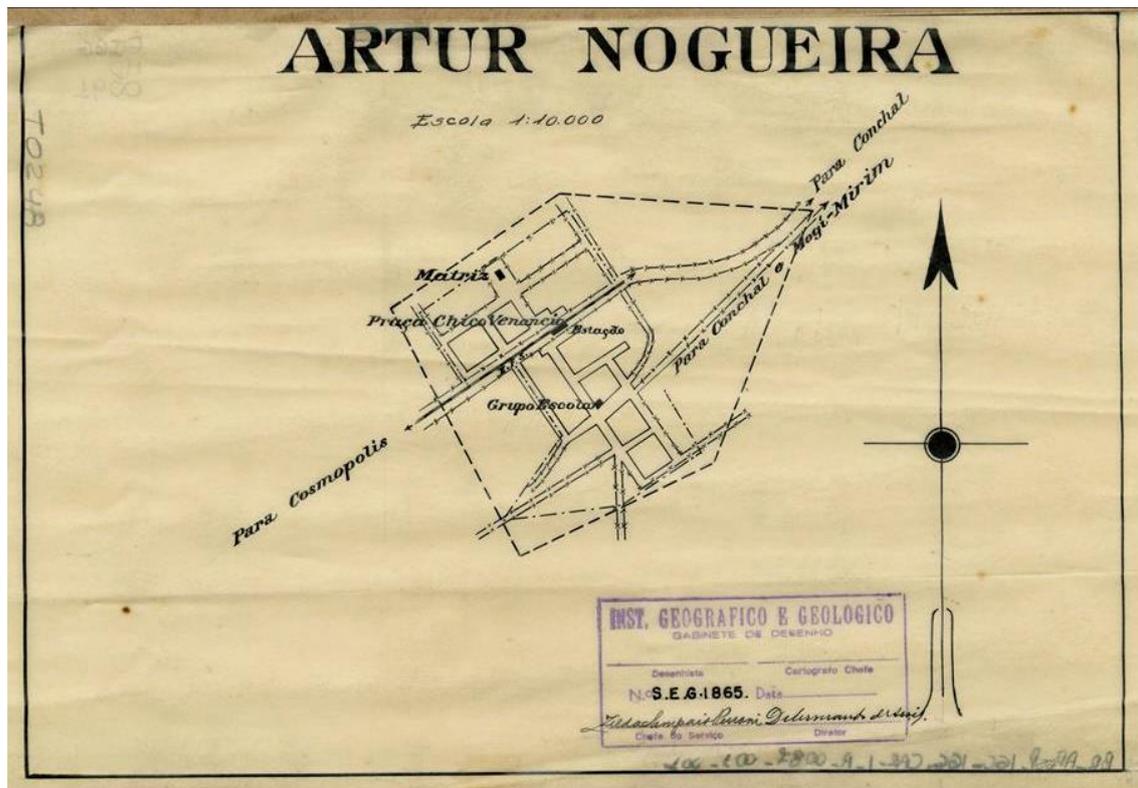
5° - que o distrito de Artur Nogueira conta, atualmente, com perto de 8.000 habitantes, tendo vida própria e não deseja, absolutamente, juntar-se a outro que não tenha vida independente, que só poderá lhe servir de parasita (Diário do Povo, 1938).

Seguindo o documento, há 28 representantes do povo apoiando o escrito por Raul Grosso, o então Escrivão de Paz e Tabelião. E seguem outras cartas enviadas ao jornal de Mogi Mirim, *A Comarca*, onde se relatam verdadeiras desavenças entre os líderes de Cosmópolis e Artur Nogueira.

Artur Nogueira, no ano de 1938, dividia-se no centro entre Campinas e Mogi Mirim, como podemos observar no mapa abaixo a rua divisória era a Primeiro de Maio (denominação da época), atual Rua São Sebastião. Neste contexto, o crescimento e organização do Distrito ficavam difíceis de serem geridos.

O mapa a seguir também representa o pequeno aglomerado que o Distrito de Artur Nogueira se configurava. Os primeiros quarteirões ainda não seguiam grelha ortogonal estabelecida anos mais tarde nas áreas de crescimento urbano. Ainda serviam mais para demarcar as apropriações das terras.

**Figura 23.** Planta da cidade de Artur Nogueira década de 1940.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Entende-se que pouco havia mudado do primeiro planejamento do loteamento de Fernando Árens Júnior. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/cartografico>> Acesso em: 23 de maio de 2014.

O Prefeito Municipal de Mogi Mirim, Ataliba da Silveira Franco, em 17 de outubro de 1938, publica a posição de Mogi Mirim sobre possível desmembramento de Artur Nogueira para a Comissão de Revisão e Reajustamento das Divisas dos Municípios. Sendo este documento transcrito no livro de Ferreira (2000), a seguir um pedaço do esclarecimento:

Tem-se a impressão de as condições locais não foram bem apreendidas, senão pelo critério geográfico absoluto. Vivemos na chamada zona velha do Estado, em que o progresso não acompanha o ritmo acelerado da alta Paulista, Sorocabana e Araraquarense, em que as cidades surgem e se desenvolvem quase como milagres. Naquela tal zona não se justificam os desmembramentos sem nenhum resultado administrativo ou econômico; ao contrário, as desanexações, enfraquecendo as

unidades, fazem-nas regredir, ao invés de um progresso lento, mas, por isso mesmo, seguro (Ferreira, 2000, p.43).

Ferreira (2000, pág. 45) transcreve o apelo do Prefeito de Mogi Mirim, Ataliba da Silveira Franco, diante do embate instaurado, convocando as forças políticas para decidir os interesses municipais quanto ao distrito de Artur Nogueira. Expondo a preocupação com a possível perda do Distrito de Artur Nogueira, cita a relevância econômica do mesmo para Mogi Mirim solicitando o comparecimento da sociedade à reunião onde seria discutido o assunto. O autor continua transcrevendo o documento que dita às novas divisas territoriais do Distrito de Artur Nogueira, fundamentado no Decreto Lei Nacional nº 311 de 23 de março de 1938, Artur Nogueira, citada como vila, tem seus novos limites:

(...) COM O DISTRITO DE PAZ DE ARTUR NOGUEIRA: Começam no rio Pirapitingui, na foz do ribeirão de Manoel Dias, sobem por este até sua cabeceira norocidental, continuam pelo espigão que deixa, à esquerda, as águas do ribeirão Mato Dentro, e, à direita, as dos ribeirões Vatinga e Pederneira, e vão até a ponte sobre o córrego do Coxim, na estrada de rodagem que da cidade de Mogi-Mirim vai à cidade de Limeira;(...) (Decreto n. 9.775, de 30 de novembro de 1938).

Logo a seguir, Ferreira transcreve a ata do discurso do Dr. Ederaldo Prado Queiroz Telles na solenidade de Inauguração do Novo Quadro Territorial, no Fórum do Município de Mogi Mirim no dia primeiro de janeiro de 1939:

(...) porquanto, em nosso distrito de Artur Nogueira, célula viva e dinâmica de prosperidade agrícola – uma das joias de nosso município – casas existiam, edificadas há poucos metros de distância de outras, pertencentes ao rico município de Campinas. Esta anomalia dificultava imensamente a administração municipal, a vigilância da polícia e a ação judiciária de ambas as sedes. Uma cidade não podia atendê-la porque, tendo poucas casas edificadas em seu território distante, não podiam fornecer a esses moradores assistência necessária ao próprio bem-estar da vida; a outra cidade porque, contíguo ao seu distrito, já encontrava solo

pertencente a outro município, embargando-lhe a administração (Ferreira, 2000, pág. 46).

Artur Nogueira já apresentava na época uma realidade de territórios de gestão compartilhada. Por estar situado, ao mesmo tempo, em duas regiões, Artur Nogueira estava em uma escala que dividia a cidade, permitindo a identificação das condições de vida em cada local. Essa realidade revelava a desigualdade no desenvolvimento dentro do meio urbano. O lado pertencente à Mogi Mirim propunha, ainda que timidamente, maiores acessos a bens e serviços urbanos, sociais, culturais e econômicos. O lado pertencente à Campinas mostrava-se mais inerte aos investimentos. É claro que ao observarmos o cenário, que o desenvolvimento permanecia ainda inserido no primeiro loteamento definido por Fernando Árens Júnior, sendo que a maior parte constituía áreas rurais. Neste sentido, o processo de urbanização do distrito de Artur Nogueira estava sujeito à vontade do Município de Mogi Mirim que necessitava mais de angariar fundos do que Campinas.

**Figura 24.** Foto aérea de Artur Nogueira - 1940.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Alterado por STRASSA (2015) apresenta os principais eixos de circulação da época.

A foto aérea acima expõe três eixos de circulação que demarcavam o território. O primeiro (linha tracejada e sinuosa em roxo) inicia ao lado direito da foto com um segmento arbóreo, que era a linha férrea, segue passando pela Estação Ferroviária (2) até formar uma curva e se encontra com o segundo eixo. Este seria hoje Av. XV de Novembro, na época, a continuação da linha férrea que seguia até Conchal. E o terceiro eixo é o que nasce na Igreja Matriz (1) e segue cruzando na Estação Ferroviária até o limite estabelecido por plantações (o que viria a ser a estrada de ligação para Holambra). E por último destacamos o contexto onde estava inserido Grupo Escolar Francisco Cardona (3).

O grupo escolar Francisco Cardona estava situado do lado pertencente a Mogi Mirim, que possuía o maior adensamento populacional no perímetro do distrito e haviam ocupações dispersas principalmente no sentido de Mogi Mirim seguindo a ferrovia eu apresentava um envoltório basicamente composto por plantações agrícolas. O lado pertencente a Campinas apresentava menos desenvolvimento, concluímos que o Distrito apresentava mais interesse político a Mogi Mirim do que a Campinas que se inseria em uma rede mais estruturada economicamente, não precisando do pequeno Distrito de Artur Nogueira.

### **2.1.1 Emancipação do município**

No início do ano de 1948 um grupo, denominado atualmente como Grupo dos Onze, composto por figuras atuantes na política da região, começaram um movimento para promover a emancipação do Distrito de Artur Nogueira da Comarca de Mogi Mirim. Essa comissão era composta por onze membros: Raul Grosso, Elysio Quinteiro<sup>21</sup>, Rodolfo Rossetti<sup>22</sup>, José Amaro Rodrigues Filho<sup>23</sup>,

---

<sup>21</sup> Dentista, exerceu também o cargo de subdelegado, subprefeito e juiz de paz do Distrito de Artur Nogueira.

<sup>22</sup> Vereador por Artur Nogueira em Mogi Mirim.

<sup>23</sup> Comerciante.

Reinaldo Germano Stein<sup>24</sup>, Aílio Arrivabene<sup>25</sup>, Santiago Calvo, Roberto Amaral Green, Jacob Stein<sup>26</sup>, Severino Tagliari<sup>27</sup> e Humberto Rossetti. No dia 28 de abril de 1948, o grupo entra com o processo de pedido de emancipação na Assembleia Legislativa. A resposta, com o parecer, chega no dia 2 de setembro do mesmo ano. Definindo que deveria, portanto ser realizado o plebiscito de consulta à população do território que pretendia ser elevado a município.

**Figura 25.** Grupo emancipatório de Artur Nogueira e deputados estaduais na Assembleia Legislativa de São Paulo em 1948.



**Fonte:** Casa da memória de Artur Nogueira. A partir da esquerda: Roberto Amaral Green, Reinaldo Germano Stein, Humberto Rossetti, Jacob Stein, Santiago Calvo, Rodolfo Rossetti, deputado Antônio Silva da Cunha Bueno, deputado Castro Carvalho, Elysio Quinteiro, José Amaro Rodrigues Filho, Raul Grosso, deputada Maria da Conceição Neves, deputado Joveliano Alvim, Severino Tagliari e Aílio Arrivabene.

No dia 24 de outubro de 1948 é realizado o plebiscito, que contava com o apoio do município de Mogi Mirim que julgava ser direita a conquista de emancipação. Neste ato, o plebiscito, teve o direito à participação todos os maiores de 18 anos. Tendo como requisito, apenas, ter mais de dois anos residindo no distrito. Foram 745 votos, sendo 721 votos a favor da emancipação e 24 votos contra. Artur Nogueira foi elevado a município pela Lei nº 233 de 24 de dezembro de 1948.

<sup>24</sup> Agricultor.

<sup>25</sup> Agricultor.

<sup>26</sup> Agricultor.

<sup>27</sup> Vereador por Artur Nogueira em Mogi-Mirim.

Segundo o IBGE, a população urbana de Artur Nogueira em 1950 era de 788 pessoas e a rural de 5.106 cidadãos, o que soma um total de 5.894 munícipes.

**Figura 26.** Foto do dia Plebiscito realizado em Artur Nogueira em 1948.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Plebiscito realizado na então subprefeitura, antigo grupo escolar.

Em 13 de março de 1949 ocorre a primeira eleição para eleger o primeiro prefeito do novo município de Artur Nogueira. Sendo Severino Tagliari o eleito por 257 votos (29,39%) do total de votos somados em 938. O processo ocorreu calmamente, sendo que os candidatos entendiam a fragilidade desse novo início. Em 10 de abril de 1949 houve a cerimônia oficial onde a cidade de Artur Nogueira é elevada à categoria de município, continuando a fazer parte da comarca de Mogi Mirim. O Suplemento do "Diário Oficial" de 1º de setembro de 1949 publicou na íntegra a Lei n.º 233, de 24 de dezembro de 1948, que fixa o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, a vigorar no quinquênio - 1949 – 1953. A instalação da Câmara Municipal de Artur Nogueira ocorreu a 10 de abril de 1949.

**Figura 27.** Cartaz da primeira campanha política nogueirense, 1949.



Fonte: Ferreira (2000, p. 50). Primeiro prefeito de Artur Nogueira.

### 2.1.2 O processo de urbanização de Artur Nogueira

Ferreira (2000, p.56) relata que a primeira administração municipal de Artur Nogueira compreendeu os anos de 1949 a 1953. O autor continua revelando os acontecimentos da época, o então prefeito, Severino Tagliari, vindo de uma família empreendedora no distrito, iniciou seu mandato com o primeiro desafio de definir o local onde ele e sua equipe trabalharia. Foi alugado um casario na então Rua Angelo Arantes, atualmente denominada com Rua 10 de abril. Com praticamente nenhuma infraestrutura, a administração iniciou sua gestão. A coleta de lixo era realizada por um burro e uma carroça, as manutenções das estradas

realizadas com pá, enxadas, picaretas e um número reduzido de funcionários para o trabalho. Realizou a mudança do imposto único cobrado por terras, instituindo Cr\$ 8,00 por alqueire, fato não aceito pelos latifundiários. Em sua administração Severino Tagliari institui melhorias ao município: seis escolas distribuídas pelo território; a Casa da Lavoura e o Posto de Saúde.

**Figura 28.** Foto da Avenida Doutor Fernando Árens Júnior na década de 50.



**Fonte:** Casa da Memória. A ferrovia se encontra na parte superior esquerda da foto.

A foto retratando a principal avenida do novo município, nos anos 50, revela as condições físicas. Esta foto foi tirada da Igreja da Matriz; a Avenida Dr. Fernando Árens Júnior pouco havia se desenvolvido na última década. A urbanização ainda não alcançava ainda a Lagoa Seca. As ruas bem delimitadas e arborizadas, já possuíam passeio público, calçadas e um canteiro central. As ruas ainda sem asfalto mantinham boas condições de tráfego. As edificações respeitavam apenas o recuo das calçadas e já demarcavam o espaço predominantemente comercial. No segundo quarteirão podemos ver os espaços da Ferrovia que viriam posteriormente se configurarem em áreas verdes. Muito se preserva até os dias de hoje deste cenário.

Quanto às escolas, esta administração inaugural privilegiou a construção de escolas em alguns bairros, não encontrado documentos que sustentem a argumentação, entende-se através de relatos que a maioria destas escolas foram para bairros rurais.

Ferreira (2000) fundamenta este levantamento acerca do desenvolvimento histórico de Artur Nogueira. José Amaro Rodrigues, aos 53 anos, foi o segundo prefeito de Artur Nogueira (1953 – 1957), agricultor, com pouco estudo, mas sempre interessado no aprendizado e na leitura; em 1942 abriu um comércio de *Secos e Molhados*, no final da Av. Dr. Fernando Árens Júnior. Já perto de sua candidatura abriu uma tecelagem na cidade. Deu continuidade, ainda em passo lentos, ao desenvolvimento do território urbano do município. Construiu aproximadamente 5.000 metros de guia e calçamento, ampliou a rede de iluminação pública do município, construiu a Escola Rural do Bairro do Pinheirinho e reformou o cemitério da cidade, edificando ali uma capela. Trouxe o primeiro banco para a cidade, a Caixa Econômica Federal, e um posto de Puericultura. Trabalhou na manutenção das estradas vicinais do município, construiu pontes e bueiros, organizando as possibilidades primárias da cidade em seus primeiros anos. Essa gestão foi marcada pelo início da abertura da estrada que liga Artur Nogueira a Holambra e o serviço de abastecimento de água, com a construção da barragem no Bairro Cotrins. Iniciou os primeiros contatos para a instalação da rede telefônica na cidade e construiu a praça, onde hoje está a Rodoviária Municipal. José Amaro Rodrigues foi ainda presidente da Comissão de Obras do Educandário Nossa Senhora das Dores, conseguindo que seu irmão, Antônio Amaro Rodrigues, doasse o terreno para a construção da mesma.

Em meados dos anos 50, o então Padre Edison Vieira Lício mobiliza a comunidade da Igreja Católica para angariar fundos para a construção do Educandário Nossa Senhora das Dores. Já havia uma turma mista tendo aulas na dependência da igreja matriz. A obra foi considerada audaciosa para o município na época pois consistia de um projeto de 1.600 m<sup>2</sup>. Muitas atividades sociais foram organizadas e realizadas no intuito da verba ser adquirida para a construção. Apesar de toda mobilização do povo local, foi necessário verba

pública para a conclusão do mesmo. Mas esta construção só foi finalizada em 1963, quando tiveram início das aulas. O educandário abrigou o Colégio Estadual, que em 1967 recebeu o nome de José Amaro Rodrigues, até 1971. Neste ano a Escola Estadual José Amaro Rodrigues recebeu prédio do estado, onde está situado até hoje e onde retornaremos o estudo no capítulo terceiro. Assim, as instalações do Educandário passaram para rede particular (Igreja Católica) constituída pela Escola Nossa Senhora das Dores, que adota nos anos iniciais do ensino o método Montessori<sup>28</sup> (FERREIRA, 2000).

De 1957 até 1961 houve a segunda gestão de Severino Tagliari frente ao executivo Municipal de Artur Nogueira. Ficou caracterizado pelo início do tratamento de água encanada na cidade, até então, servida apenas por poços perfurados pelos próprios munícipes. Essa obra necessitou de grandes subvenções do Estado, teve início com o represamento e a construção de uma central de captação no Córrego Cotrins, onde a água era filtrada, recebia cloro e, posteriormente, era bombeada e transportada por dutos até a caixa d'água construída no centro da cidade, com capacidade de 150.000 litros de água. Inaugurada em primeiro de maio de 1959, segundo seus engenheiros, era obra que, em seu conjunto, reservatório e estação de captação e tratamento, atenderiam à demanda de água da cidade por mais de 25 anos. Nesse mesmo período Severino Tagliari iniciou a instalação da rede de água e do esgoto no município, abriu novas ruas e ajudou a dar início à construção do Educandário Nossa senhora das Dores, obra de iniciativa paroquial e popular para subsídio ao ensino municipal. No dia 24 de dezembro de 1960, inaugurou a Casa da Lavoura de Artur Nogueira, e, apoio ao setor ruralista do município, setor que era a base econômica municipal, primeiramente com a produção do café e do algodão, laranja e cana-de-açúcar.

---

<sup>28</sup>O Método Montessori é um modelo educacional desenvolvida pela médica e educadora Maria Montessori. É caracterizado por uma ênfase na independência, liberdade com limites e respeito pelo desenvolvimento natural das habilidades físicas, sociais e psicológicas da criança (Lar Montessori. Disponível em: <http://larmontessori.com/o-metodo/>).

Ferreira (2000) narra sobre a quarta administração, que foi a de Jacob Stein<sup>29</sup> (1961-1965), como a que deu ênfase ao setor agrícola nogueirense. Levando infraestrutura ao território rural, construiu pontes e escolas. Junto ao Governo Estadual obteve a primeira ambulância de Artur Nogueira, comprou uma moto niveladora para o cuidado das estradas, auxiliou na construção do Educandário Nossa Senhora das Dores (escola pertencente à igreja católica) e mudou a iluminação pública do centro do município, melhorando-a em número e qualidade.

**Figura 29.** Avenida Quinze de novembro na década de 60.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Expansão urbana na década de 60 advinda do crescimento da produção econômica local.

A foto a cima mostra o então novo eixo de adensamento do município, a Avenida 15 de novembro. Já demonstrando nitidamente a diferença de atenção dada a esta área da cidade. A expansão territorial que seguia as margens da estrada de ferro que seguia para Mogi Mirim se caracterizava basicamente por moradores que buscavam oportunidades de trabalho nas áreas agrícolas do

---

<sup>29</sup> Assim como seus antecessores, participou do grupo dos onze, que encabeçaram a emancipação do município de Artur Nogueira. De família de agricultores, se destacou na cidade com sua participação política.

entorno do município, em sua maioria, vindos há pouco tempo para o município. As ruas não possuíam asfalto ainda, nem mesmo na parte central da cidade, mas o diferencial desta expansão é que não se delimitavam os passeios públicos ou guias, não havia iluminação pública e infraestruturas, fato que já servia a parte central do município. Mesmo sem o planejamento ser existente, o crescimento ocupacional da área permaneceu neste sentido territorial até aproximadamente o ano 2000.

Com poucos recursos e com muito a realizar, os primeiros prefeitos de Artur Nogueira se preocuparam, basicamente, com saúde, educação e infraestrutura. Construindo escolas, garantiam o crescimento do local. Mantendo transitáveis as estradas municipais, possibilitavam a escoação dos produtos agrícolas produzidos. Construindo poços e reservatórios, redes de água e esgoto, garantindo o saneamento local. Foi o básico, o início da cidade emancipada nesses primeiros 20 anos, fator que determinou o crescimento do município.

Ferreira (2000) prossegue narrando sobre Luís Spadaro Cropanise, que foi prefeito de Artur Nogueira de 1965 a 1969 marcou sua administração pelo início da pavimentação com asfalto na cidade. Embora muitos moradores achassem essa obra desnecessária, Luís conseguiu um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para realizar o asfaltamento do centro da cidade. Além desse feito, construiu cinco escolas, sempre com recursos federais. Não sabemos ao certo onde foram realizadas estas novas construções e abrigariam as escolas, mas acredita-se que foram em áreas rurais.

A foto a seguir registrou a preparação das ruas principais, do centro do município, para o recebimento da capa de asfalto, obra inovadora para a cidade. A princípio houve o nivelamento das ruas e espalhou-se uma fina camada de brita, fato registrado na foto.

**Figura 30.** Rua 13 de maio na década de 60.



Fonte: Casa da Memória.

Jacob Stein (1969 -1973) trabalhou pela conclusão da Rodovia SP-332, que liga o município a Campinas (passando por Cosmópolis e Paulínia). Esta obra estava prometida desde a retirada dos trilhos da Sorocabana, em 1962 e o então prefeito conseguiu que o Estado a asfaltasse. Outra iniciativa marcante de Stein, em sua administração, foi a criação de uma lei de incentivo à indústria, visando a dinamização da região, até então, economicamente apoiada única e exclusivamente na agricultura. Jacob criou o plano viário municipal, na prática, um Plano Diretor, disciplinando as zonas residenciais e industriais. O asfaltamento da SP-332 e o incentivo à industrialização do município colaboraram, posteriormente para a instalação das indústrias: Teka, Caio e Mecânica Oriente. Jacob Stein construiu também a escola “José Amaro Rodrigues” e deu início a Rodoviária Municipal, concluída na gestão de Atilio Arrivabene.

Neste momento é constatado um esforço de planejamento para a cidade, pois estava acontecendo um rápido crescimento local. Há uma tentativa de um primeiro plano empírico para o município. Segundo relatos coletados, os esforços de ampliar a economia e os avanços locais aconteciam baseados em conhecimentos rasos do que se acontecia nas cidades mais próximas. Apenas havia um forte desejo local de ampliar as oportunidades do crescimento local.

Atílio Arrivabene Júnior<sup>30</sup>, de 1973 a 1977, geriu Artur Nogueira em um período inovador para a cidade. Curiosamente não teve adversário político, o adversário desistiu ainda no início da campanha. Ambos os candidatos, Atílio Arrivabene e João Benevide Montoya, pertencentes ao então único partido político do município, ARENA – Aliança Renovadora nacional. Artur Nogueira iniciou uma nova fase, mais significativa para a atualidade, nesta gestão por ser representada por uma fase de crescimento urbano expressivo para a cidade.

Desde sua emancipação, em 1949, Artur Nogueira sempre havia se mantido fiel aos nomes que direta ou indiretamente realizaram tal feito, reservando a eles, por quase 25 anos. Nessa época, porém, um grupo de jovens começaria a lutar por espaço na política. Atílio Arrivabene Júnior trouxe empresas de grande representação econômica para o município: Teka, Bicolor e Caio. Era o início de uma nova fase para Artur Nogueira, por estar entrando em outros setores econômicos. A cidade então propunha trabalho para boa parte de seus habitantes e ainda para mão de obra do entorno do município, em decorrência do estabelecimento destas novas empresas.

A infraestrutura da cidade, neste momento, não tinha condições de receber estas indústrias, o sistema de energia era precário e a pouca abrangência da telefonia precisaram ser superados. Outro fator relevante foi o direito adquirido, durante esta gestão, dos terrenos que abrigavam o antigo leito da estrada de ferro, sendo que as outras cidades da redondeza precisaram pagar para adquirir o benefício.

A administração de Atílio Arrivabene foi marcada pela voz participativa dos moradores locais. Segundo Ferreira (2000), a questão da pavimentação implantada nas ruas centrais da cidade, foi concebida através da aquisição de equipamentos pelo próprio município, fato que reduziu o orçamento significativamente em aproximadamente 60%. O jornal *A Comarca* inclusive publicou exaltação a este fato. Outro feito citado por Ferreira, foi a contratação de

---

<sup>30</sup> Filho mais novo de Atílio Arrivabene, agricultor que participou ativamente da Comissão de Emancipação do de Artur Nogueira e trabalhou como Fiscal- Chefe Lançador na prefeitura. Sempre trabalhou junto a seu pai.

um médico para atender os servidores públicos, estabelecendo o primeiro consultório médico local na Avenida Fernando Árens, onde se encontra hoje a Farmácia Popular do município, mas o acesso para a população acontecia apenas por consultas particulares. Outras instituições significativas para o município tiveram o início de suas construções neste período como: a Biblioteca Pública Municipal, a construção do Centro Esportivo Municipal e a construção e instalação de equipamentos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Cardona<sup>31</sup> que havia recebido um novo prédio, fato que retomaremos a seguir. O antigo prédio da prefeitura, onde primeiramente funcionou a primeira escola em contexto urbano na cidade de Artur Nogueira, que mais tarde seria denominada com o nome de Escola Francisco Cardona , tendo sido construída por Fernando Árens Júnior e João Pulz, foi demolido e ergueu-se no mesmo local um novo edifício mais amplo, com características modernistas. Com a demolição deste prédio perdeu-se uma importante referência histórica do início da cidade. Na parte central da cidade, construiu-se a praça do coreto, em frente à estação ferroviária e estabeleceu-se uma agência do Banco do Estado de São Paulo.

Ainda na administração de Arrivabene houve as primeiras ações para na área de saneamento básico, quando foi construída a lagoa de decantação no município de Artur Nogueira, localizada no bairro São Bento, próximo ao trevo do Itamaraty. Atualmente essa lagoa de decantação, juntamente com outras que foram abertas posteriormente, estão assoreadas, mas continuam recebendo parte do esgoto da cidade, segundo o Jornal Nogueirense (2013). Novas Estações de Tratamento de Esgoto no município estão sendo construídas: uma no bairro São Bento e outra no bairro Stocco, a previsão é que sejam abertas em 2015 e que forneçam tratamento para 100% do esgoto coletado no município. Esse fator trouxe um acúmulo de agravamentos ambientais para a cidade por poluir solo e lençóis freáticos.

Retomando a Escola do Cardona, em 1976, recebe um novo prédio construído pelo governo estadual, mais amplo, moderno e capaz de atender às novas exigências do ensino municipal. A foto a seguir registrou o contexto da

---

<sup>31</sup> A análise deste conjunto escolar é retomada no capítulo terceiro.

época e ao ser alterada pela autora destaca a mudança, portanto, a escola deixa a principal via da cidade (destaque com o número 1) para ser inserida em novo local (destaque em com o número 2) menos adensado, portanto favorecendo a expansão rumo ao novo empreendimento e disponibilizando o prédio antigo para a prefeitura. Durante 43 anos esta escola foi a única inserida no espaço urbano. Ao ocorrer a mudança da escola em tela, ela sai de um lugar adensado para outro pouco ocupado. Este fator motivou o adensamento no entorno do novo prédio escolar nos anos subsequentes, valorizando as terras e fortalecendo o eixo da Av. XV de novembro que segue paralela a escola. Neste contexto, o aparecimento de comércios estabelecidos neste eixo, a partir deste período, é esclarecido.

**Figura 31.** Registro fotográfico do município de Artur Nogueira na década de 70.



**Fonte:** Casa da Memória de Artur Nogueira. Registro alterado por STRASSA (2015) destacando com o número 1 aonde a Escola Francisco Cardona ocupava o prédio até 1976 e com número 2 aonde a escola recebeu o novo prédio a partir deste momento.

A administração municipal, de 1977 a 1983, esteve sob o comando do prefeito Rubens da Silva Barros que deu continuidade a administração anterior,

como o próprio afirma em depoimento<sup>32</sup>. De comum acordo, ambos decidiram dar seguimento ao intuito de inserir a cidade em um contexto econômico que não fosse mais essencialmente agrícola. Atílio e Rubens trabalharam juntos durante os dois períodos que ambos administraram a cidade, fato que manteve o direcionamento e ininterruptão dos projetos objetivados pelos mesmos. Como Ferreira (2000) relata:

(...) a TELESP comprou o sistema de telefonia da prefeitura na administração de Atílio e coube a Rubens trabalhar para sua automatização (...). Atílio deu início a construção do Centro Esportivo Municipal e Rubens o concluiu; Atílio construiu o coreto da cidade e sua praça central e Rubens urbanizou toda a área do antigo leito da Sorocabana, desde a entrada da cidade até próximo à Câmara Municipal; Atílio iniciou contatos para o asfaltamento da SP- 107, Artur Nogueira – Holambra, e a obra foi realizada na administração de Rubens, quando também foi instalada a Mecânica Oriente, cujo trabalho para sua vinda a Artur Nogueira foi iniciado por Atílio (Ferreira, 2000, p. 68).

Quanto ao que se refere ao leito da Ferrovia Sorocabana, este já estando desativado a mais de 15 anos, se encontrava em situação de abandono causando um rompimento no tecido urbano e travancando o desenvolvimento do mesmo. Ao entrevistar o ex-prefeito Rubens da S. Barros foi revelado que em viagem ao sul do Brasil, inspirou-se em jardins vistos e quis reproduzi-los em Artur Nogueira. Portanto, pessoalmente ele propôs que os terrenos onde passavam os trilhos do trem, que nessa época já haviam desaparecido, se tornassem em jardins sucessivos seguindo aproximadamente um quilômetro. Criou-se um desenho de cidade a partir de uma forma pré-estabelecida que não dialoga com o uso e apropriação local, pois são somente jardins que não proporcionam uso. Portanto, a cidade não dialoga com esse espaço, se conecta

---

<sup>32</sup> BARROS, R. da S. Entrevista do ex-prefeito. 03 de mar. 2015. Entrevista concedida a Alessandra Salvador Alexandre Strassa.

pelas vias e jardins de forma compartimentada. Como Jane Jacobs (2011) propõe à manutenção da vitalidade na cidade, sem interrupções ou barreiras, a proposta destes jardins lineares e contínuos não contribui com o planejamento ou a manutenção do espaço, ao passo que rompem o uso, criando espaços vazios.

Em seguimento ao contexto da ferrovia, ainda nesta mesma administração, foi demolido o prédio da antiga estação ferroviária, sendo que o então prefeito Sr. Rubem da Silva Barros justificou o fato, em entrevista, que o local estava degradado e que abrigava na época um contexto fragilizado de segurança. A imagem a seguir permite analisar os jardins que seguiram a partir da entrada oficial da cidade, na época, tendo como marco inicial um trevo com formas paisagísticas de estilo modernista. Hoje essa entrada está desativada pelo Departamento de Estrada e Rodagens do estado, o que implica em um problema de acesso ao município, pois a cidade atualmente faz uso de um acesso, que deveria ser apenas complementar, como o único que possibilita adentrar o perímetro urbano central pela Rodovia SP 332. Para que os jardins fossem estabelecidos, foi preciso abrir as vias laterais, Avenida (Av.) Duque de Caxias e Rua Adhemar de Barros, o que favoreceu o crescimento da malha ortogonal da cidade possibilitando o surgimento do loteamento que hoje é o bairro Resek.

**Figura 32.** Vista aérea de Artur Nogueira – Início da década de 80.



Fonte: Barros (2015). Acervo do ex-prefeito cedido em entrevista. Vista aérea da então entrada oficial de Artur Nogueira seguida pelos jardins que ocuparam a antiga Estrada da Ferrovia.

O outro lado da cidade, a Av. XV de novembro, também foi asfaltado permitindo o crescimento urbano e oficializando o segundo eixo estruturante da malha urbana que cruza com o primeiro, Av. Fernando Árens. Esses dois eixos estabelecem a ligação da cidade com a região e delimita as ocupações sociais sobre o território, ao longo da Av. XV de novembro se estabeleceu o crescimento urbano das classes menos favorecidas economicamente. Este lado é o que se refere ao mais próximo da estrada que liga a Mogi Mirim e que antes seguia a ferrovia, portanto, abrigava e ainda abriga a maior produção agrícola.

Outros fatores relevantes que ocorreram na gestão de Rubens da Silva Barros foram: a elevação de Engenheiro Coelho a distrito, a prefeitura ter adquirido maquinário para asfaltar a cidade e para realizar a coleta de lixo. A pavimentação da estrada de Engenheiro Coelho a Conchal, a construção das primeiras casas populares (369 casas) no município, situadas no Jardim Planalto e Nosso Teto locais ainda pouco adensados na época. Para a saúde, conseguiu a doação do terreno onde foi construído o Hospital de Artur Nogueira, construído pela Policlínica Cosmopolense. Rubens Barros (2015) cita o engenheiro civil Irak Cola Caraveiro<sup>33</sup>, na época atuante na Prefeitura de Campinas, como fator importante na concepção e realização dos projetos realizados no município em sua gestão. Principalmente na realização da distribuição e na construção da Estação de tratamento de água da cidade, onde foi criado um reservatório de 1,2 milhões de litros de água, deixando o território urbano abastecido de água e esgoto.

Na parte econômica contribuiu com a vinda para a cidade de mais bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banespa e Bradesco (Engenheiro Coelho). Além da inserção de empresas, Rubens da Silva Barros organizou uma Feira Agro Comercial e Industrial que destacou o município na região, sendo que a Expoflora<sup>34</sup> originaria desta.

---

<sup>33</sup> Engenheiro da Prefeitura Municipal de Campinas. Prestava serviços à Prefeitura Municipal de Artur Nogueira auxiliando no planejamento e projetos.

<sup>34</sup> Exposição dos produtores de flores e plantas da Cooperativa Agropecuária, um evento que tem como principal objetivo mostrar aos seus visitantes a arte e a técnica em arranjos florais, paisagismo e a cultura holandesa.

O prefeito Cláudio Alves de Menezes (1983-1988) destacou-se por aumentar o número de escolas no perímetro urbano. Enquanto Ederaldo Rossetti (1989-1992), por trazer mais casas populares e por criar a Lagoa dos Pássaros, praça com maior interação social na cidade atualmente. A Lagoa dos Pássaros foi implantada na supracitada *Lagoa Seca*. Sendo uma área de alagamento transitório, o então prefeito Ederaldo Rossetti propõe o assoreamento e o represamento da água em lagoa. Tentando domar as águas e valorizar o local, cria a praça. Mas o resultado do embelezamento é que a cada chuva forte ocorre o alagamento do loteamento ao lado, Jardim Europa. A seguir as fotos refletem as mudanças causadas a este recorte territorial a partir das modificações realizadas para a implementação da praça da Lagoa dos Pássaros, assim como a subsequente valorização imobiliária e adensamento do local.

**Figura 33.** Registro fotográfico da Lagoa Seca situada em Artur Nogueira – 1990.



**Fonte:** Jornal Nogueirense. Registro da formação geográfica natural do local. Disponível em: <http://noqueirense.com.br/memoria-relembre-a-historia-da-lagoa-dos-passaros/>  
Acesso em: 03 de mar. de 2014.

**Figura 34.** Registro fotográfico da Lagoa dos Pássaros em Artur Nogueira – 1990.



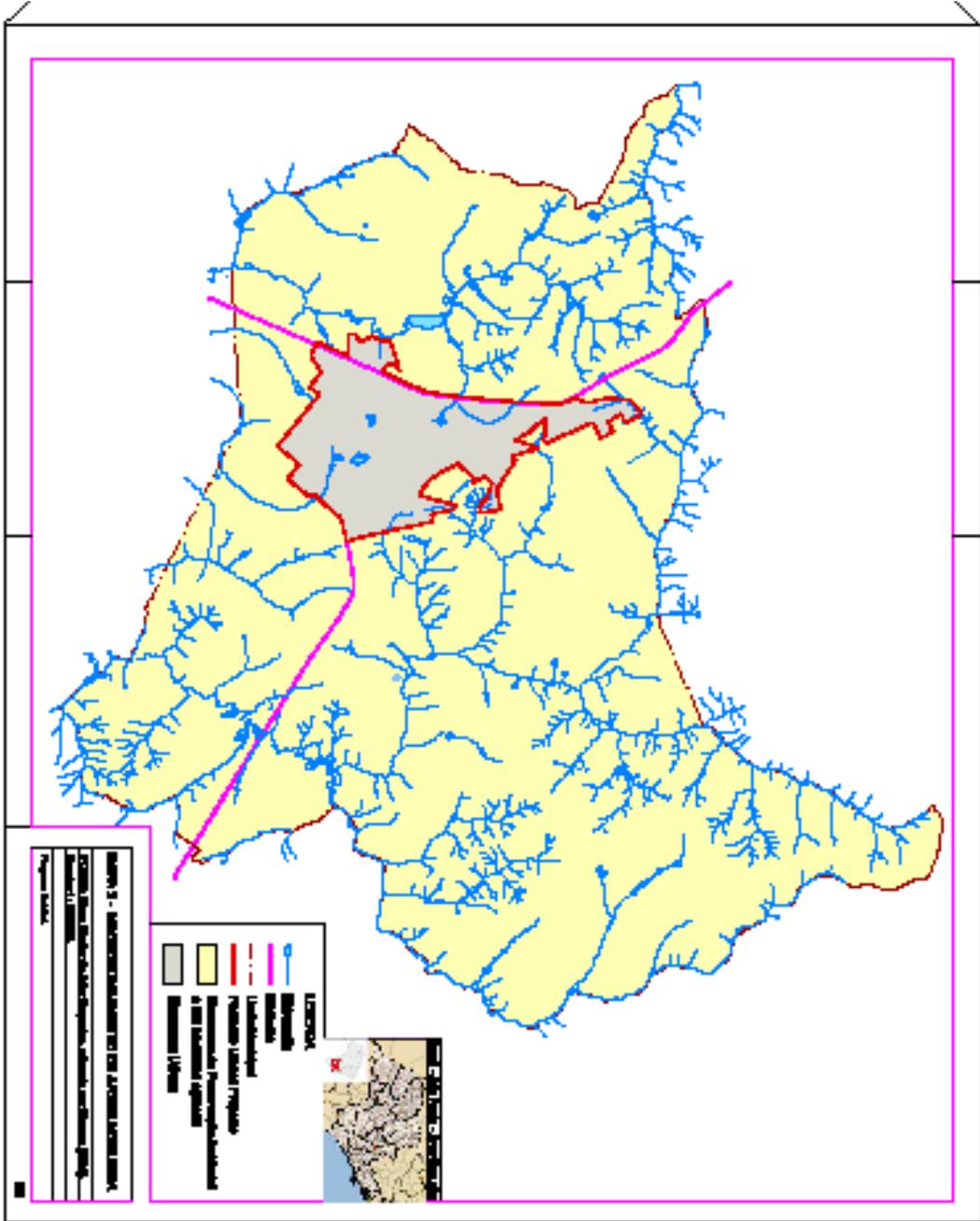
**Fonte:** Jornal Nogueirense. Registro da reforma feita na antiga Lagoa Seca configurando uma praça denominada Lagoa dos Pássaros. Disponível em: <<http://noqueirense.com.br/memoria-relembre-a-historia-da-lagoa-dos-passaros/>> Acesso em: 03 de mar. de 2014.

O então prefeito Ederaldo Rossetti ampliou a rede de esgoto, instalou postos médicos e tentou manter a continuidade da vinda de indústrias (de menor porte) para a cidade. As administrações seguintes continuaram o andamento das obras já iniciadas e supriram as necessidades que acompanhavam o crescimento local, ampliando e mantendo a infraestrutura da cidade. Delimitamos a narrativa até este ponto da história por se entender que os principais pontos da configuração urbana nogueirense foram estabelecidos neste recorte temporal.

Em 1991, o município inaugura a Escola Municipal de Ensino Fundamental Edmo Wilson que veio suprir a necessidade de uma instituição que servisse a expansão urbana que se instaurou ao lado da Teka, ou seja, do outro lado da Rodovia SSP 332. Somente na década de 90 seis escolas foram construídas no município, conforme veremos no capítulo seguinte, em conformidade com a expansão da cidade. No ano de 2000, o município contava com vinte e uma escolas.

A Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos estados a emancipação dos distritos, contribuiu com força ao desejo de emancipação de Engenheiro Coelho, que foi elevado à condição de cidade em 3 de outubro de 1992. Quanto a Holambra, que vinha nutrindo o mesmo desejo de emancipação desde a década de 80, em 27 de outubro de 1991 foi decidido, através de plebiscito, que a cidade seguiria sem mais depender de Artur Nogueira. A cidade de Holambra que começara a receber os imigrantes holandeses nos meados do século XX, desenvolveu-se de maneira vertiginosa.

A partir deste breve histórico do município de Artur Nogueira, foram identificados os principais problemas e desafios surgidos ao longo do processo de urbanização e desenvolvimento socioeconômico da cidade. Estes são na verdade não somente problemas locais, mas refletem a realidade igualmente existente em outros municípios da região. Por isso, compreender o processo de como Artur Nogueira se insere na Região Metropolitana de Campinas, e como a metropolização da região marcou as últimas décadas; assim como a sua caracterização atual, interligando as cidades que a compõem, consiste em um importante passo para estabelecer reflexão da estratégia de planejamento para o município de Artur Nogueira.



## 2.2 Artur Nogueira e a Região Metropolitana de Campinas

Reis (1991) enfatiza em seu texto *Sobre a história da urbanização – história urbana*, a importância da construção da história da urbanização relacionando as micros e macros escalas da cidade que se estuda. Segundo o mesmo, este fundamento proporcionará uma visão mais abrangente e fomenta uma tentativa de entendimento mais amplo da região que abrange o município escolhido para estudo. Neste contexto, buscaremos cotejar o município de Artur Nogueira com a Região Metropolitana de Campinas (RMC) para desenvolver um entendimento de como a cidade se relaciona com o seu entorno e portanto, melhor compreendê-la.

Rodrigues (2008) explica que a atual área da RMC teve sua urbanização alterada, a partir da década de 1970, pela instalação de setores industriais e construção de grandes conjuntos habitacionais nos eixos das vias Anhanguera e Santos Dumont, o que foi reforçado pela abertura de loteamentos nos eixos viários de ligação de Campinas com Mogi-Mirim e Paulínia. Para a abertura desses loteamentos contribuíram as presenças da Refinaria de Paulínia (REPLAN) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bem como a abertura da Rodovia Dom Pedro I, que faz a ligação da região com o Vale do Paraíba e ao longo da qual também se instalaram indústrias, além de estabelecimentos comerciais de grande porte. Com similar importância, deve-se destacar a implantação e ampliação do aeroporto de Viracopos como um complexo de fluxos humano e de cargas.

A RMC é constituída por uma rede urbana interligada pela facilidade de acessos, pelas curtas distâncias e pelas características do sistema viário. Campinas conurba-se com alguns de seus vizinhos (Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba, Jaguariúna, Sumaré, Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Monte Mor, Paulínia, Pedreira e Cosmópolis), com os quais possui intensas relações urbanas. Outros municípios (Santo Antônio de Posse, Holambra, Engenheiro Coelho, Itatiba e Artur Nogueira) também apresentam forte

integração funcional com o polo, embora sejam separados dele por barreiras físicas e por maiores distâncias.

O ramificado sistema viário que serve à RMC permite interação do mercado de trabalho e facilita os deslocamentos entre residência, local de trabalho ou centros de compras. De certo modo, vem se consolidando uma tendência de maior crescimento industrial dos municípios pequenos e médios da região e maior especialização de Campinas no atendimento de demandas regionais nas atividades comerciais, de abastecimento e de serviços especializados.

Localizado na porção norte da Região Metropolitana de Campinas, o município de Artur Nogueira pertence à sub-bacia Camanducaia/Jaguari (Bacia do Piracicaba), estando localizado no eixo de expansão norte da RMC, estruturado pela Rodovia General Milton Tavares de Souza, SP -332 (Estrada Velha de Campinas), que liga Campinas a Paulínia. Apesar da proximidade com o polo petroquímico, tem perfil predominantemente agroindustrial.

Segundo Cano (2002), a RMC foi constituída pela lei complementar estadual 870, de 19 de junho de 2000. Sendo um destaque de representatividade brasileira a região apresenta 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e 7,81% do PIB paulista. A RMC apresenta infraestrutura, economia e setores que impulsionam todos os vinte municípios ao crescimento. Como dito anteriormente, Artur Nogueira está ao norte da região localizando-se entre os municípios de Cosmópolis, Holambra, Engenheiro Coelho, Limeira e Mogi Mirim. Cano (2002) faz um minucioso estudo ligando o município a RMC terminando seu recorte temporal em 2000. Neste presente momento, propomos um acréscimo de uma década ou em certos momentos até 2014, para termos atualizada a situação atual a que se refere o estudo.

O grande salto demográfico do conjunto de municípios que viria a ser a RMC deu-se no período 1970-1980, quando a região, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo crescido a 6,5% ao ano, superou as taxas de crescimento da MetrÓpole Paulista (4,5%) e do Estado de

São Paulo (3,5% aa). Nesse período, entretanto, o crescimento populacional concentrou-se especialmente em Campinas e nos municípios situados ao longo do eixo Anhanguera e Bandeirantes, constituindo-se Artur Nogueira (taxa de crescimento de 1,5% aa) como o município de menor crescimento na região.

Foi no período intercensitário subsequente (1980/1991) que Artur Nogueira teve acelerado seu crescimento populacional, que se deu por decorrência da busca de mão de obra para a agricultura enquanto o conjunto da RMC cresceu menos em porcentagem. Se, já entre 1980 e 1991 a Região Metropolitana de Campinas apresentava uma queda de seu ritmo de crescimento, foi no período de 1991/2000 que este índice se acomodou, estabilizando-se a mudança no padrão de crescimento demográfico regional. Conforme CANO e BRANDÃO (2002) afirmam, a cidade de Artur Nogueira teve um rápido crescimento após a década de 90.

Artur Nogueira, até 1991, ainda apresentava a maior parte de sua população residindo em áreas rurais, sendo seu processo de urbanização extremamente acelerado entre esse último ano e 2000. O esvaziamento do campo, no município, vem sendo absorvido pela sede municipal, que mais que dobrou sua população residente nos anos 90. No período 1991/2000, enquanto Campinas diminuiu o crescimento relativada ao conjunto da região, Artur Nogueira apresentou uma das maiores taxas de crescimento (cerca de 6%<sup>aa</sup>) no conjunto da RMC (2,6%). Deve-se destacar que, apesar da perda relativa de peso na região, em termos populacionais, o Município de Campinas continuou a abrigar mais de 40% da população regional. Segundo estimativa do IBGE, Artur Nogueira estaria com uma população total de 44.177 habitantes em 2010, o que significa que o município continua apresentando uma taxa de crescimento ainda alta (de 2,95% aa).

Artur Nogueira possui um traçado urbano ortogonal, com ruas bem pavimentadas. O transporte público, feito apenas por uma empresa - Auto Viação Campestre Ltda, não abrange todo o perímetro urbano e o transporte é pago. Já o transporte escolar é gratuito. Com apenas um terminal rodoviário a cidade mantém linhas interurbanas.

Conforme dados fornecidos pelo Serviço de Água e Esgoto de Artur Nogueira, quanto a captação de água para o abastecimento do município, este é realizado por superfície e exploração subterrânea. O sistema de abastecimento de água de Artur Nogueira é composto por duas captações superficiais, a Represa Cotrins que recalca água bruta para a Estação de Tratamento de Água (ETA) II responsável por cerca de 80% do abastecimento da cidade e a captação Ribeirão Boa Vista (Córrego Poquinho) para a ETA III, responsável por cerca de 12% do abastecimento do município. A ETA III possui capacidade de captação de 25 L/s e vai ser ampliada para dobrar a capacidade de projeto através de nova adutora. Existem, ainda, cinco captações subterrâneas com vazões menos significativas para abastecer alguns bairros específicos e reforçar o abastecimento a partir das ETAs. Há também, interligação entre as ETAs para melhor atendimento em situações de manutenção.

Segundo informações da Prefeitura o município de Artur Nogueira, o município conta com coleta de esgoto em cerca de 97% da área urbana, sendo exceção apenas dois bairros de ocupação irregular. A Prefeitura de Artur Nogueira está construindo duas Estações de Tratamento de Esgotos nas duas bacias urbanas do município com verbas do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>35</sup>, sendo uma na Bacia das Três Barras e outra na Bacia do Stocco.

Conforme dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) de 2010, a coleta de lixo na cidade alcança 99,89%. Fato que coloca o município acima da média estadual que é de 99,75% e da regional que é de 99,66%.

Segundo levantamento da autora junto à prefeitura, a distribuição de energia elétrica é feita pela empresa Elektro, onde tem havido expansões constantes para atender melhor o município, com constatação satisfatória até o presente momento. As áreas verdes intraurbanas do município são abundantes e bem conservadas. Sobre os equipamentos urbanos existentes, a cidade conta

---

<sup>35</sup> Ministério do Planejamento.

com um teatro, uma biblioteca municipal, uma rádio – Cabocla FM e um jornal – Nogueirense.

**Tabela 3.** População de Artur Nogueira – RMC – Estado de São Paulo (ESP)

<b>População</b>					
<b>Artur Nogueira</b>	1980	1991	1996	2000	2010
População	15.802	28.053	26.019	33.089	44.177
% na RMC	1,24	1,5	1,24	1,42	1,57
<b>RMC</b>					
População	1.276.755	1.864.745	2.094.596	2.333.230	2.797.137
% no ESP	5,03	5,9	6,14	6,14	6,77
ESP (população)	25.375.199	31.588.925	34.119.110	36.969.476	41.262.199

**Fonte:** CANO e BRANDÃO (2002), Censos IBGE 2010 e SEADE. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

O cruzamento de informações sobre o crescimento populacional de Artur Nogueira, da RMC e do Estado de São Paulo nos mostra a pequena expressão da cidade de Artur Nogueira frente a macro escala regional. Fator que reforça a configuração do estudo como de uma cidade de pequeno porte em transição para médio porte. Assim como a grande maioria dos municípios brasileiros, a cidade em tela desnuda a realidade deste frágil cenário urbano.

**Tabela 4.** Taxa (grau) de urbanização e densidade demográfica (hab./km<sup>2</sup>), Artur Nogueira – RMC – ESP.

<b>Artur Nogueira</b>	<b>Grau de urbanização</b>				<b>Densidade demográfica hab./km<sup>2</sup></b>			
	1991	1996	2000	2010	1991	1996	2000	2010
População	48,42	89,45	91,97	90,54	92,28	135,5	172,3	248,15
% na RMC	50,86	93,37	94,71	92,73	18,02	23,56	26,92	38,35
<b>RMC</b>								
População	95,2	95,8	97,1	97,60	512	575,1	640,6	647,54
% no ESP	102,5	102,9	103,9	101,4	402,2	418,2	429,9	389,5
ESP (população)	92,8	93,1	93,4	96,21	127,3	137,5	149	166,23

**Fonte:** CANO e BRANDÃO (2002), Censos IBGE 2010 e SEADE. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

Artur Nogueira chegou a 2010 com uma população de 44.177 habitantes, sendo 33.998 moradores em áreas urbanas (92%) e 4.179 em áreas rurais. Apesar de ter uma população pouco expressiva na RMC o município apresenta alto grau de urbanização. Portanto, apresenta uma infraestrutura urbana favorável para um planejamento sustentável, apresentando um crescimento populacional proporcional ao urbano nos últimos vinte anos. Em relação a RMC e ao ESP, Artur Nogueira apresenta ainda pouco adensamento urbano, sendo constituída de um gabarito baixo, com grande maioria de habitações térreas.

**Tabela 5.** População nogueirense segundo situação rural e urbana e taxa média de crescimento anual.

População					Taxa anual de crescimento (% a.a.)			
Artur Nogueira	1991	1996	2000	2010	1991-1996	1996-2000	2000-2010	1991-2010
População Total	28.053	26.019	33.089	44.177	1,49	6,19	2,95	3,54
Urbana	13.584	23.275	30.437	33.998	11,37	6,94	2,78	7,03
Rural	14.469	2.744	2.652	4.179	-28,29	-0,85	4,65	-8,16
<b>RMC</b>								
População Total	1.864.745	2.094.596	2.333.230	2.798.121	2,35	2,73	1,82	2,3
Urbana	1.774.557	2.007.159	2.264.921	2.726.277	2,49	3,07	1,85	2,47
Rural	91.468	87.437	68.309	71.844	-0,9	-5,99	0,49	-2,13
<b>ESP</b>								
População total	31.588.925	34.119.110	36.969.476	41.262.199	1,55	2,03	1,08	1,55
Urbana	29.314.861	31.767.618	34.531.635	39.585.251	1,62	2,11	1,36	1,69
Rural	2.274.064	2.351.492	2.437.841	1.676.948	0,67	0,91	-3,67	-0,69

**Fonte:** CANO e BRANDÃO (2002), Censos IBGE 2010 e SEADE. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

O fato da cidade em tela estar atraindo moradores que se relacionam intensamente com a região tem configurado uma nova função a cidade. São moradores que trabalham ou estudam em diferentes cidades ao redor, mas que escolhem Artur Nogueira para residirem ou por estar localizada como ponto estratégico para atingir outras localidades. Outro fator relevante ao analisar o

município em questão, é o fato das duas últimas cidades que se desvincularam de seu território, Holambra e Engenheiro Coelho, hoje dividirem com Artur Nogueira um foco de atração para novos moradores. Holambra conceituada internacionalmente por seu comércio de flores e Engenheiro Coelho por ter o Campus principal da Universidade Adventista de São Paulo, que atrai um fluxo intenso de profissionais e alunos.

Outras cidades do entorno também fornecem atividades e equipamentos bastante úteis para a sobrevivência de Artur Nogueira como: Paulínia e Campinas. Portanto, a migração vinculada a metropolização exerce poder direto no crescimento e manutenção do mesmo. Mas, ao analisar a tabela abaixo fica nítida a grande queda na participação da cidade na migração no crescimento populacional entre 2000-2010. O fluxo diminuído está intimamente ligada à alta da especulação imobiliária que vem ocorrendo no município e a pouca disponibilidade de serviços essenciais.

A tabela 5 também demonstra a instabilidade da população em áreas rurais no município de Artur Nogueira que decresce com a perda da identidade agrícola do município, depois é retomado o crescimento por estar relacionado aos loteamentos configurados por condomínios em áreas rurais.

**Tabela 6.** Componentes do crescimento populacional de Artur Nogueira e RMC.

	1980-1991				1991-2000			2000-2010		
	Crescimento absoluto	Crescimento vegetativo	Saldo migratório	Participação da migração (%)	Crescimento absoluto	Saldo migratório	Participação da migração (%)	Crescimento absoluto	Saldo migratório	Participação da migração (%)
Artur Nogueira	12.104	3.358	8.745	72,3	5.036	1.123	42,74	18.158	703	18,24
RMC	586.808	307.370	279.438	47,6	933.376	26.443	12,63	703.525	23.194	9,05

**Fonte:** CANO e BRANDÃO (2002), Censos IBGE 2010 e SEADE. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

O saldo migratório de toda a RMC cai significativamente a partir da década de 80, mas Artur Nogueira apresenta nos últimos trinta anos uma maior receptividade para esta configuração de habitantes, do que a RMC. Primeiramente por abrigar trabalhadores em época de colheita e atualmente por abrigar trabalhadores e estudantes para a região. Portanto, entendemos eu a

cidade tem um grande desafio de criar ações participativas, pois conta com moradores sem identificação local de pertencimento.

**Tabela 7.** Indicadores<sup>36</sup> sociodemográficos de Artur Nogueira – RMC - ESP

Indicador	1991	1994	1996	1997	2000	2010
<b>Artur Nogueira</b>						
Taxa de analfabetismo da população adulta (%)	13,30	-	-	-	6,00	5,55
Taxa de mortalidade geral (por local de residência) (por mil habitantes)	4,64	6,58	4,60	4,83	5,90	-
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	33,86	26,53	14,11	28,00	17,70	9,63
Taxa de mortalidade por homicídio (por cem mil habitantes)	3,60	4,52	3,86	-	24,20	18,10
<b>RG de Campinas</b>						
Taxa de analfabetismo da população adulta (%)	9,49	-	-	-	6,30	3,30
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	27,05	25,26	22,74	21,06	20,80	8,45
<b>Estado de São Paulo</b>						
Taxa de analfabetismo da população adulta (%)	10,16	-	-	-	4,50	3,10
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	27,05	25,26	22,74	21,06	18,60	13,16

**Fonte:** Fundação SEADE, NEPO, IBGE e Informações municipais. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

Ao analisarmos os indicadores sociodemográficos percebemos uma considerável queda na taxa de mortalidade infantil entre 1991-1996, segundo Cano (2002) esse fato ocorreu por mudança na metodologia da coleta de dados, portanto deve ser vista com cautela. A taxa de mortalidade infantil abaixou praticamente 8% na última década, mas continua dentro da média ao ser comparado a Campinas e a São Paulo. A taxa de homicídios no município tem permanecido alta, refletindo o aumento da violência local. Apesar da cidade já ter sido considerada foco migratório na década de 90, hoje se percebe uma queda de sua representatividade na RMC.

Apesar do início promissor, principalmente ao olhar da educação, o município ainda apresenta analfabetismo superior a RMC e ao ESP, do mesmo modo acontece com a mortalidade infantil. Fatores estes primordiais para um planejamento sustentável e para a questão escolar.

A tabela abaixo demonstra as atividades agrícolas que o município em tela tem se dedicado ao longo dos anos. Percebe-se que o momento de maior foco produtivo foi quando houve grande concentração na produção de laranja,

<sup>36</sup> Alguns dados não foram encontrados até o presente momento. Existe a falta de dados do município fornecido para as instituições.

mas que após este período não tem definido um objetivo em conjunto, fator que desfavoreceu a economia local.

**Tabela 8.** Distribuição de área plantada por cultura em Artur Nogueira - 1995-1996, 1999 e 2008.

<b>Culturas</b>	<b>1995 - 1996 (há)</b>	<b>%</b>	<b>1999 (há)</b>	<b>%</b>	<b>2008</b>
Laranja	5.808,30	54,46	5.808,30	55,72	4.847,50
Cana-de-açúcar	2.257,60	21,17	2.257,60	21,66	2.767,10
Braquiária	923,7	8,66	923,7	8,86	1.120,40
Milho	854,2	8,01	857,9	8,23	695,5
Tangerina	219,7	2,06	219,7	2,11	64,8
Mandioca	99,7	0,93	103,4	0,99	733,5
Algodão	84,6	0,79	84,6	0,81	0
Painço	81,9	0,77	81,9	0,79	14,9
Abacate	50,1	0,47	50,1	0,48	21,2
Eucalipto	37,4	0,35	37,4	0,36	569,9
Arroz	33,9	0,32	0	0	0
Manga	30,3	0,28	0	0	37,4
Cará	27,3	0,26	0	0	0
Limão	26,6	0,25	0	0	225,4
Banana	20,6	0,19	0	0	0
Capim-colonião	20	0,19	0	0	0
Alface	18,9	0,18	0	0	18,2
Abóbora	17,6	0,17	0	0	0
Capim-napier	14,8	0,14	0	0	0
Quiabo	14,1	0,13	0	0	0
Berinjela	9,5	0,09	0	0	0
Sorgo	8,8	0,08	0	0	0
Lima	5	0,05	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10.664,60</b>	<b>100</b>	<b>10.424,60</b>	<b>100</b>	<b>11.115,80</b>
<b>Redução</b>			<b>240</b>	<b>2,25</b>	

Fonte: CATI<sup>37</sup>, 1999; CATI, 2001; CATI 2008. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora<sup>38</sup>.

O Município de Artur Nogueira teve, nas atividades agrícolas, a sua maior fonte de geração de riquezas. A agricultura foi responsável por cerca de 70% da renda gerada no município até a década de 90. A laranja era o principal produto até 2008. A fruta preenchia cerca 50% de toda a área de plantio do município, tendo-se observado uma redução crescente da área plantada em relação a 2014.

<sup>37</sup> CATI = Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

<sup>38</sup> Não encontrado dados mais atualizados.

Segundo dados da Casa da Agricultura há, no Município, 1.073 propriedades rurais cadastradas, representando 994 unidades de produção agropecuária e 79 cancelamentos originários de área de expansão urbana ou loteamentos não regularizados. Os desmembramentos decorrentes de processos de herança ou venda parcial das propriedades vêm acarretando o aumento do número de propriedades rurais não produtivas.

Os principais produtos cultivados são a cana de açúcar – na lavoura temporária – e a laranja – na lavoura permanente. A cultura da cana-de-açúcar, caracterizada pela exploração terceirizada por usinas açucareiras da região, viu-se reduzida recentemente, devido à compra de áreas pela International Paper, empresa de celulose, com conseqüente plantio de eucalipto. Com isso, ganhou maior importância, na economia do município, o cultivo de plantas e flores ornamentais, desde a produção de mudas, plantas de corte e vaso, predominantemente em ambiente protegido. Esta atividade representa, atualmente, a segunda em importância econômica para a produção rural do Município.

Dados da Produção Agrícola Municipal – PAM – informam que, em 2004, foram produzidas 92.400 toneladas de cana-de-açúcar, o que significou um Valor da Produção de R\$ 3.072,00 mi. Entre os produtos da lavoura temporária, ainda merecem algum destaque a mandioca, o milho e o tomate. Recentemente, vem-se observando a substituição de áreas anteriormente plantadas com cítricos e cereais por plantio de variedades de mandioca e culturas rotativas.

Segundo os dados do Lupa, CATI apud Cano (2002) as propriedades rurais cadastradas em 1995-1996 e 2008 apresentavam os dados que seguem nas tabelas seguintes.

**Tabela 9.** Distribuição por porte das propriedades rurais em Artur Nogueira - 1995-1996.

há	nº de estabelecimentos	%	Área (há)	%
0-10	420	51,34	2190,6	16,59
10,1-20	219	26,77	3120,3	23,63
20,1-50	143	17,48	4247,8	32,17
50,1-100	28	3,42	1809,1	13,7
100,1-200	5	0,61	600,2	4,55
200,1-500	2	0,24	670,4	5,08
500,1-1000	1	0,12	564	4,27
Total	818	100	13202,4	100

**FONTE:** LUPA e CATI. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

**Tabela 10.** Distribuição por porte das propriedades rurais de Artur Nogueira – 2008.

há	nº de estabelecimentos	%	Área (há)	%
0-10	593	57,97	3133,2	21,91
10,1-20	259	25,32	3695,8	25,85
20,1-50	138	13,49	3992,8	27,92
50,1-100	24	2,35	1460,2	10,21
100,1-200	7	0,68	880,3	6,16
200,1-500	1	0,1	351,3	2,46
500,1-1000	1	0,1	785,7	5,49
Total	1023	100	14299,3	100

**Fonte:** LUPA e CATI/SAA (2008). Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

Analisando e comparando as quantidades das propriedades rurais e portes referentes, evidencia-se um pequeno aumento de subdivisões de propriedades nos últimos anos. Fator que colabora para a diversidade de produções agrícolas, mas, ao mesmo tempo reflete, a pouca estrutura no setor que tem decaído consideravelmente. Estes fatos refletem em desemprego, pouca produção e aumento da urbanização do município.

Com relação à exploração animal no Município destaca-se, a avicultura de corte, dentro do sistema de integração com as granjas da região. A criação de bovinos, em regime semi-intensivo, também apresenta expressão. Segundo informações da Casa da Agricultura, referentes a 2004, a maioria das propriedades rurais é familiar, nelas trabalhando poucas pessoas. Cerca de 1.200 moradores do

município trabalham em atividades agropecuárias. Não há estimativas de quantos empregos temporários são criados na época da colheita (agosto a dezembro). Entretanto, sabe-se que o número é significativo e há muitos contratados temporários.

Apesar do baixo número de unidades industriais instaladas em Artur Nogueira, esse setor produtivo em 2003 empregava 31,93% do total de empregados ocupados, ou seja, 1.816 empregados ocupados, de um total de 5.688, representando o setor produtivo que mais empregava.

Segundo o SEADE a indústria atualmente tem perdido lugar para os serviços, em 2013 chegando a ocupar apenas 26,14% da representação das atividades do município. A ampliação dos serviços reflete o desempenho tímido na RMC apesar de ter aumentado o comércio local.

O comércio de Artur Nogueira passou por crescimento considerável na década de 90, mas como se percebe na tabela abaixo, logo adentrou em letargia. Este fato é relacionado ao crescimento demográfico acelerado que houve na década de 90, mas logo após, com a maior facilidade de circulação dos habitantes para cidades próximas e com acesso a comércios com preços mais competitivos, o comércio local desacelerou o crescimento.

Os serviços são divididos em setores que abarcam o transporte, comunicações e distribuição de energia. A tabela 11 permite a análise do crescimento dos setores que nos últimos vinte anos dobraram sua estrutura. Ao cruzar e relacionar os dados obtidos e expostos neste estudo, concluímos que a queda da economia agropecuária alavancou outros setores terciários; também houve a maior integração com a RMC nesse mesmo período, pois ocorrem as melhorias no sistema viário facilitando a mobilidade entre os municípios vizinhos e por último verifica-se a política fiscal incentivando o aumento de indústrias.

**Tabela 11.** Estrutura do valor adicionado grupos e setores de atividade de Artur Nogueira (%).

Setor	1980	1985	1990	1995	1998	2012
Agropecuária	37,71	37,96	31,27	9,21	3,31	3,37
Material de transporte	-	-	Sigilo	-	Sigilo	
Metalúrgica	Sigilo	Sigilo	0,49	2,88	4,39	
Material elétrico e de comunicações	-	-	Sigilo	0,15	Sigilo	
Produtos químicos	-	-	-	0,52	Sigilo	
Produtos alimentícios	-	-	Sigilo	0	Sigilo	
Produtos têxteis	Sigilo	Sigilo	Sigilo	1,47	0,99	
Produtos farmacêuticos, médicos e perfumaria	-	-	-	-	-	
Produtos minerais não metálicos e cimento	0,11	0,09	0,13	0,16	0,13	
Papel e papelão	-	-	-	-	-	
Produtos mecânicos	0,17	8,49	7,75	7,15	3,19	
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	Sigilo	Sigilo	47,56	61	34,37	
Material plástico	-	-	-	0,22	Sigilo	
Produtos de borracha	-	-	Sigilo	0,93	Sigilo	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre	Sigilo	Sigilo	Sigilo	-	-	
Mobiliários	Sigilo	Sigilo	Sigilo	0,01	0,03	
Editora e gráfica	Sigilo	Sigilo	Sigilo	0,12	0,13	
Diversos	-	-	-	0,04	0,1	
Artigos e artefatos de madeira	Sigilo	Sigilo	Sigilo	0,09	0,23	
Produtos do reino vegetal in natura	-	Sigilo	0,21	0,38	Sigilo	
Produtos do reino animal in natura - frigoríficos	-	-	Sigilo	0,02	Sigilo	
Fumo e produtos derivados	-	-	-	-	-	
Pedra e outros materiais de construção	-	Sigilo	Sigilo	0,01	Sigilo	
Couro, peles e produtos similares	-	-	-	-	-	
Outras indústrias	-	-	-	0	-	
Indústria extrativa	-	-	-	-	Sigilo	
<b>Total indústria</b>	<b>57,34</b>	<b>59,85</b>	<b>57,72</b>	<b>75,16</b>	<b>61,3</b>	<b>26,14</b>
Comércio Varejista	3,72	1,34	2,78	4,81	8,31	
Comércio atacadista	0,82	0,69	1,73	1,68	9,36	
<b>Total comércio</b>	<b>4,54</b>	<b>2,04</b>	<b>4,52</b>	<b>6,5</b>	<b>17,67</b>	<b>17,67</b>
Serviços de transporte	-	-	1,88	3,87	5,82	
Serviço de comunicação	-	-	0,75	1,15	Sigilo	
Geração e distribuição de eletricidade	-	-	2,96	3,93	Sigilo	
<b>Total de serviços</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5,59</b>	<b>8,95</b>	<b>17,61</b>	<b>49</b>
Outras	0,39	0,15	0,91	0,18	0,1	
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>96,18</b>

**Fonte:** Cano (2002), Fundação SEADE. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora. Dado de 2012 não achados completamente.

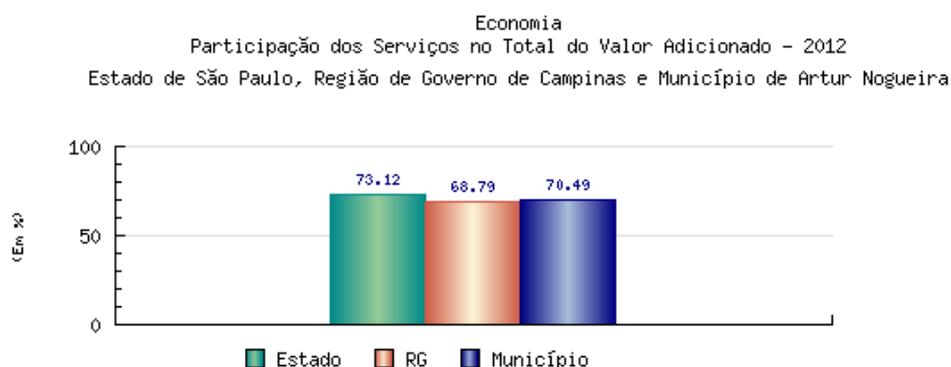
Ao cruzarmos todos os dados coletados e conhecimento obtido concluímos que com a reestruturação da economia de Artur Nogueira, nos anos 90, decorreram oscilações significativas nas contratações de empregados durante o período. Analisamos que na última década o setor industrial apresentou desempenho negativo na geração de empregos, provavelmente sendo decorrente da intensificação do processo de metropolização. Mas, outro fator importante ocorrido, foi a desestabilização da Teka Tecelagem que hoje funciona com uma equipe de funcionários extremamente reduzida; após passar por diversas crises financeiras decorrentes do mercado internacional, que tomou conta do segmento, a Teka que era a principal geradora de empregos no município, sua decadência acaba gerando grande impacto na economia do município.

**Tabela 12.** Distribuição setorial de emprego em atividades urbanas – Artur Nogueira.

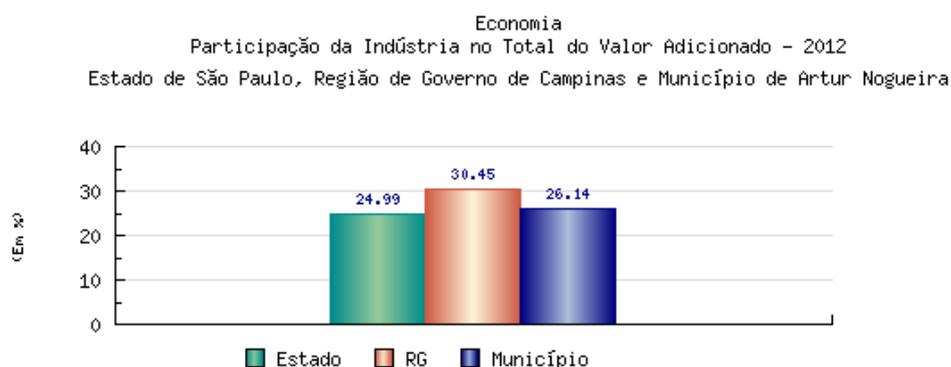
	1991	%	1995	%	1999	%	2013%
Indústria	2.774	57,74	1.969	46,09	2.622	49,38	28,01
Comércio	427	8,89	667	15,61	887	16,7	20,26
Serviços	1.127	23,46	980	22,94	1.433	26,99	42,52
Outros serviços	476	9,91	656	15,36	368	6,93	7
<b>Total</b>	<b>4.804</b>	<b>100</b>	<b>4.272</b>	<b>100</b>	<b>5.310</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Cano (2002) e Seade 2013. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

Concluindo este aspecto da cidade, os empregos públicos ainda apresentam expressiva posição na geração de emprego; Artur Nogueira tem necessidade de receber contribuição de políticas públicas, regionais e locais, para que haja o enfrentamento da atual condição.

**Figura 35.** Gráfico Econômico dos Serviços de Artur Nogueira – RMC -ESP

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.  
Fundação Seade.

**Figura 36.** Gráfico Econômico das Indústrias de Artur Nogueira – RMC -ESP

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.  
Fundação Seade.

O município de Artur Nogueira apresentou, em 2011, o menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Região Metropolitana de Campinas (RMC). Segundo dados divulgados pela Fundação SEADE, o PIB per capita do município foi de R\$ 14.938,98 por habitante no referido ano. O PIB do município em 2012 somou 673,37 milhões de reais, segundo a Fundação SEADE. Tendo como maior parte os serviços com 70,49%, em seguida a indústria com 26,14% e, por último, a agropecuária com apenas 3,37%. Portanto na RMC, o município representou 0,047%. Comparando com os dados anteriores, percebe-se a perda brusca da

economia local decorrente da sua descaracterização como representante agropecuário.

**Tabela 13.** Evolução do déficit/superávit orçamentário de Artur Nogueira.

	1980	1985	1991	1996	1997	2000	2010
Total de receita	3.452.430	5.014.216	8.897.417	10.975.161	10.571.280	16.526.370	63.238.543
Total de despesas	3.086.478	4.889.013	9.903.595	11.481.810	11.078.584	16.991.339	49.212.463
Diferença	365.952	125.203	-1.006.178	-506.649	-507.304	-464.969	14.026.080
Diferença/ Receita total	10,6	2,5	-11,31	-4,62	-4,8	-2,81	2,5

**Fonte:** Cano (2002) e IBGE 2010. Sobreposição de dados das fontes citadas, realizado pela autora.

O déficit orçamentário diminuiu consideravelmente na última década, segundo os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal ao governo do Estado de São Paulo. Os esforços para melhorar as contas públicas tem feito com que a prefeitura aumente a arrecadação de impostos, taxas e, conseqüentemente, a fiscalização para que haja a devida cobrança dos mesmos. Apesar de as transferências estaduais e federais representarem a maior parcela dos recursos locais, as receitas próprias municipais equivalem a 20% do total das receitas. Dos impostos próprios locais, o IPTU é o mais importante em termos absolutos. O ISS é o segundo mais importante imposto municipal.

Segundo o que o atual prefeito Celso Capato, afirmou ao Jornal Nogueirense em 20 de julho de 2013:

(...) o Município de Artur Nogueira vem passando e hoje vive infelizmente um dos momentos mais críticos de sua história, uma vez que o sucateamento de sua frota de veículos e máquinas, além de um grande endividamento de suas contas públicas, reduziu drasticamente sua capacidade de investimento.

Com o crescimento da dívida ativa, que hoje chega a aproximadamente R\$ 20 milhões de débitos, sabe-se que esses créditos poderiam levar anos para serem saldados em cobranças judiciais ou até mesmo se demonstrarem insolúveis.

Outro aspecto relevante para entendermos o contexto do município em tela é a rede de saúde, que segundo o SEADE (2010), conta com os seguintes Recursos Físicos: 1 pronto-socorro. 1 centro de especialidades médicas; 11 unidades de atenção básica de saúde; 56 leitos hospitalares; 1,27 coeficiente de leitos por mil habitantes e 1 centro odontológico. Quanto aos recursos humanos: 72 dentistas; 36 enfermeiros; 73 técnicos de enfermagem; 72 auxiliares de enfermagem e 37 médicos. Neste contexto, o município se encontra interligado com Campinas e Limeira por depender de hospitais com maior capacidade de atendimento. Apesar de possuir um hospital particular dentro do município, este se encontra atualmente em complicações judiciárias e fornecendo atendimento reduzido.

Quanto aos instrumentos urbanísticos, a cidade de Artur Nogueira possui, desde 1992, a Lei de Zoneamento Urbano, o Código de Obras Municipais – Lei nº 103 – de 1997, Lei de Parcelamento e do Uso do Solo – Lei nº 104 – de 1997. Em 1993, foi promulgada a Lei nº 2.202 que concede incentivos à implantação de indústrias com isenção, total ou parcial, do IPTU, de alvarás e ISS. Inicialmente, o incentivo às indústrias deveria ser restrito à nova área industrial, mas posteriormente ficou entendido que este benefício se estenderia a qualquer empreendimento que quisesse se estabelecer na cidade e em qualquer lugar. Em 1997, os benefícios para atrair os investimentos foram ampliados para isenção total e sem reserva às categoriais ou seleção de tipos de empreendimentos, podendo estes até mesmo causar impacto ambiental negativo ao local.

O acesso à educação é um fator primordial para a ampla integração social dos indivíduos, a ampliação do exercício da cidadania e o aumento do grau de conhecimento, inclusive no que se refere aos cuidados básicos com a saúde, à educação dos filhos e à obtenção de melhores empregos e, conseqüentemente, a

maiores níveis de renda. Em Artur Nogueira, os indicadores de escolaridade demonstram que sua população encontra-se em patamares inferiores aos da Região de Governo de Campinas e do Estado de São Paulo. Segundo o SEADE, o município de Artur Nogueira, em 2010, possuía a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais de 5,5%, enquanto a região de governo de Campinas possuía 3,85% e o Estado de São Paulo com 4,33%.

**Tabela 14.** Matrícula inicial, por dependência administrativa, segundo grupo de séries – 1999.

	Grupos de séries	Estadual	Municipal	Público	Particular	Total
Estado de São Paulo	<b>Total</b>	<b>5.773.146</b>	<b>1.539.066</b>	<b>7.315.955</b>	<b>1.056.741</b>	<b>8.372.696</b>
	1ª a 4ª	1.570.059	1.109.225	2.679.491	379.142	3.058.633
	5ª a 8ª	2.482.972	401.959	2.884.872	381.789	3.266.661
	Ensino Fundamental	4.052.972	1.511.184	5.564.363	760.931	6.325.294
	Ensino Médio	1.720.174	27.882	1.751.592	295.810	2.047.402
RM Campinas	<b>Total</b>	<b>341.902</b>	<b>102.601</b>	<b>444.503</b>	<b>66.594</b>	<b>509.765</b>
	1ª a 4ª	93.888	69.692	163.580	23.258	186.838
	5ª a 8ª	146.918	26.733	173.651	23.883	197.534
	Ensino Fundamental	240.806	96.425	337.231	47.141	384.372
	Ensino Médio	101.096	6.176	107.272	19.453	125.393
Artur Nogueira	<b>Total</b>	<b>3.852</b>	<b>2.543</b>	<b>6.395</b>	<b>623</b>	<b>7.018</b>
	1ª a 4ª	-	2.543	2.543	323	2.866
	5ª a 8ª	2.656	-	2.656	275	2.931
	Ensino Fundamental	2.656	2.543	5.199	598	5.797
	Ensino Médio	1.196	-	1.196	25	1.221

**Fonte:** Cano (2002). Correlacionar a tabela a baixo.

**Tabela 15.** Matrícula inicial, por dependência administrativa, segundo grupo de séries – 2012.<sup>39</sup>

	Grupos de séries	Estadual	Municipal	Pública federal	Particular	Total
Estado de São Paulo	Ensino Fundamental	2.447.074	2.334.747	203	983.879	5.765.903
	Ensino Médio	1.588.819	23.592	1.217	271.479	1.885.107
	Total	4.035.893	2.358.339	1.420	1.255.358	7.651.010
RMC	Ensino Fundamental	-	-	-	-	517.594
	Ensino Médio	-	-	-	-	100.081
	Total	-	-	-	-	617.675
Artur Nogueira	Ensino Fundamental	2.914	2.815	0	745	6.474
	Ensino Médio	1.484	0	0	25	1.612
	TOTAL	4.398	2.815	0	770	8.086

Fonte: IBGE. Correlacionar coma tabela acima.

Conforme podemos observar nas tabelas 14 e 15, em 2015 - 90,47% das matrículas em escolas da cidade em tela estavam sob a responsabilidade do ensino público, refletindo o pequeno decréscimo comparado ao estudo de Cano (2002) que mostra que em 1999, o ensino público era responsável por 92,2% das matrículas. Este fato reafirma a necessidade maior de obter mais investimento público e estadual, do que o restante das cidades da RMC que dependem menos do ensino público.

A partir dos indicadores analisados sobre as taxas de evasão escolar em Artur Nogueira nota-se uma ausência de valores para o referido item em 2012. Houve um decréscimo significativo nos últimos 30 anos conforme indica a tabela 14, mas até o presente momento não se sabe ao certo o motivo de tamanho decréscimo ou ausência de registros. Conjectura-se que possa ter íntima relação com as novas leis educacionais que incentivam a frequência às aulas e benefícios, ao mesmo tempo não havendo mais reprovação.

Outro fator relevante foi o crescimento da representação educacional local no contexto regional, em 1999 representava apenas 0,08% enquanto que em 2012 houve o aumento para 1,3%. Destaca-se que ainda não existem dados oficiais de matrícula no ensino superior em Artur Nogueira, apesar de haverem 2

<sup>39</sup> Alguns dados não foram encontrados até o presente momento.

escolas particulares que ministram aulas a distância para cursos superiores, em dependências situadas na cidade. A seguir, as tabelas 16 e 17, expõem a atual disposição de instituições escolares no município de Artur Nogueira. Primeiramente temos a quantidade de estabelecimento relacionado ao grau de ensino e a dependência administrativa. É contatado que a rede municipal é a de maior capacidade para a cidade, fator positivo na questão social e no planejamento.

**Tabela 16.** Totais de estabelecimentos de ensino, por grau e dependência administrativa no município de Artur Nogueira no ano de 2012.

<b>Grau de Ensino</b>	<b>Dependência administrativa</b>	<b>Estabelecimentos</b>
Pré-escolar	Municipal	13
	Estadual	0
	Privado	4
	<b>Total</b>	<b>17</b>
Fundamental	Municipal	8
	Estadual	5
	Privado	4
	<b>Total</b>	<b>17</b>
Médio	Municipal	0
	Estadual	4
	Privado	2
	<b>Total</b>	<b>6</b>

**Fonte:** INEP – Inst. Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (2012).

A seguir temos o levantamento de todas as escolas, com endereço e rede de ensino. Esta tabela nos auxiliou em demarcar no mapa que virá subsequente, para delimitar o território com estas instituições. Concluimos que o

município tem escolas bem distribuídas dentro de seu perímetro e em quantidade suficiente para atender a população.

**Tabela 17.** Estabelecimentos de ensino com endereço e tipo de rede, no município de Artur Nogueira no ano de 2015.

REDE DE ENSINO	DIRETORIA DE ENSINO	MUNICÍPIO	ESCOLA	LOGRADOURO	BAIRRO
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	ALCÍDIA TEIXEIRA WITAKER MATTEIS PROFA EMEF	RUA SERAFIM DA SILVA BARROS, 241 - ESCOLA	JARDIM ITAMARATY
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	AMARO RODRIGUES PROF EMEF	RUA CLEMENTINA CARDOSO DE FAVERI, 81	JARDIM LEONOR
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	APAE DE ARTUR NOGUEIRA	RUA ERNESTO TAGLIARI, 2171	PARQUE LARANJEIRAS
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	APARECIDA DIAS DOS SANTOS PROFA EMEIEF	RUA FRANCISCO CABRINO, 2251	LARANJEIRAS
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	ARMANDO FALCONE PROFESSOR	RUA ANTONIO CEZAR DRUZIAN, SN	JARDIM SACILOTTO I
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	COLEGIO ANGLO	RUA SETE DE SETEMBRO, 1330	CENTRO
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	ARTUR NOGUEIRA ESCOLA ADVENTISTA DE PG	RUA ERNESTO TAGLIARI, 625	CENTRO
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	BELIZARIO NEVES VEREADOR CRECHE	RUA VEREADOR LUIZ GUIDOTTI, 335	PAQUE DOS TRABALHADORES
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	BELMIRA DE SA MANDAIO EMEI	RUA CONCHAL, 37	JARDIM BLUMENAU
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	CAMINHO SUAVE CENTRO DE ENSINO	EXPEDICIONARIOS, 999	CENTRO
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	CIDERIA LEYNE BOER CRECHE	RUA ANTONIO ARRIVABENE, 33	JARDIM BELA VISTA
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	EDERALDO ROSSETTI PREFEITO EMEF	RUA VEREADOR LUIZ GUIDOTTI, 335	PARQUE DOS TRABALHADORES
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	EDMO WILSON CARDOSO EMEF	RUA CONCHAL, SN	JARDIM BLUMENAU
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	ELYSIARIO DEL'ALAMO EMEF	RUA DARIO CAETANO, 301	JARDIM SACILOTTO II
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	FRANCISCO CARDONA EMEF	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 711	JARDIM DE FAVERI
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	JOAO BAPTISTA GAZZOLA	ANTONIO SIA, 1550	JARDIM CAROLINA
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	JOSE AMARO RODRIGUES	RUA DUQUE DE CAXIAS, 1224	CENTRO
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	JOSE APPARECIDO MUNHOZ PROFESSOR	RUA DEPUTADO ULYSSES GUIMARAES, 400	JARDIM CONSERVANI
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	JOSEPHIN TAGLIARI EMEI	RUA JOSE SATURNO, SN	JARDIM PLANALTO
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	LUIZ AMARO RODRIGUES EMEI	RUA ANTONIO SIA, SN	JARDIM AMARO
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	MAGDALENA SAN SEVERINO GROSSO	RUA JOHANNES THEODORUS DE WITT, 200	JARDIM PLANALTO

MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	MARIA LUCIA DE CARVALHO CASTRO EMEI	RUA VEREADOR LUIZ GUIDOTTI, SN	PARQUE DOS TRABALHADORES
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	MARIA PIVA TAGLIARI EMEI	RUA ANTONIO TAGLIARI, 55	JARDIM ITAMARATY
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	MARIA PLASCIDINA DE ALMEIDA FILIPPINI EMEIEF	RODOVIA SP 107, KM 38	BAIRRO BAIRRINHO
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	NOSSA SENHORA DA DORES ESCOLA DE EDUCACAO BASICA	RUA RUI BARBOSA, 103	CENTRO
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	NOSSA SENHORA DAS DORES EEBEP	RUA RUI BARBOSA, 632	CENTRO
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	PASCOA VALERIO GUIDOTTI CRECHE	RUA DARIO CAETANO, 215	VILA QUEIROZ
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	REGINA APARECIDA POSI DE OLIVEIRA EMEI	RUA JOSE MANSUR, SN	TRABALHADORES
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	SAO FRANCISCO DE ASSIS EMEI	RUA JOSE BERVINT, 655	JARDIM FAVERI
MUNICIPAL	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	SERGIO MANOEL LEME PROF EMEI	RUA QUINZE DE NOVEMBRO, SN	JARDIM PLANALTO
ESTADUAL-SE	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	SEVERINO TAGLIARI	RUA RICARDO TAGLIARI, 380	TRABALHADORES
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	SOLARIUM NUCLEO DE EDUCACAO INFANTIL	DUQUE DE CAXIAS, 720	JARDIM RESEK I
PARTICULAR	LIMEIRA	ARTUR NOGUEIRA	VAN GOGH COLEGIO UNIDADE II	RODOVIA SP 107 KM 45, SN - CHACARA STA I	SAO BENTO

**Fonte:** Secretaria da educação do estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/central-de-atendimento/consulta.asp?>> Acesso em 14 de set. de 2015.

A percepção de índices e indicadores deve ponderar os diversos atores sobre o urbano e suas escalas de atuação na sustentabilidade local, regional e nacional. SILVA, (2011). Durante todo este item que trata do levantamento de dados sobre o município de Artur Nogueira, correlacionado com a RMC e em alguns momentos com o estado de São Paulo, se apresenta um perfil da complexa dinâmica que levou o delineamento atual da cidade. Foi a existência desta dinâmica que caracterizou a evolução urbana, que predominantemente é relacionada a produção de escolas e ao planejamento local neste estudo. Como se nota, apesar da educação estar presente em todos os momentos que constroem o perfil citadino, caracteriza apenas como sendo um suporte, sem contribuir de maneira eficaz para o planejamento sustentável. Desta forma se observa que muitos interesses determinaram um tipo de planejamento segregatório que dificulta a relações imbrincadas.

A disposição das escolas, como pode ser visto no mapa de Artur Nogueira a seguir, estão bem distribuídas no território na questão espacial. Mas ao relacionamos a questão de serviços e infraestrutura, as questões são díspares. Não se tem transporte coletivo igual em todas as escolas, áreas verdes próximas, instituições culturais ou mesmo de saúde e igualmente a infraestrutura urbana é diferenciada. No capítulo a seguir analisaremos o Plano Diretor da cidade que norteia uma nova possibilidade de planejamento urbano.

### 2.3 Artur Nogueira e o Plano Diretor de 2006

A interrelação da sociedade com a natureza, na tentativa de produzir uma qualidade de vida satisfatória mesmo desconstruindo o meio natural, busca o planejamento como ferramenta de abarcar interesses públicos, financeiros, técnicos, sociais, físico-territoriais, políticos, ambientais e de gestão.

Rodrigues (2010, p. 119 e 120) define o objetivo do Plano Diretor como sendo o de apontar os meios das cidades serem conduzidas para efetivar uma qualidade urbana para todos. Em seu conteúdo, aponta para contextos como: habitação, saneamento básico, transporte urbano, uso e ocupação do solo urbano e a qualidade ambiental das cidades. Ainda vai além a seus objetivos quando estabelece a intenção de mudar os rumos capitalistas que incidiram sobre os territórios, gerando diferenças socioeconômicas aos habitantes e as possibilidades de estabelecerem relações com as funções da cidade.

Neste contexto, o planejamento assume um papel de vital importância para o direcionamento de ações, a fim de que se alcance o resultado almejado. Sem o planejamento as atividades são realizadas por inércia. Portanto, a justificativa para a importância do planejamento das cidades para as pessoas, para a sociedade civil e para os governantes é que sem ele estaríamos negando a possibilidade de se construir um futuro voltado para o coletivo.

No que se refere ao Planejamento Urbano no Brasil, tem-se a Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), conhecida por Estatuto das Cidades, que referencia as funções sociais da cidade e da propriedade, com objetivo de garantir o bem-estar das pessoas. Essa lei regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e estabelece a Política do Planejamento Urbano pelo município, por meio da ordenação e do desenvolvimento da cidade, utilizando-se normas e regulamentações do uso da propriedade urbana em prol do bem-estar dos munícipes, com a finalidade de garantir o direito de todos à moradia, aos serviços públicos, à infraestrutura urbana, ao saneamento básico, à saúde, à acessibilidade e mobilidade urbana e ao lazer sem discriminação de classe racial, social e econômica. (BRASIL, 2001).

O Estatuto das Cidades abarca um conjunto de princípios que expressa uma concepção de cidade e de planejamento e gestão urbana, e traz uma série de instrumentos que devem ser utilizados para o Planejamento urbano. Dentre estes, o Plano Diretor, que é obrigatório em municípios com mais de 20 mil habitantes, sendo necessária a aprovação do mesmo, pela câmara dos vereadores.

O Estatuto das Cidades, em seu artigo 2º fixa as diretrizes que deverão ser norteadoras do planejamento urbano;

garantia de direito as cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (Brasil, art. 2º, 2001).

Neste contexto, o Plano Diretor é um instrumento de política urbana voltada para o desenvolvimento do espaço urbano. Cobrir todos estes interesses com a participação ativa da sociedade e o comprometimento da gestão pública local configuram grandes desafios contemporâneos. A democracia ocupa posição de destaque no discurso que tange a concepção do Plano Diretor, segundo o que está estabelecido no Estatuto das Cidades. A participação ativa da sociedade garante a gestão compartilhada dos interesses municipais de desenvolvimento.

Como foi definido no capítulo primeiro, o ideário de cidade sustentável pontua diretamente alguns princípios que são fundamentais no planejamento urbano. O Desenvolvimento comunitário tem o objetivo de ampliar a qualidade de vida para os habitantes sendo desenvolvido na atuação de líderes e cidadãos, para o fortalecimento dos potenciais sociais, econômicos e ambientais de uma região, município ou localidade. O Plano Diretor inclui como eixo atual o desenvolvimento econômico que avalia o crescimento de uma região sob ponto de vista da distribuição de lucros da produção econômica. Igualmente precisa analisar a redução da pobreza, elevação de salários, melhoria de condições habitacionais, acesso à saúde, educação e lazer, além de meios de transporte de qualidade, segurança e ambientes com baixos níveis de poluição. Criar

reformulações e planejamentos arquitetônicos para cidades com objetivo de deixar o ambiente urbano mais agradável e funcional. Portanto, o Planejamento Urbano Sustentável a princípio deve realizar estudos e posteriormente projetar soluções sustentáveis para cidades. Privilegiando a mobilidade e o meio ambiente, reduzindo a poluição e reaproveitando espaços verdes. Por fim organizar os sistemas de transportes integrados. Sendo assim, o Plano Diretor urge entendimento e planejamento integrado.

### **2.3.1 Análise do Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira**

O primeiro Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira (PDPAN) foi aprovado em 2007, sendo este avaliado e discutido no presente estudo. Neste ano de 2015, está em processo a revisão do mesmo. O município elaborou seu plano na data limite para atender a lei do Estatuto da Cidade. Precedido pelo diagnóstico situacional, o Plano Diretor de Artur Nogueira teve sua concepção realizada pela empresa Arquitetur - Arquitetura, Urbanismo e paisagismo s/c Ltda<sup>40</sup> contratada através de licitação, trabalhando em conjunto com técnicos e representantes da sociedade civil da cidade designados pela Prefeitura Municipal de Artur Nogueira.

Segundo a página na internet<sup>41</sup> da Arquitetur, a empresa tem realizado, na última década, estudos urbanísticos por meio de licitações como: o Estudo de Impacto de Vizinhança São Bernardo Plaza Shopping; o Plano Diretor de Rio Grande da Serra - SP; o Plano Diretor Participativo de Camanducaia – MG; o Plano Regional de São Mateus – SP; a Operação Urbana Vila Leopoldina - SP; o Estudo de Impacto de Vizinhança - Universidade Federal - UFABC; a Operação Urbana Eixo Tamanduateí - Santo André - São Paulo.

---

<sup>40</sup> Situada na Rua Mato Grosso, 128, cj.13. São Paulo – SP. Cep 01239-040. Telefone: 011 3258-4666 e-mail: [arquitetur.au@terra.com.br](mailto:arquitetur.au@terra.com.br) site: [www.arquitetur.com.br](http://www.arquitetur.com.br) CAU 544-4

<sup>41</sup><https://www.facebook.com/pages/Arquitetura-Urbanismo-Paisagismo/792244860809815?ref=profile>

Os integrantes da equipe técnica na época da elaboração do PDPAN (2006), com as respectivas funções, foram:

**Prefeitura Municipal de Artur Nogueira**

Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo 2006

Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços Municipais – Engenheiro Civil - Edmo José Stahl Cardoso

Secretaria Municipal de Educação - Laércio Ferreira Fontes / Sueli Aparecida Antonio

Chefe de Gabinete - Jair Dias Ribeiro / Mauro Alves da Vinha

Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Sustentável - Luis Carlos Gonçalves

Secretaria Municipal de Administração - Antônio Luiz Brambilla / Jair Dias Ribeiro

Secretaria Municipal de Finanças - Antônio Milton Nascimento

Secretária Municipal de Saúde - Eng.<sup>a</sup> Agrônoma - Roseli Terezinha Paes Barbosa Borges

Assessor Jurídico – Advogado - Eric Lucke

Diretor da Guarda Municipal - José Carlos Celestino Brandão

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - Roberto Eduardo Scheider

Arquiteta Representante da Associação de Arquitetos e Engenheiros de Artur Nogueira - Maria Nilce Conti Sacilotto

Assistente Social - Elisete Gonçalves

Presidente e Superintendente da SAEAN - Edson Antonio Sacilotto

**Arquitetur Arquitetura Urbanismo e Paisagismo Ltda.**

Equipe Técnica Contratada por Licitação

Coordenação Geral – Arquiteta e Urbanista - Jacobina Vaisman

Coordenação Executiva - Ms. Arq. Urb. Patrícia Zandonade

Consultoria - Urbanismo e Meio Ambiente - Dr. Arq. Urb. Caio Boucinhas

Desenvolvimento Socioeconômico - Ms. Arq. Márcia Mafra

Urbanismo e Políticas Públicas - Arq. Eduardo Hotz

Gestão e Administração Pública - Adm. Gilberto Alves

Direito Urbanístico - Adv. Gislaine Magalhães

Mobilidade e Transporte - Eng. Civil Vernon Kohl

Planejamento Urbano e Uso do Solo - Arq. Jacobina Vaisman

Redação de Minuta de Lei - Adv. Gislaine Magalhães

Pesquisa em Grupos Focais - Socióloga Elvira Cattai

Cartografia e Levantamento de dados - Arq. Aderbal Rodrigo Lopes; Arq. Ricardo Correa; Arq. Juliana Aoun Monferdini; Marcos Fernandes Calixto Rios (Estagiário).

A equipe formada para elaboração do PDPAN foi interdisciplinar, mas com maioria de profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Houve a realização de trabalho conjunto entre a equipe contratada e a equipe da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira.

Na fase de elaboração do PDPAN realizaram-se as coletas de dados para o levantamento das situações problemas que acometiam a cidade. Concomitantemente, a equipe técnica atuava no sentido de preparar dados, mapas, fotografias e a própria sistematização das informações complementares, mediante ao fato da própria Prefeitura Municipal de Artur Nogueira não ter, naquele momento, um sistema metodológico com os dados municipais

arquivados. Em um segundo momento, as discussões se voltaram para a situação diagnosticada, e fizeram as apresentações públicas. Em seguida iniciou-se a terceira fase, a da consolidação do diagnóstico participativo. A elaboração do projeto de Lei do PD sucedeu estas fases. Esse procedimento resultou no total de seis meses de trabalho. Tivemos acesso à boa parte do material produzido<sup>42</sup>.

O município de Artur Nogueira, tradicionalmente, teve pouco investimento no planejamento territorial e ordenação do território de forma a definir os rumos de sua expansão urbana. Com uma legislação urbanística extremamente permissiva, o município foi crescendo de acordo com os interesses econômicos. Em 2006, quando foi necessária a implantação do Plano Diretor, a gestão municipal em conjunto com a empresa *Arquitetur* delinearam uma agenda de planejamento participativo, firmando um compromisso com as questões de planejamento e desenvolvimento urbano e apresentaram preocupação com a

---

<sup>42</sup> 1ª Etapa: – Metodologia.

2ª Etapa:

– Relatório quadro situacional;

- tabelas com condomínios rurais e tabelas socioeconômicas;

- Mapas: Contexto da RMC; geomorfológico; expansão urbana; populacional; densidade; evolução social; uso do solo municipal; equipamentos; estratégia municipal; infraestrutura de água e esgoto; hídrico e rodoviário.

3ª Etapa:

- Mapas: Macrozoneamento, zoneamento urbano, mobilidade municipal, mobilidade proposta, unidades de proteção ambiental, áreas de intervenções e vazios urbanos;

- Documentos cedidos pela prefeitura: fotos das audiências, convites para as audiências, fotos dos banners de divulgação das audiências, quadros propositores, recortes de jornais, listas de presenças, minutas, plano de trabalho apresentado pela empresa *Arquitetur*, recortes de jornais com as repercussões;

- Relatório participativo final.

Produto final:

- Parâmetros urbanísticos para uso e parcelamento do solo;

- Plano diretor;

- Mapas minuta de lei: Macrozoneamento, perímetro urbano, perímetro urbano executivo, política de desenvolvimento municipal, política de desenvolvimento urbano, zoneamentos, mobilidade municipal, mobilidade de hierarquia, mobilidade proposta, unidades de proteção ambiental municipal, sistemas de áreas verdes, áreas de intervenção, zonas especiais, divisão dos bairros, instrumentos urbanos.

participação e gestão democrática, o que de certa forma aponta para uma cidade sustentável.

Até então, o município não tinha experimentado nenhum tipo de prática ou mecanismo de participação popular e inexistiam espaços de participação popular diretamente ligada ao processo de planejamento da cidade. A equipe técnica responsável pela elaboração do PDPAN então estabeleceu grupos que coletaram informações através de questionários respondidos pela população nogueirense. O processo seguiu de maneira vertiginosa, coube a Prefeitura Municipal de Artur Nogueira a divulgação e deslocamento da população para as reuniões participativas.

Na época, o estudo municipal de leituras sobre o território era muito precário. A partir das necessidades apresentadas pelo processo de instauração do Plano Diretor, começou a se desenvolver bases cartográficas e leituras sobre o município. Desta forma, o processo participativo da população para o PDPAN foi importante, também, para que a comunidade e a própria Prefeitura ampliassem o entendimento sobre o território municipal, expandindo sua visão sobre as necessidades regionais, tornando-se mais consciente sobre as questões de planejamento e desenvolvimento urbano existentes no município.

As discussões públicas ocorreram durante o processo de elaboração do Plano Diretor em forma de Audiências Públicas. Cabe citar a realização de plenárias abertas e divulgadas para toda a população, em momentos específicos do processo com o objetivo estratégico de compartilhar informações com a comunidade, capacitando a população para a tomada de decisão de forma mais consciente. As reuniões objetivavam o aprofundamento das discussões, tanto na fase do diagnóstico, como na fase de elaboração das propostas, as quais foram incorporadas no Plano.

A Equipe da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira em conjunto com a Empresa Arquitetur, elaboraram uma série de materiais de apresentação didáticos para exposição dos conceitos e instrumentos urbanísticos, que poderiam ser aplicados no município através do Plano Diretor, além dos materiais elaborados sobre a leitura da situação do município e das propostas para o Plano Diretor.

Este material ajudou na compreensão, pelos segmentos populares, desse conteúdo.

A Prefeitura Municipal conduziu as realizações das Audiências Públicas, com apoio da Empresa Consultora. Houve livro de presença, para registro dos nomes dos participantes e exemplares dos documentos preparatórios à disposição - para consulta dos interessados. No início das Audiências, eram explanados os objetivos das consultas, bem como esclarecidos os mecanismos de participação e como seria dado o retorno dos resultados da Audiência aos participantes desta. A Consultora apresentava, através de material audiovisual, mapas e croquis de fácil entendimento, as propostas do PDP. Em seguida, eram abertos os debates, realizados com inscrições à mesa e com tempo de duração previamente determinado para cada fala.

Os resultados foram expostos nas dependências da Prefeitura em murais, à disposição para consulta pública, nos mesmos locais onde foram fixados os documentos preparatórios. Os materiais produzidos ao longo do processo de estudo do município em tela demonstram abrangente conhecimento da cidade apesar de a empresa estar situada em São Paulo, sem acesso ao cotidiano cidadão.

Na concepção do PDPAN a população atuou timidamente na participação do diagnóstico como nas reuniões, talvez pela falta de comprometimento ou compreensão e conscientização da importância de sua participação. As audiências geralmente ocorreram em horário comercial o que dificultava maior comparecimento da população por estarem em horário de trabalho. Portanto a participação popular ficou comprometida. Houve divulgação das Audiências Públicas, mas com pouca mobilização da sociedade. Cumpre destacar que a participação dos cidadãos gerou a impossibilidade de consonância com os anseios da população nogueirense.

Santos Júnior (2011, p. 258) cita que: "(...) deve-se registrar a existência de conselhos e espaços de participação anteriores aos Planos Diretores e até mesmo ao Estatuto." Neste sentido justifica que essas experiências tendem a acrescentar mais ao município. No contexto de Artur

Nogueira esta vivência só foi instaurada para a obtenção do Plano Diretor e com pouco tempo para ser trabalhado.

Quando analisada a execução do Plano Diretor Participativo de Artur Nogueira (PDPAN) ainda percebem-se poucos avanços efetivados. A estrutura do documento gerado e aprovado como PD para o município está em consonância com as intenções do Estatuto das Cidades e pela Constituição Federal de 1988. Contudo a participação social cumprindo sua função não foi alcançada neste contexto.

Distinguiram-se alguns fragmentos do Estatuto da Cidade que foram espelhados no PDPAN, mesmo que em formas textuais diferenciadas, mas expressando o mesmo sentido. Exemplificando, são algumas destas diretrizes que estão situadas no art. 8º:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis;
- Gestão democrática e participativa;
- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da ocupação do solo da população e das atividades econômicas do Município;
- Acesso a equipamentos urbanos e comunitários;
- Ordenação e controle do uso do solo;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental.

Conforme os princípios da Gestão Democrática colocados pelo Estatuto da Cidade, o PDPAN foi pensado mediante levantamentos técnicos e sociais realizados no Município. Como é de se esperar que o mesmo apresente

objetivos voltados para o pleno desenvolvimento urbano e ao direito universal de usufruir do processo de urbanização, além de um conjunto de instrumentos urbanísticos supostamente constituídos para os mesmos fins.

O plano foi preparado e aprovado na data limite imposta pelo Estatuto da Cidade para municípios como Artur Nogueira, com mais de vinte mil habitantes. A análise do conteúdo permite o entendimento de que o PDPAN propõe diretrizes mais voltadas ao local do que ao regional. Este fator implica diretamente na dificuldade de ser sustentável, pois as cidades estão inseridas em redes colaborativas e o Plano Diretor precisa articular este contexto.

Quanto ao Zoneamento, foram definidos os locais com seus devidos usos, mas a divisão espacial apresentada e suas justificativas, por vezes, ficam atreladas à transcrições reproduzidas pelo Estatuto das Cidades não favorecendo, assim o contexto local. A delimitação da ocupação industrial restringe-se ao longo da rodovia SP 332, fortalecendo o caráter de dispersão que caracteriza toda a RMC.

Com relação ao zoneamento apresentado no PDPAN, outra controvérsia é a preocupação em identificar as áreas atualmente ocupadas e dirigir a futura expansão para um adensamento populacional que permita aproveitar a infraestrutura existente; sendo que relacionado a esse contexto e de forma contraditória, a prefeitura tem aprovado loteamentos que se estabelecem ilegalmente como condomínios fechados, em larga escala situados em áreas rurais, não seguindo o estabelecido pelo PDPAN. Essa realidade foi verificada junto ao setor de cadastro da Prefeitura do município em tela, os condomínios são aprovados como loteamentos e estabelecidos como condomínios fechados.

Os instrumentos urbanísticos propostos, apesar de nem todos terem começado o processo de efetivação, propuseram uma renovação para a cidade, sendo alocados no plano de forma mais detalhada e específica, em um momento crítico de crise econômica. Espera-se com esta nova etapa que o município consiga produzir mais força local e que esta interaja com todo o entorno, em uma macro e micro escala.

O território do município de Artur Nogueira é dividido pelo PDPAN em duas macrozonas com suas subdivisões:

I – Macrozona de Proteção Ambiental e da Atividade Agrícola

- Zona de Proteção Integral – ZPI
- Zona de Uso Sustentável - ZUS
- Zona Industrial – ZI
- Zona de Preservação e Recuperação – ZPR

II – Macrozona Urbana

- Zona de Reestruturação e Requalificação – ZRR
- Zona de Urbanização em Consolidação – ZUC
- Zona de Ocupação Prioritária – ZOP
- Zona Predominantemente Industrial – ZIN
- Zona Especial de Interesse Coletivo – ZEIC
- Zona Especial de Proteção do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural – ZEPHAC
- Zona Especial Prioritariamente de Atividade Agrícola – ZEPAG
- Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA
- Zona Especial de Regularização Urbana – ZERU
- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

Dentre os Instrumentos de Política urbana citados pelo Plano Diretor, apenas alguns já foram aplicados no município. Nesse contexto, ao instaurar o zoneamento do território o PDPAN organizou e refletiu o planejamento já consolidado na cidade na década de 70 e 80. Artur Nogueira não possui favela,

entretanto possui bairros para classes menos favorecidas em periferias; neste caso as habitações de interesses sociais ao serem implantadas no território reforçaram a característica citada acima. Como no caso da implantação da Minha Casa Minha Vida em 2014.

Portanto, a política de ordenamento territorial de Artur Nogueira tem alcançado o objetivo de reforçar a centralidade da área de comércio, mas não conteve a expansão urbana desordenada. No mapa da política de desenvolvimento, pode-se observar que a malha urbana de Artur Nogueira começa a ocupar áreas distantes do centro, favorecendo a constituição de um modelo urbanístico excludente, com a manutenção do centro e áreas centrais para a população de classes mais altas e loteamentos populares em áreas periféricas. Apesar de a lei de parcelamento proibir o crescimento urbano sem conexão com o já construído, a cidade continuou crescendo desconectada, muitas vezes através de loteamentos irregulares isolados. Santo Júnior (2011, p.106) menciona a segregação socioespacial como realidade repetida em praticamente em todo território brasileiro, sobrando aos menos favorecidos a habitação isolada, dispersa e não inclusiva.

Para cada macrozona, o PDPAN apresenta instrumentos que poderão ser utilizados pelo poder público municipal. Os instrumentos mencionados no Plano são: Parcelamento, Edificação e Utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública, Consórcio Imobiliário, Direito de Superfície, Patrimônio Público, Contribuição de Melhoria, Abandono, e Estudo de Impacto de Vizinhança, Conservação e Requalificação de Áreas Verdes, Estratégias para diversificação na produção agropecuária, Zona de predominância Industrial, Mobilidade, Requalificação de águas, Incentivos para Indústrias dentre outros.

Após oito anos da implantação do PDPAN refletimos sobre a efetivação do mesmo. A política urbana proposta para mobilidade da cidade em tela, ainda não dispõe de uma rota de transporte coletivo que seja acessível a toda população devido ao limite da abrangência do funcionamento. Ciclovias foram

criadas. O terminal rodoviário necessita de maior qualidade. Bem como centenas de pessoas de baixa renda continuam a espera de regularização fundiária.

O Plano Diretor previa a criação de uma lei complementar (Art. 20) onde seriam criadas duas Áreas de Proteção Ambiental para as microbacias dos córregos que alimentam a cidade no prazo de 1 ano, mas até o presente momento não foi efetivada a lei. Alguns programas também previstos pelo PDPAN ainda continuam ausentes no município, como: Programa de reuso de águas servidas e a contenção das águas pluviais; Programa de reflorestamento das matas ciliares dentro das APP's; Programa de corredores de flora e fauna; Programa de recomposição das curvas de nível nas microbacias. Enquanto o Programa de gestão de resíduo sólido tem caminhado para a implantação.

No Art. 11 do PDPAN (2007) são impostas diretrizes da política de desenvolvimento econômico e social onde trata também da questão tributária. Esta estratégia que pode gerar recursos para serem investidos na melhoria da qualidade de vida da população local tem sido executada com esmero. O plano se isenta de alguns incentivos ao desenvolvimento do município, entre os exemplos está o do esporte e lazer, bem como a produção de atrativos turísticos, promoção e apoio ao desenvolvimento das artes e das manifestações culturais e religiosas do Município.

Cria-se a ilusão de uma concreta aplicabilidade, mas deve entender-se a totalidade territorial de uma cidade, como uma produção imbricada de tensões. Como discorre Santos Júnior (2011, p.171) sobre a articulação entre diretrizes no planejamento urbano, citando que estas precisam conversar entre setores e questões e não de maneira segmentada. Portanto, como falarmos em desenvolvimento para o município de Artur Nogueira, se não atendem às necessidades mínimas de sua própria população? O Plano Diretor deixou de privilegiar as ações que envolveriam a questão do turismo, esporte e lazer, desconsiderando possibilidades de ações que poderiam aumentar a economia local e a participação pública.

No que diz respeito ao meio ambiente, o capítulo III do PDPAN prognosticava algumas diretrizes, entre elas: criação de um sistema municipal de áreas verdes, vinculado ao sistema municipal de planejamento agrícola; proteção de áreas frágeis para viabilizar a gestão do meio ambiente; implantação de processo de planejamento de arborização; proteção das áreas de riscos; implementação de uma política de educação ambiental, entre outras. Contudo, mesmo com a aprovação do PDPAN, os objetivos prioritários previstos na lei não foram colocados em prática, principalmente nas áreas mais críticas do município que são os córregos. Fator indispensável para a sustentabilidade de uma cidade e a proteção ambiental. Em Artur Nogueira que não é banhada por grande leitos de rio, o risco de sofrer com a falta de água já é eminente.

A Secretaria do Meio Ambiente de Artur Nogueira dispõe de equipe técnica, além de existir Conselho Municipal do mesmo, mas não tem fundo municipal para o meio ambiente. Neste contexto, Santos Júnior (2011, p.183) cita: “Praticamente nenhum Plano Diretor determina critérios e mecanismos de articulações propostas e o processo orçamentário”. No estudo em tela não é diferente, o PDPAN apenas menciona de forma genérica que deve se buscar auxílio de instituições privadas para a gestão do setor ambiental.

No mesmo capítulo que trata do meio ambiente o PDPAN abrange o assunto do destino correto dos Resíduos Sólidos urbanos. Após a aprovação do plano, em 2010, foi sancionada a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos que fortaleceu as diretrizes impostas pelo plano em questão. O *Lixão* da cidade foi desativado em 2012, mas ainda não recebeu tratamento de recuperação em sua área. Quanto ao destino dos resíduos do município, tem sido enviada a estação de transbordo de resíduos sólidos de Paulínia.

O Plano Diretor pode disciplinar o desenvolvimento local, portanto não é possível falar em espaço urbano e rural sem o Plano Diretor, uma vez que possibilita soluções e estratégias para amenizar as problemáticas que atingem a população do Município de Artur Nogueira. A população mais carente sofre com a crescente degradação ambiental urbana provocada pelo acúmulo de lixo, poluição sonora-áudio-visual, poluição atmosférica, ocupação em áreas alagadas,

desmatamento, aumento da criminalidade e pelo crescimento da demanda por saúde, educação, transporte, lazer e moradia que se expandem em decorrência da não relação do Plano Diretor com os interesses políticos e com a escassez de orçamento para uma cidade de médio porte como Artur Nogueira.

Quanto ao uso do planejamento público, principalmente na esfera municipal existem vários desafios a serem superados. Provavelmente um dos mais importantes seja o fato de cuidar para que o Plano Diretor de Artur Nogueira não seja um reflexo de uma carta de intenções, mas que instaure ações concretas. Estabelecer relações entre a cultura do planejamento com a participação social, fez parte da última parte desse trabalho.

O processo de elaboração e implementação do Plano Diretor do Município de Artur Nogueira, sinaliza um fortalecimento do município para a gestão do desenvolvimento urbano, na medida em que o processo do Plano ampliou as informações sobre o município, o que colaborou para a criação e implementação de outros planos, que estão em andamento e correspondem à implantação do mesmo.

Há dois pontos importantes do planejamento de Artur Nogueira que merecem destaque. O primeiro deles diz respeito à opção de incluir no Plano Diretor regras para o parcelamento do solo. O Plano, ao tratar do parcelamento, reconhece o crescimento urbano do município, geralmente associado ao crescimento na forma de loteamentos urbanos, através da expansão urbana, como já comentamos nas reflexões sobre o conteúdo. As regras efetivamente colaboraram para evitar a expansão urbana através de novos loteamentos, assim como o maior aproveitamento da infraestrutura já composta. No entanto, a conjuntura atual de especulação imobiliária, juntamente com a crise econômica que se instaurou na cidade, tem pressionando o mercado de terras da cidade para a disponibilização desses terrenos da região rural, mudando esse objetivo de centralização.

O segundo destaque está na tensão da elaboração e aprovação do Plano Diretor, mostrando uma opção desta gestão de fazer uma política de

valorização do município, através de uma diferenciada produção agrícola associada a uma estratégia de recepção de indústrias. Nota-se que o momento que propiciou essa elaboração do plano Diretor foi bastante reduzido para conseguir dar conta dos conflitos de interesses causados por essa decisão. Quanto a opção por aumentar monoculturas, até o presente momento, tem sido avaliado como propícia; mas quanto aos incentivos para a instalações de indústrias no município, provaram ser medidas de alto risco não só econômico, como ambiental. Novamente, o cenário atual urge por adequações no plano que colaborem para a melhoria da utilização, do território em tela, como agente propulsor econômico.

Outro desafio que se coloca é a necessidade de implantar os instrumentos de gestão participativa para o desenvolvimento da cidadania, processo iniciado pelo Plano Diretor que deve ser sustentado e estimulado pelos gestores. Pode ser esse processo que garantirá a continuidade de alguns partidos escolhidos pelo município para a gestão de seu desenvolvimento urbano e a ameaça de denegri-lo em prol de interesses privados.

Há uma estreita relação entre poder político e poder econômico, historicamente articulada no Brasil, assim como no interior do Estado de São Paulo, e cujas imbricações dificultam a gestão participativa e procuram garantir como intocáveis alguns temas de disputa, como se dá com a terra. Artur Nogueira é um exemplo disso.

Ao pensar as cidades sobre a perspectiva sustentável, faz-se necessário uma abordagem ampla e complexa, fundamentada por sistemas imbrincados e intrínsecos, visando a qualidade de vida e a resiliência das urbes. O urbanismo contemporâneo, não cabendo mais no contexto de modelos, busca uma nova metodologia de planejamento, que ainda não está construída por completo. Contudo, para melhor compreensão do urbano e suas escalas de análise, podem-se apresentar metodologias para a acepção da qualidade morfológica da cidade, vislumbrando melhorias urbanas.

Neste contexto, esta dissertação organizou levantamentos da história, dos índices municipais e a análise do planejamento local; como meio de ponderar os projetos escolares inseridos no município de Artur Nogueira como agentes de promoção da sustentabilidade. O estudo da importância da arquitetura escolar para a construção de uma cidade revelou a instituição escolar como eixo peculiar na morfologia citadina e como um local de produção de equidade social, econômica e ambiental. A partir do entendimento dos diversos estudos e autores analisados, quatro temas são recorrentes nestas teorias que se aplicam no processo de percepção dos sistemas urbanos sustentáveis:

1. As Conexões Urbanas: Mobilidade, Acessibilidade, Sistema Viário, Segregação Espacial;
2. A Identidade e a Percepção Ambiental: Social, Econômico e Cultural, Perceptiva e Visual;
3. A Morfologia: Aspectos Morfológicos, Ambiente Edificado;
4. O Meio Ambiente: Vegetação e Microclima, Recursos Hídricos, Poluição e Energia.

Assim, a partir desses elementos devidamente parametrizados, quantificados e qualificados, conforme as respectivas unidades de medida e leitura das características, é possível aplicar uma leitura de indicadores urbanísticos que traduzam a qualidade espacial de uma cidade (bairros e conjuntos urbanos), podendo-se ainda estabelecer critérios de ordenação e planejamento urbano. Neste momento da análise do PDPAN chegamos a conclusão que a extensa coleta de destes elementos, traçaram um limiar frágil ao relacionar com o a questão regional. A RMC apresenta um quadro evoluído frente ao restante do contexto brasileiro, principalmente na questão educativa. Mas o município em tela neste estudo ainda caminha a passos lentos frente a este cenário. Em relação com o ambiente da escola, entendemos que todos estes pontos estão diretamente correlacionados, portanto, a escola também apresenta eficácia em sua produção de cidade.

A cidade sustentável é democrática e participativa, volta-se ao regional, compreende a morfologia a partir da lógica evolutiva e estruturada para o crescimento orgânico e em conformidade com o sistema equilibrado. Os projetos urbanos escolares e sustentáveis obedecem à percepção das escalas, sustentando as funções vitais, restabelecendo o sentido e orientação no tempo-espaço, face à necessária adequação aos habitantes, seus usos e equipamentos. Entende-se que a qualidade da arquitetura escolar e seu entorno, deve ser adotada como configuração espacial e legal, aplicando de fato as ferramentas legais existentes nos respectivos Planos Diretores. O PDPAN precisa atuar em relação às escolas qualificando os terrenos vazios, encurtando distâncias para o pedestre, aumentando a coesão social, minimizando a dependência de automóveis individuais, porém, o nível de compacidade deve respeitar os condicionantes locais (clima, topografia, patrimônio cultural e ambiental, dentre outros), e assim, determinados por meio de pesquisas urbanísticas específicas e não padronizadas, atuar nas cidades.

### **CAPÍTULO 3. ESTUDOS DE CASO EM ARTUR NOGUEIRA**

### 3. ESTUDOS DE CASO EM ARTUR NOGUEIRA

Este capítulo analisa a arquitetura de quatro prédios escolares no município de Artur Nogueira – SP, construídos em momentos diversos da expansão do ensino público no Brasil e em contextos significativos para o município em tela. Trata-se de um estudo de caso múltiplo, de caráter interdisciplinar, orientado pela teoria das representações sociais sob o uso de espaços construídos. O objetivo principal foi verificar em que medida a arquitetura escolar pode ser considerada como parte integrante da representação social da escola e em que medida formou e forma a cidade de Artur Nogueira.

Ao apresentar as edificações escolares como ambientes que influem na apropriação e construção da cidade, a análise de documentos e observações permite identificar elementos representativos no ambiente físico e nos discursos arquitetônicos. Ao analisar estes espaços em simbiose com as pessoas ampliam-se as possibilidades de significações e irradiação de caminhos a serem construídos.

Os três prédios referido não tem registros dos projetistas responsáveis. As declarações obtidas apenas se referem a cópias de prédios similarmente construídos em outros locais do estado, mas sem documentação válida para subsidiar as informações. Os projetos existentes foram concebidos apenas para regularização dos prédios já existentes junto à prefeitura, estes realizados por engenheiro da própria prefeitura. A ausência de documentação limita a construção histórica do local, o que se fez necessário uma vivência com o local para estabelecer a análise.

Os projetos mostram em suas formas a diferenciação das normas e técnicas que foram sendo evoluídas. Devemos entender que passear por estes projetos é descortinar a história do território e de sua construção.





### 3.1 Grupo Escolar Francisco Cardona – 1920

O prédio para o Grupo Escolar Francisco Cardona tem o início de sua história contada no capítulo 2. Quando inaugurada representava o prédio de maior uso social situado na via central que compunha os primeiros traçados urbanos de Artur Nogueira. A dois quarteirões da Estação Ferroviária e quatro da Igreja Matriz, assumiu um terreno que ficava no eixo de ligação que levava a Mogi Mirim. Completando o cenário, um quarteirão acima ficava o único estabelecimento comercial do Distrito onde se vendia Secos & Molhados. Neste contexto provinciano, o Grupo Escolar é estabelecido como inovador na paisagem local. A descrição feita acima do contexto urbano partiu de relatos, sem existência de documentação física.

Este prédio, situado na Avenida Doutor Fernando Árens nº 305, no centro de Artur Nogueira, após a mudança da escola para outro local, recebeu a biblioteca municipal em seus espaços. Por motivo de má conservação a biblioteca foi para outro local e hoje o edifício permanece fechado á espera de restauro e requalificação. O prédio em si manteve-se sem alterações significativas, apenas o pátio coberto implantado atrás do edifício, este foi vedado por paredes e constituído como teatro, estando ao centro da principal Avenida da cidade.

A escola possui recuo frontal, jardim privado separado da rua por muros e uma praça pública entre a escola e a Rua Primeiro de Janeiro. Estando hoje totalmente inserido em meio a usos comerciais, expressa valor simbólico e usual ao cotidiano citadino. A entrada principal é feita por uma pequena escadaria até uma área coberta por uma laje reduzida e em balanço. A porta principal, de duas folhas em madeira, dá acesso a um hall que separa as salas que eram da diretoria e secretaria. Este hall possui outra porta de madeira que fecha o acesso às salas de aulas dispostas alinhadas e aos dois lados ao longo do corredor central. O piso do edifício recebe ladrilho hidráulico e madeira dispostos em desenho diagonal conforme especificado na planta. Ao término das quatro primeiras salas há uma pequena cozinha e os sanitários, tendo mais duas salas na continuidade. No final do corredor central há uma porta que dava acesso ao pátio e atualmente interliga o prédio ao teatro que ocupou o lugar do antigo pátio.

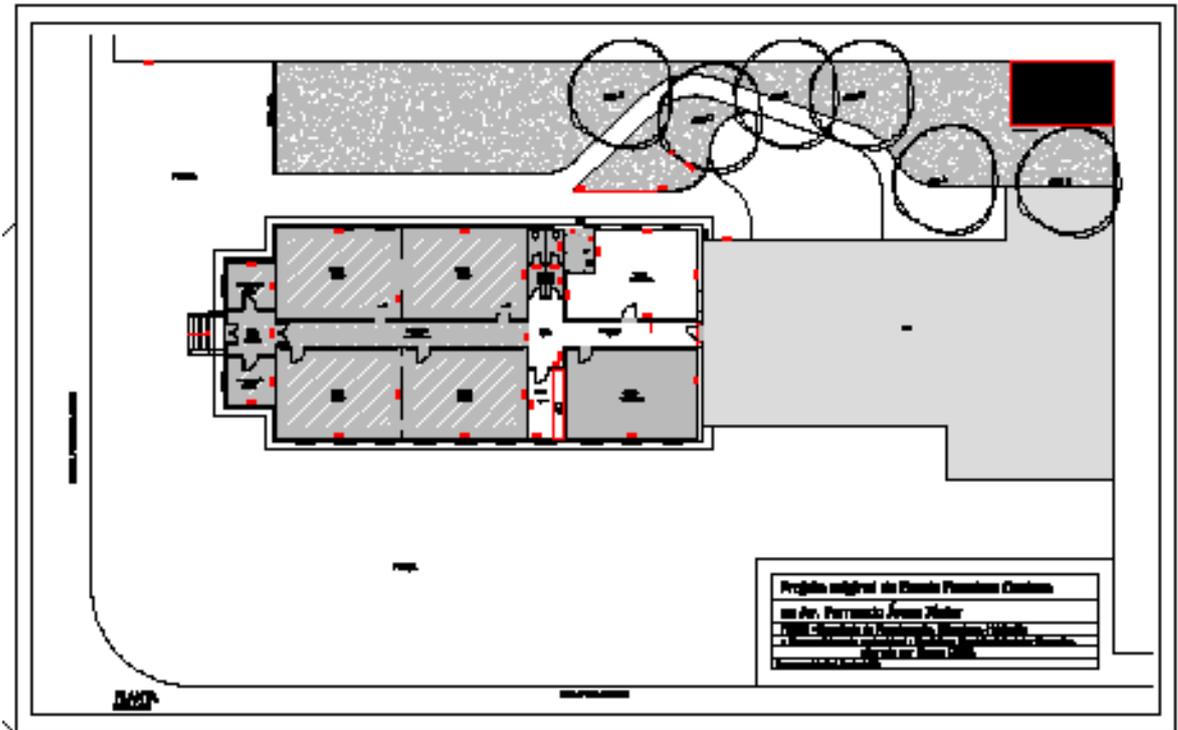
Outra cozinha formada por uma pequena construção fora do prédio e ao canto do terreno, próxima ao pátio coberto, fornecia o lanche para os estudantes. Este local hoje está sendo usado como depósito do bloco de carnaval *A Vaca* que está tombado como patrimônio imaterial. Hoje o prédio original sofreu a alteração de ter um banheiro construído dentro de uma das salas provavelmente na década de 90 quando o teatro usou a sala como camarim. O muro baixo original (Figura 21) foi derrubado após a escola ter deixado esta edificação e ter ido para o novo prédio, em 1976.

Quanto ao projeto não foi achada a origem ou mesmo o responsável técnico. Muito se assemelha com grupos escolares construídos no mesmo período em Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Existia um prédio igual em Cosmópolis, hoje a Escola Estadual Rodrigo Otávio Langaard Menezes, mas foi completamente perdido em meio às reformas. Com alguns elementos ecléticos como: o porão alto, centralizado no lote, a simetria do projeto; mas de forma tímida em sua estética já que estava em um distrito com pouca evolução urbana e recursos. Portanto, apresenta-se de forma enxuta, simplificada coerente ao contexto que estava inserido. O telhado distribuído em quatro águas com telha colonial está disposto sob vigas e ripas de madeira, em alguns ambientes ainda se encontra o forro trabalhado em madeiras diagonais formando um desenho geométrico.

Quando construída a escola foi propulsora para o crescimento e adensamento em sua direção. Até então as poucas casas permaneciam próximo ao núcleo formado entre a estação ferroviária e a Igreja da Matriz. Ao analisarmos a Figura 24 - Foto aérea de Artur Nogueira na década de 40 percebe-se o avanço da ocupação territorial e adensamento perto do então Grupo Escolar Francisco Cardona. Este prédio representa os modelos dos grupos escolares da Primeira República como analisamos no capítulo 1. Portanto, entendemos esta arquitetura escolar como um elemento fundamental para as transformações urbanas e sociais na história do município em tela.

A economia local da época baseada na agricultura tinha como o grande eixo conector a ferrovia. Esta escola tanto na primeira edificação que a abrigou,

como nesta segunda fase que assume outro edifício sempre esteve localizada bem próxima à ferrovia. Este fator ressalta as considerações feitas anteriormente que definia a fase da Primeira República como propiciadora de uma nova classe social, usando a escola como ferramenta para que esse ideal emergisse.





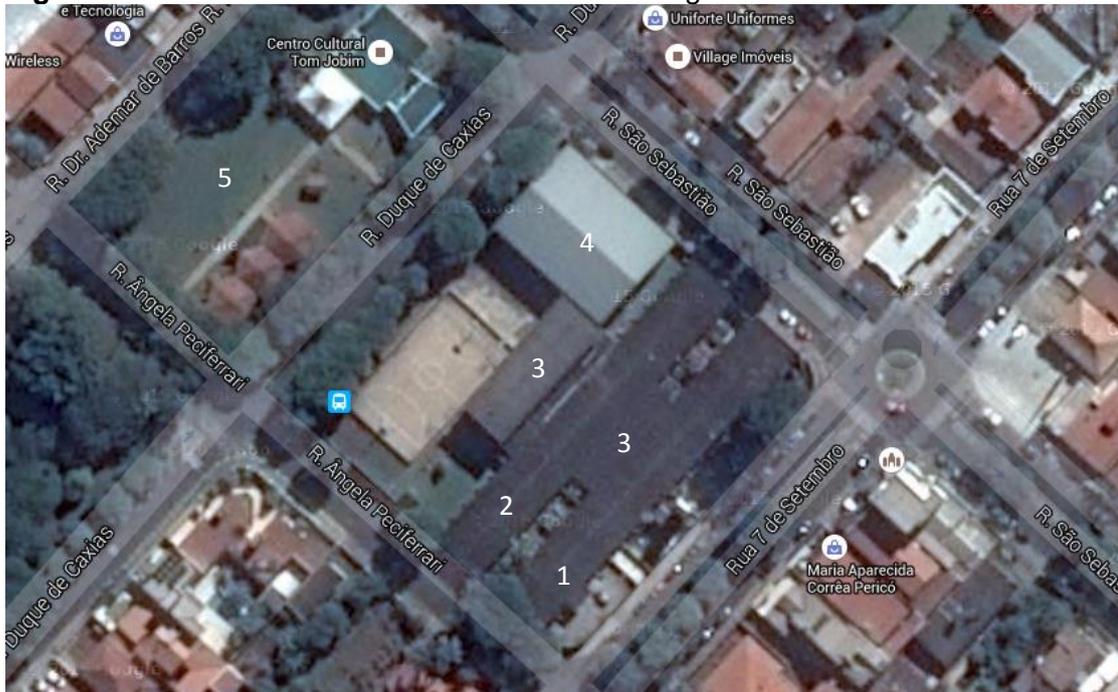
### 3.2 Escola Estadual José Amaro Rodrigues – 1971

**Figura 42.** Fachadas da Escola José Amaro Rodrigues.



**Fonte:** Google Maps. Acesso 8 de nov. de 2015.

**Figura 43.** Vista aérea da Escola José Amaro Rodrigues.



**Fonte -** Google Maps com acréscimo de Strassa (2015). Numeração inserida na foto para delimitar os volumes arquitetônico analisados. Acesso 8 de nov. de 2015.

A Escola José Amaro Rodrigues inaugura o seu atual prédio com o início do ano escolar em 1972. Sendo inserida em um contexto diferenciado na cidade de Artur Nogueira, por estar no centro e ao lado de um dos bairros de maior poder aquisitivo da cidade, esta escola apresenta características peculiares. Em frente às dependências escolares há o Centro Cultural Tom Jobim (Figura 42 - detalhe 5), espaço expressivo para a sociedade nogueirense. Mas apesar de apresentar favorecimentos espaciais e econômicos, esta escola não apresenta um movimento social expressivo em seus estabelecimentos. Além de oferecer uma praça largamente usada pelos alunos. Não foi encontrado durante a pesquisa o projeto deste edifício.

A arquitetura deste prédio apresenta uma mistura de soluções técnicas e estéticas. O bloco 1 (Figura 42) é térreo e comporta ao lado esquerdo as salas para professores, diretoria, secretaria e a cozinha após o pátio (3) coberto está a cantina e salas de aula. O pátio centralizado abriga os sanitários. O bloco 2 possui dois pavimentos com acesso vertical por uma escada e abriga salas de aula, biblioteca e sala de computador. Entre os dois blocos alguns canteiros com vegetação são distribuídos no espaço aberto. O bloco 3 é outro pátio coberto que interliga o restante a quadra coberta (4), ao lado de outra quadra descoberta.

O sistema usado no programa se repete em todos os projetos. A união das células (salas de aula) aglutinadas por um corredor. O primeiro bloco remete ao período modernista quando apresenta uma estética limpa com acabamentos sem adornos, quase brutos. Já o segundo bloco apresenta a estrutura de concreto armado com vedações de tijolo maciço aparente. O aspecto do cimento é constante em toda a escola. A cobertura de fibrocimento plana, mas aparente contrapõe o modernismo e já assume as normas subsequentes de implantação escolar industrial. Hoje quase não se entende a fachada da escola coberta por muros altos.

Assim como analisado no capítulo 1 vemos a abertura do pátio interno com vão mais largos como nos prédios modernistas. A relação com um entorno lembra a Escola parque, pois logo após a instauração desta escola, em frente onde hoje está situada a praça cultural, recebeu uma pré-escola que permaneceu ali por mais de vinte anos, configurando um complexo escolar conjunto. O

contexto urbano desta escola apresenta boa mobilidade, acessibilidade e sistema viário adequado. O transporte público passa e para em frente desta escola facilitando o acesso ao local. Na questão ambiental é privilegiada por ter abundância de áreas verdes em seu entorno, assim como a identidade cultural. Quanto aos aspectos morfológicos, o ambiente edificado atende de maneira simplificada às necessidades escolares.

### 3.3 Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Cardona – 1976

**Figura 44.** Foto aérea da localização da atual Escola Francisco Cardona.



**Fonte:** Google Maps com acréscimo de Strassa (2015). Localização da Escola Francisco Cardona (1). Destacado na imagem está além da escola o Ginásio de Esportes Municipal (2) e a Escola Municipal de Ensino Infantil São Francisco de Assis (3).

Hoje a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Cardona, situada a Rua Floriano Peixoto, 1 – Jd. Faveri, Artur Nogueira – SP exerce um papel atuante junto à comunidade local tem sido usada frequentemente para encontros da comunidade, festas e pela própria prefeitura. A escola está inserida em um bairro com maior densidade habitacional, mas as duas vias mais expressivas cercadas pelo comércio local, a Avenida Fernando Árens Júnior e a Avenida XV de novembro, estão a poucos quarteirões. Mesmo assim há a existência de diversos serviços e instituições próximas a escola.

**Figura 45.** Registro fotográfico da fachada da atual Escola Francisco Cardona.



**Fonte:** Strassa (2015).

Em frente à escola têm três terrenos, pertencentes à prefeitura, completamente sem uso com uma tímida arborização. No quarteirão ao lado está o ginásio de esportes municipal que incentiva as atividades no bairro, recebendo campeonatos, festas e encontros. Composto por uma classe social não muito favorecida, o bairro se destaca em comparação a outros por estar inserido em um contexto de multiplicidade de infraestrutura urbana de equipamentos e serviços. O transporte público se aproxima mais do local na Avenida XV de novembro (detalhe 4 na figura 43), ou seja, dois quarteirões do prédio escolar.

A Arquitetura do prédio demonstra a fase de urgência em pontuar o território para suprir a demanda escolar. Com a estrutura em concreto armado aparente, teve as vedações das paredes realizadas por tijolos maciços que ficaram aparentes. A cobertura de fibrocimento se estende pelos dois volumes, somente sendo diferenciada a cobertura metálica do ginásio disposta por estrutura de metal treliçada e curva, sendo estas apoiadas sobre caibros dispostos sobre as vigas de concreto armado. A representação estética deste local remete as questões da volta da arquitetura inspirada em galpões como caráter de simplificação, grande produção e urgência.

O programa simplificado do projeto apenas aglutina salas com um corredor central de ligação. A ampliação realizada no início da década de 80 elevou o outro bloco que interage com um pátio coberto (ilustradas no projeto a seguir – Figura 45). Foi também feita a quadra que permaneceu sem cobertura até o final da década de 90.

Figura 46. Projeto, implantação e cobertura da atual Escola do Cardona.



Fonte: Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira. Alterado por Strassa (2015), em destaques na implantação: amarelo apresenta a primeira construção, em azul o ginásio e em verde a ampliação.



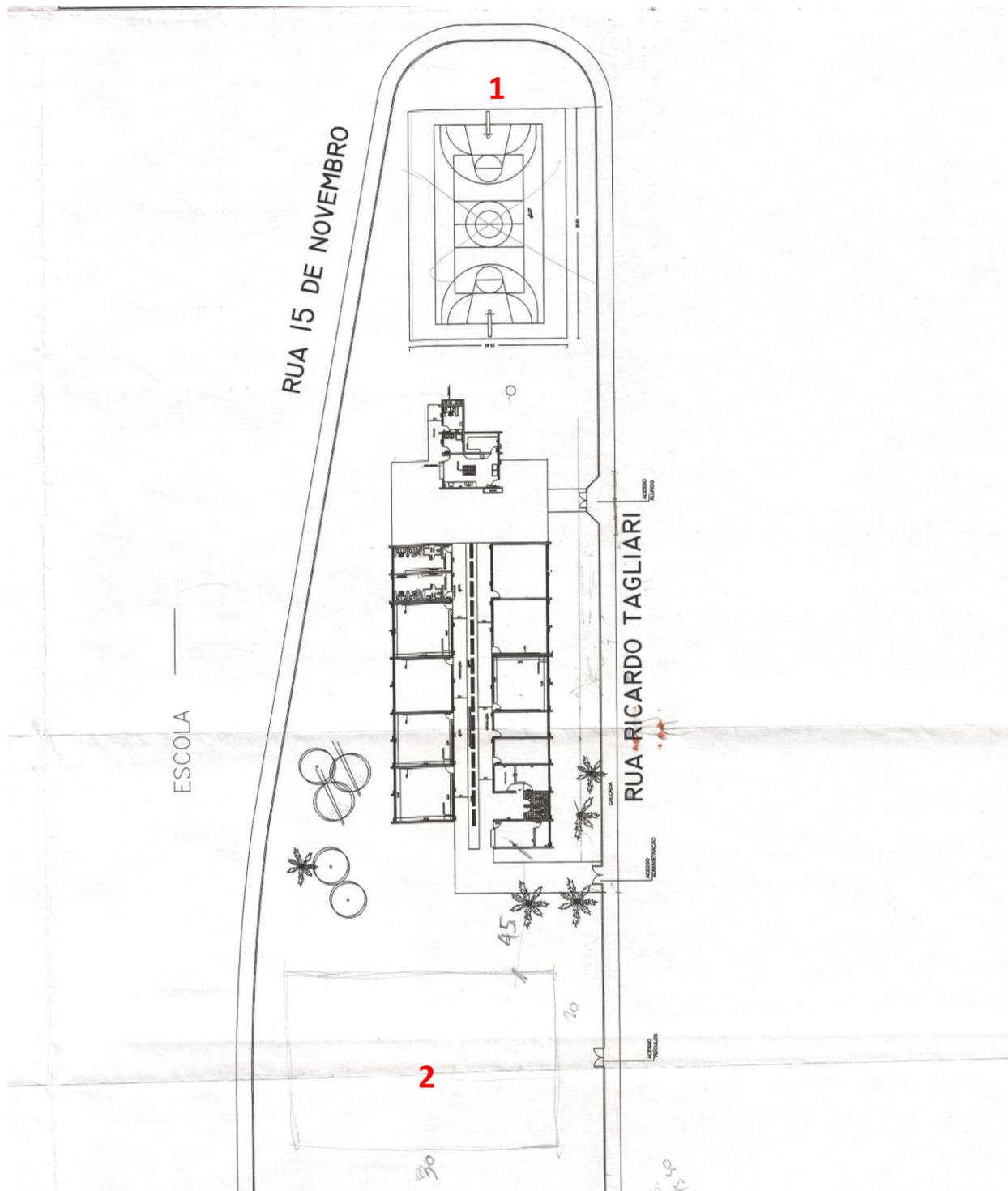
próximos ou mesmo inseridos no contexto. Este bairro teve início de sua ocupação e expansão com a vinda dos trabalhadores para servir as lavouras, com citado anteriormente, em meados do século vinte. Como a área ainda não possuía infraestrutura urbana, os lotes se tornavam mais acessíveis.

Hoje as expansões ocupacionais e urbanas ultrapassaram este superado limite, principalmente ao noroeste do município. O bairro Parque dos Trabalhadores até a década de 90 ainda apresentava dependência ao centro da cidade, mas superou este passado próximo e apresenta atualmente infraestrutura local similar. Após a construção desta escola mais duas foram construídas para suprir a demanda escolar. Como destacado na imagem acima, a escola fica próxima a estrada que conecta a Mogi Mirim, seguindo aproximadamente o percurso que a ferrovia traçava no início do século XX. Portanto, a escola se aproxima e atende aos moradores em área rural que beiram esta estrada.

Quanto ao projeto, este se destaca por ser o único, dentre os escolhidos para os estudos de caso, que se tem a autoria projetual. Concebido pela arquiteta Andrea Arrivabene e o engenheiro civil José Donizete Prado, ambos funcionários da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira no ano da construção do edifício. A distribuição dos ambientes, o programa arquitetônico e as funções privilegiadas em nada inovam, resultando em um projeto simplificado ao máximo. Houve alteração na implantação da quadra, que assume outro local (2) não seguindo o projeto original (1), como podemos perceber na imagem a seguir. A segunda alteração referente ao projeto original se deu na não execução dos canteiros para vegetação proposta no intermédio do pátio coberto que interliga as salas de aula.

O método construtivo segue a mesma tipologia das últimas duas escolas analisadas. Com a estrutura aparente em concreto armado, recebe fechamento das paredes em tijolo e reboco. O telhado em telhas de fibrocimento apoiadas sobre as vedações e caibros, com pouco beiral. O diferencial desta escola é o maior índice de vegetação em contato com a escola.

**Figura 48.** Implantação da escola Severino Tagliari.



**Fonte:** Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira. Projeto alterado por Strassa (2015), em destaques a implantação da quadra sugerida (1) e a efetivada (2).



Ao relacionarmos esta escola com o projeto contemporâneos analisados no primeiro capítulo evidencia-se o distanciamento com a evolução educacional e do planejamento das cidades. Esta escola mesmo estando ao lado de uma área de preservação ambiental não apresenta ações com incentivo ambiental para a comunidade. Não tendo vivência social, esta edificação cumpre uma função quantitativa para a educação podendo melhorar em sua qualificação. Sendo implantada na periferia como instrumento de desenvolvimento social, não impacta pela forma estética, nem pela materialização de seu ideal.

Os estudos de casos analisados neste capítulo buscaram compreender os cenários, com as respectivas condicionantes, e configurações urbanas, demonstrando os caminhos usados e os possíveis para um urbanismo sustentável. A partir de um repertório teórico e de análises correlatas de cidades e formas de uso da arquitetura escolar, compreendeu-se que alguns preceitos arquitetônicos e urbanísticos que vem sendo usados na produção das escolas do município de Artur Nogueira precisam impactar mais ao meio e ao sistema-entorno, promovendo-se ainda a qualidade de vida, melhor ambiência e a coesão social, entre outros benefícios urbanísticos possíveis.

## CONCLUSÃO

A escola tem lugar cativo na lembrança de todos que por ali um dia passaram. Um espaço de múltiplos significados mantém a memória local e materializa inovações. Com esta configuração dispare, este edifício cria espaços de vivências, de aprendizado, ou seja, cria histórias. A construção de uma nova escola sempre é vista como possibilidade de desenvolvimento, de evolução. Estes marcos assumem destaque no contexto da cidade ao longo da história de todo lugar que é privilegiado com a implantação de uma escola.

Neste trabalho foram analisados prédios escolares projetados e construídos primeiramente em São Paulo, que fortaleceram o entendimento da relação produzida em um contexto mais amplo. Em outro momento, foram analisados prédios escolares no município de Artur Nogueira, chegando ao nosso foco de pesquisa, em quatro períodos, sob perspectivas diferenciadas: Primeira República, modernismo, pós-modernismo e contemporâneo. Estes projetos de escolas públicas são considerados prédios significativos do ponto de vista arquitetônico e urbanístico por responderem às lógicas e complexidades representativas de cada período, além de representar o contexto histórico objetivado de interligar ao desenvolvimento urbano da cidade em tela.

Ainda prosseguimos, saindo do foco da capital paulista e adentrando a evolução histórica e urbanística do município de Artur Nogueira, saindo do contexto regional para o estudo de caso. Ao analisarmos a inserção da cidade em tela na região Metropolitana e ao analisar o Plano Diretor, concluiu-se que administrar uma cidade é uma tarefa complexa, pois se trata de um espaço heterogêneo. O desenvolvimento urbano ordenado e sistêmico tem sido um desafio para técnicos em planejamento, administradores públicos, políticos. Além disso, as cidades precisam criar estratégias de resiliência que possam proporcionar a seus habitantes, qualidade de vida apesar das mudanças contínuas. Sendo assim, faz-se necessária a integração entre a sociedade e seus

governantes para juntos pensarem em ações eficazes de crescimento e desenvolvimento econômico.

No início da formação da vila de Artur Nogueira, a escola já aparece em ponto estratégico e de posição preponderante para pequena sociedade local. Demarcando o território como o progresso esperado a escola próxima à ferrovia não podia deixar de se notar. Diferenciada das outras escolas rurais que serviam a então vila, esta se concentrava em uma edificação tida como central e moderna. O segundo prédio recebido para abrigar a Escola Francisco Cardona hoje se tornou um patrimônio local, um bem tombado a espera de ser revitalizado ou restaurado. Com uma ambivalência de significados está inserido no centro comercial da cidade sem uso há alguns anos, mais perante a sociedade representa a memória e o cenário de ações culturais. Esta escola assume, durante todo o período estudado, significativa expressão no local, mesmo tendo ocupado três locais diferentes. Ao longo do percurso sempre se manteve ativa, como um marco e atuando positivamente na cidade. O atual prédio que abriga esta escola não possui uma arquitetura expressiva, mas no âmbito de ser atua como promotor no papel da sociedade.

Nesse quadro, as outras três escolas analisadas não introduzem a mesma postura no cotidiano citadino. Todas as escolas estudadas no município de Artur Nogueira nesta dissertação possuem uma configuração técnica e forma simplista, com apenas a Escola Amaro Rodrigues apresentando uma complexidade maior em seu programa. Estas arquiteturas poderiam apresentar maior irradiação de setores de transporte público, sendo que todas possuem um traçado público generoso. Outras questões que merecem destaque: a necessidade de valorizar o entorno tanto em termos físicos quanto visuais na Escola Severino Tagliari; ascender o espírito participativo e de uso nos moradores locais.

As normas e leis brasileiras foram alteradas inúmeras vezes durante o recorte temporal inserido nesta análise, fator que influenciou diretamente nas transformações das arquiteturas escolares. Todas as escolas analisadas assumem uma distribuição retilínea, com organização de funções apenas

agrupadas. Lastima-se o fato de não terem sido esclarecidas as origens dos projetos de cada escola. Infelizmente o município em tela teve grande parte de sua história perdida ao longo do tempo.

A forma como o município em questão surgiu e foi ocupado, permitiu a conclusão da perda de identidade através do tempo. Com forte configuração agrícola, foi detectada a decadência de seu eixo central econômico, fator que lança um desafio de reformular meios e iniciativas para a reinserção do mesmo na teia de desenvolvimento da região. O interessante é notar o promissor início e a atual realidade. De qualquer maneira, a valorização da sociedade local, motivada pelos espaços públicos pode refletir a força necessária para a efetivação de novos recursos.

As frentes de análise urbana, sempre buscaram interpretar os aspectos sociais, econômicos, ambientais e de gestão/política, porém sem negligenciar os aspectos socioculturais e históricos. O reconhecimento da cultura, da memória e da história urbana são elementos enriquecedores à cidade contemporânea, pois a sustentabilidade da cidade deve priorizar as manifestações culturais regionalistas, já que estas personificam o lugar e transmitem a noção de pertencimento das pessoas ao seu lócus. A identidade urbana e a cidadania coletiva estabelecem níveis de participação e civilidade imprescindíveis à qualidade da cidade para o futuro. “Sustentar” as relações culturais e a história urbana é permitir a continuidade do respeito coletivo e do sentido de comunidade às gerações futuras. Nesse intuito, o estudo das instituições escolares com o cruzamento da história do município valoriza o planejamento sustentável.

A cidade de Artur Nogueira ainda apresenta uma mancha urbana mais compacta e coesa, o que torna possível estabelecer maiores graus de participação e cidadania, por análise de SILVA (2011), mas os efeitos culturais específicos dessa afirmação, no caso brasileiro, ainda não foram comprovados. Mas certamente o apoio social e da governança é o início do caminho para a difusão da sustentabilidade urbana, especialmente, nos países classificados como em desenvolvimento. Por fim, os aspectos socioeconômicos e ambientais são fatores urgentes na discussão sobre a sustentabilidade urbana do município em tela. Ainda, é necessário estabelecer parâmetros de análise da situação urbana e

sua eficácia, controlando impactos climáticos, otimizando o acesso a infraestrutura, serviços e equipamentos e, mantendo-se assim, a sustentabilidade urbana ao longo do tempo. Mais uma vez, é reforçado a necessidade do acompanhamento técnico dos processos urbanos pelo planejamento integrado.

A cidade sustentável também coexiste à economia urbana, pois numa cidade em que se adotem tais critérios de ocupação, controle e gestão, certamente a economia urbana é intensificada, a exemplo do que se verificou em outras cidades no Brasil e no mundo. Para tanto, é necessário investir em polos de inovação no município, o que pode reverberar em maiores oportunidades de negócios, empregos e marketing urbano para o mesmo. Deve-se pensar a cidade contemporânea sob formas compactas de ocupação, aumentando-se a sua complexidade e eficiência, promovendo-se assim a estabilidade social, econômica e ambiental. Para tanto, é necessária a aplicação e mensuração de indicadores urbanos adaptados para as análises complexas do urbano em sua região específica, conforme suas condicionantes regionais, para que a gestão da cidade tenha em mãos ferramentas eficazes no acompanhamento das mutações urbanas ao longo do tempo.

Concluindo, historicamente o município de Artur Nogueira não desenvolveu uma cultura de planejamento. Mas as escolas contribuíram de forma positiva no que resultou no desenvolvimento urbano local. Ainda não se alcançou a sustentabilidade neste contexto, mas encerramos com a constatação que por ser um município em crescimento, este planejamento sustentável ainda pode e deve ser buscado.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Vigiar e Unir - a Agenda da Sustentabilidade Urbana? *Revista VeraCidade*, ano 2, v. 2, p. 1-11, jul. 2007.

ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, IPARDES, Curitiba, v. 107, n. 107, p. 25-38, 2004.

ACSERALD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. nº1, 1999, p.79-90.

ANELLI, R. Centros Educacionais Unificados: arquitetura e educação em São Paulo. *Revista Vitruvius – Arqtextos*. 2004. Disponível em <[http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq055/arq055\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq055/arq055_02.asp), arqtexto nº 055.02> Acesso em 30 de mar. 2015.

ARANTES, O. V., C. MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARANTES, A. A. O Sentido das Coisas: sobre a construção social dos lugares In: SCHICCI, M.C., BENFATTI, D. (orgs.), *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. Campinas: *Revista Oculum Ensaios*, PROURB, UFRJ, PUC-Campinas.

ARAÚJO JÚNIOR, M. de. *Grupo Escolar e Espaço Arquitetônico: um estudo sobre os dispositivos materiais de produção da escola graduada (1893-1017)*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2007.

ARGAN, G. C. *A arte no contexto da cultura moderna*. In: *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARTIGAS, J. B. Vilanova. Sobre Escolas. *Revista Acrópole* nº. 377, São Paulo, 1970, p.10.

ATIQUÉ, F. *Memória Moderna – a trajetória do edifício Esther*. Segunda edição. São Carlos: RiMa, 2013.

- AZEVEDO, G. A. N.; RHEINGANTZ, P. A.; TÂNGARI, V. R. (organizadores). *O Lugar do Pátio Escolar no Sistema de Espaços Livres: uso, forma e apropriação*. Rio de Janeiro, UFRJ/FAU/PROARQ, 2011. (Coleção PROARQ).
- BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles /Campinas: Um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural*. Campinas, SP: [s. n.], 2010.
- BARROS, R. da S. *Entrevista do ex-prefeito*. 03 de mar. 2015. Entrevista concedida a Alessandra Salvador Alexandre Strassa.
- BASTOS, M. A. J. A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). *Revista AU – Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 178, janeiro de 2009.
- BENEVOLO, L. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRESCIANI, M. S. História e Historiografia das Cidades, um Percurso. In: FREITAS, M. C. de, (Org.) *Historiografia Brasileira na Perspectiva* - São Paulo, Contexto . USP, 2007.
- BUENO, B. P. S. *Dossiê: Caminhos da História da Urbanização do Brasil- colônia*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 20. n. 1. p. 20. Jan.-jun. 2012.
- BUFFA, E.; PINTO, G. de A. *Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971*. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.
- BURKE, P. *História e Teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BURY, J. A arquitetura e a arte do Brasil colonial. In: *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. São Paulo: Nobel, 2006.
- CANO, W. e BRANDÃO, C. A. (coords.). *A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CARTOLANO, M.T. P. *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000079056> Acesso em: 02 de julho de 2014.

CARVALHO, M. C. W. de. Bem-morar em São Paulo, 1880-1910: Ramos de Azevedo e os modelos europeus. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.165-200 jan./dez. 1996. p. 165-324.

CARVALHO, N. V. de. *Cultura urbana e globalização*. Biblioteca on-line de ciência da comunicação - BOCC. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-nuno-cultura-urbana-globalizacao.pdf> Acesso em: 21 out. 2014.

CARVALHO, S. N. de. Planejamento urbano e democracia: a experiência de Santos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CARTY, C. G. *Vacância no Centro de Campinas e o Planejamento Urbano Brasileiro, 1990-2014*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

CÓDIGO SANITÁRIO. DECRETO ESTADUAL N. 233, de 2 de março de 1894. Leis e decretos do estado de São Paulo de 1912. Tipographia do Diário Oficial. Tomo XXII. São Paulo. 1913.

CORRÊA, M. E. P.; MELLO, M. G. de; NEVES, H. M.V. *Arquitetura escolar paulista, 1890-1920*. São Paulo: FDE, 1991.

COSTA, L. A. M. *Nem tudo era europeu: a presença norte-americana no debate de formação do urbanismo paulista (1886 – 1919)*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014.

COSTA, L. A. M. *O todo da parte: urbanismo, planejamento, e processo social de construção da cidade no início do século 20*. *Revista Pós* v. 19 n. 32. p. 136-156. São Paulo: 2012.

FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE, 1998.

FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar paulista: anos 1950 e 1960*. São Paulo, FDE, 2006 a.

FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Arquitetura escolar paulista: estruturas pré-fabricadas*. São Paulo: FDE, 2006 b.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e Zoneamento*. São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2005.

FERREIRA, J. S. W. *O Mito da Cidade Global o Papel da Desigualdade na Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora UNESP/Vozes, 2007.

FERREIRA, L.C. F. e FERREIRA, S. A. F. *Artur Nogueira: Berço da Amizade*. Gráfica Odeon. Araras – SP. 2000.

FERREIRA, L.C. F.; BARBOSA, A. M. e FERREIRA, S. A. F. *COSMÓPOLIS: de fazenda funil à cidade universo*. Pancrom – São Paulo. 2011.

FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: 1997.

HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos).

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HOMEM, M. C. N. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. 2.<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino*. Oficina de Textos, São Paulo, 2011.

LEITE, D. P. *Inventário de Arquitetura Moderna no ABC*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP. 2008.

Disponível em: <  
<file:///C:/Users/AsaDesk/Downloads/Denivaldo%20Pereira%20Leite1.pdf>> Acesso em: 9 de ago. de 2015.

LE GOFF, J. *Primeira Parte – A história*. IN: História e memória. Campinas: Editora da UNICAMP. 2013.

LEME, M. C. da S. *A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965*. In: LEME, M. C. da S.; FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. (org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, D. dos S. C. *Público e Comunitário: projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2009. Disponível em: <  
[http://www.usjt.br/biblioteca/mono\\_disser/mono\\_diss/119.pdf](http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/119.pdf)> Acesso em 23 de maio de 2015.

MARCÍLIO, M. L. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2005.

MARCONDES, M. A. *História e informática: o uso da hipermídia no resgate da história da Estrada de Ferro Funilense*. Dissertação ( Mestrado em Multimeios) – Programa de Pós-Graduação em Multimeios, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000228760>> Acesso em: 22 de mar. de 2015.

MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 75-104.

MELHADO, A. R. (coordenação) et al. *Projetar e Construir Bairros Sustentáveis*. São Paulo: Pini, 2013.

OLIVEIRA, F. V. de. *Arquitetura escolar paulista nos anos 30*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-20052010-152808/pt-br.php>> Acesso em: 03 nov. 2014.

PALMA FILHO, J. C. *A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)*. Cadernos de Formação – História da Educação. 3 ed. São Paulo – PROGRAD/UNESP, Santa Clara, p. 49-60, 2005. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

PEDRÃO, A. W. A escola-parque, uma experiência projetual arquitetônica e pedagógica. *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v.1, n. 7, julho-dezembro de 1999. p. 24-29.

PEREIRA, J.R.A.P. *Introdução à História da Arquitetura: das origens ao século XXI*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

POLITO, J. de A. *Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reconfiguração do leste paulista, séculos XVII-XIX*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

RAMALHO, M. L. P.; WOLFF, S. F. S. As escolas públicas paulistas na Primeira República. *Revista Projeto*, São Paulo, n. 87, p. 66-71, maio 1986.

REIS, N. G. Sobre a história da urbanização – história urbana. *Revista Espaço & Debate*, nº 34. Pág. 15 a 18. 1991.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, E. M. (org.) *Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas*. 2. Ed. Ver. Atual. – Chapecó: Argos, 2013.

RODRIGUES, F. *A invenção da cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006)*. Tese (Doutorado em Demografia) - Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000434497>> Acesso em 3 de nov. de 2014.

RODRIGUES, F. Cidades e Plano Diretor: considerações sobre a função social da cidade e da propriedade. In: *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais* / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. Pág. 117-135.

ROLNIK, R. (Coord); SAULE JÚNIOR, N. (Coord). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: *Câmara dos Deputados*, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Eventos/OficinaRegularizacaoFundiarria/PlanoDiretor/Plano%20Diretor%20Participativo%20Guia%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20munic%C3%ADpio%20e%20os%20cidad%C3%A3os.pdf>> Acesso em: 11 de fev. de 2015.

SANTOS, M. da G. Arquitetura Moderna Brasileira, dos Pioneiros a Brasília (1925-1960). *Revista da Vinci*, Curitiba, v.3, n.1, p. 37-56, 2006. Disponível em: <[http://www.up.edu.br/davinci/3/304\\_arquitetura\\_moderna\\_brasileira.pdf](http://www.up.edu.br/davinci/3/304_arquitetura_moderna_brasileira.pdf)> Acesso em: 29 out. 2014.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal, 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHUELER, A. F. M. de; MAGALDI, A. M. B. de M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo* n. 26. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>> Acesso em: 29 out. 2014.

SAINT-HILAIRE, A. de, 1779-1853. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SANTOS Júnior, O. A. dos; MONTANDON, D. T. (orgs.). *Os planos diretores municipais pós – estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, M. C. L. *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo: 1894-1994*. São Paulo: Reitoria da USP. 1985.

SANTOS, M. *Por uma nova globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia; Território e territorialidade na economia global, in Barroso, João Rodrigues (Coord.). *Globalização e Identidade Nacional*, ed. Atlas, 1999.

SECCHI, B. *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2009. (Coleção Debates; 318).

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo; Contexto, 2007.

SILVA, G. J. A. da; ROMERO, M. A. B. O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (parte 01). *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 128.03, Vitruvius, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.128/3724>> Acesso em: 25 de jul. 2014.

SILVA, G. J. A. da; ROMERO, M. A. B. O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (Parte 02). *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 129.08, Vitruvius, fev. 2011. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/11.129/3499>> Acesso em: 25 de jul. 2014.

SITTE, C. *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*. São Paulo, Ed. Ática, 1992.

SOARES, P. de P. *Arquitetura como projeto social: os casos dos Centros de Educação Unificada (CEUs) em São Paulo, Brasil e dos Parques Bibliotecas em Medellín, Colômbia*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://tede.mackenzie.com.br/tde\\_arquivos/2/TDE-2014-02-14T130420Z-1871/Publico/Patricia%20de%20Palma%20Soares.pdf](http://tede.mackenzie.com.br/tde_arquivos/2/TDE-2014-02-14T130420Z-1871/Publico/Patricia%20de%20Palma%20Soares.pdf)> Acesso em: 31 de jul. de 2015.

TEIXEIRA, A. *Educação no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional – MEC, 1976.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; VEIGA-NETO, A. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a01.pdf>> Acesso em: 02 nov. 2014.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169 – 243.

VILLAR, M. B. C. *A cidade educadora – nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

ZAMBELLO, Marco H. O aviltamento do trabalho e o declínio do patrimônio ferroviário paulista. Dossiê: Patrimônio Industrial. *Revista URBANA*, ano 3, nº 3. Campinas, São Paulo, 2011.

## **INSTITUIÇÕES:**

Arquivo Municipal Artur Nogueira

Arquivo Público do Estado de São Paulo,

Biblioteca Municipal de Artur Nogueira

Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Câmara dos deputados de Artur Nogueira

Casa da Memória do Município de Artur Nogueira

Fundação Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)

Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo.

Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Artur Nogueira

Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNCAMP)

## **SITES**

Arquivo do Estado de São Paulo

Câmara de Artur Nogueira

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)

Diário Oficial do estado de São Paulo

Diretório da Arquitetura

Estações Ferroviárias do Brasil. Ramal de P. Salles – 1935.

Ecoeco

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC)

Facebook

Google Maps

Jusbrasil

Nepunicamp

Nogueirense

Museu da Imigração

Planalto Governo Brasil

Prefeitura de Artur Nogueira

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo.